

relembrar para
pertencer:
costuras urbanas
na cidade maravilhosa



Carolina Mendonça Marangoni

**relembrar para pertencer:
costuras urbanas
na cidade maravilhosa**

tgi II_2021 IAU - USP

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M311r

Marangoni, Carolina

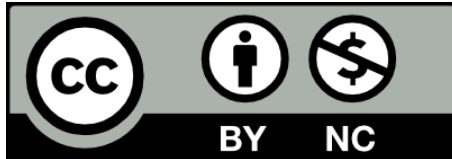
Relembrar para pertencer: costuras urbanas na cidade maravilhosa / Carolina Marangoni. -- São Carlos, 2021.

102 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Memória. 2. Transformações Urbanas. 3. Direito a Cidade. 4. Intervenções Mínimas. 5. Rio de Janeiro. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



Atribuição-NãoComercial CC BY-NC

Folha de Aprovação

Joubert José Lancha	Avaliação
Luciano Bernardino da Costa	Avaliação
Valmir Ortega	Avaliação

conceito final:
data:

RESUMO

De acordo com o arquiteto Juhani Pallasmaa, “talvez nos mantenhamos juntos mais graças a nossas memórias compartilhadas do que a um senso inato de solidariedade”. Dentro dessa perspectiva, e levando em consideração a crise urbana que vivenciamos hoje, na qual a cidade vira mercadoria e o solo se transforma na nova fonte de recursos do Estado através da “revitalização” dos centros urbanos, cada vez mais se consolidam espaços marcados por segregações e desigualdades urbanas onde nem todos os habitantes têm direito à cidade. O Rio de Janeiro tem um histórico de violação de direitos humanos, desigualdade social extrema, remoções forçadas e violência. Além disso, se configura como o principal destino turístico do país, direcionando as lógicas de operações urbanas e de ações públicas, de forma que as necessidades e vontades locais são deixadas de lado em detrimento de um embelezamento e melhoramento da cidade disfarçado. Nessa lógica específica de ocupação e construção da cidade, marcada pela violência, desigualdades e apagamentos contínuos de narrativas, este projeto vem como uma contra-lógica, propondo uma nova narrativa: um percurso pelo centro e zona portuária do Rio, com cinco pontos de intervenção, os quais dialogam com aspectos da memória tangível (visível) e íntida (não visível) da cidade, como uma forma de propor relações e reflexões sobre a cidade e suas lógicas de ocupação e uso, as diversas transformações urbanas e seus significados, o resgate da memória como um lugar comum, do imaginário das pessoas para o espaço físico, ampliando assim a noção de pertencimento e construindo novas relações.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas queridas que me acompanharam nessa jornada que foi o curso de Arquitetura e Urbanismo. Aos meus pais e irmãos, pelo apoio sempre presente, à Estefane por ser simplesmente a melhor madrinha de TGI, à Vanessa por sempre ter acreditado em mim e me lembrar da minha força, ao Leandro pela amizade maravilhosa. Aos professores Joubert e Luciano também, porque a orientação de vocês me ajudou a chegar aqui.



memória

amar o perdido
deixa confundo
este coração

nada pode o
olvido
contra o sem
sentido
apelo do não

as coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão

nas coisas findas
muito mais que lindas
essas ficarão

Carlos Drummond de Andrade

INTRO DUÇÃO E INQUIETA ÇÕES

Eu, Carolina, desde que me entendo como gente, me preocupei e me importei com o outro, a outra pessoa que estivesse ali dividindo e compartilhando o mundo comigo. E, dessa forma, as injustiças e violências sociais sempre despertaram em mim um fogo raivoso, de ação, de transformação. Nas cidades, que são hoje o principal espaço onde vivemos e cohabitamos, essas injustiças e violências se tornam reais e físicas, palpáveis, explícitas. Como ter consciência de tudo isso, ver e sentir nas próprias ruas da cidade esse problema e não fazer nada a respeito?

Na realidade pandêmica e pós-pandêmica, quando as desigualdades sociais se acentuaram e se tornaram mais visíveis/explicitas, onde vemos cada vez mais presente um dismantelamento do Estado, cabe a reflexão: qual o tipo de cidade estamos construindo? Quais os agentes que nela atuam e têm voz e quais os seus objetivos? Pra quem são essas cidades? Nós, como arquitetos e urbanistas, na nossa profissão temos a possibilidade de transformar o micro e, dessa forma, atingir o macro, e esse potencial transformador é a chama que me move. Se nós, arquitetos, não assumirmos nosso papel e o reivindicarmos como projetistas da cidade, os políticos o farão, e não podemos deixar isso acontecer. O arquiteto e urbanista não pode esquecer que sua atuação no mundo não é apenas uma técnica ou uma arte, mas também um instrumento de intervenção social e responsabilidade política.

A terra sempre foi local de disputa por causa do seu valor. Desde o momento em que consideramos como o início das civilizações, na região da Mesopotâmia, as margens dos rios eram as terras disputadas, devido ao movimento natural das cheias, o que tornava essas terras melhores para o cultivo, boas plantações e colheitas traziam prosperidade. Quando o conceito de cidade surgiu, com sua murada, nos princípios do séc XVIII, sua lógica de organização pressupunha uma hierarquização de poder na qual os locais de maior valor e prestígio se localizavam no centro, onde foram construídos os templos religiosos e políticos. Com o crescimento das cidades e sua dispersão no território, a disponibilidade de infraestrutura e de oportunidade de trabalho estabelecem a nova hierarquização de poder, determinando os novos locais de maior valor e prestígio, e é quando podemos falar em desigualdade urbana. Essas lógicas são hoje intrínsecas ao processo de urbanização, estabelecidas pela propriedade privada e pelo mercado imobiliário, mas o real problema é quando esses processos de disputas pelo controle do espaço urbano se dão por meio de propostas de intervenção não inclusivas, e, portanto, o objetivo desse trabalho é identificar os agentes sociais envolvidos na Zona Portuária carioca, principalmente aqueles que têm sido “des-envolvidos” – colocados à margem nos processos de negociação, nas discussões, no jogo de interesses estabelecido por meio de táticas de distanciamento e de tentativas de enfraquecimento e desmobilização, e, para além de identificar essa lógica que se repete também na grande metrópole e principal destinação turística do Brasil, a finalidade desse projeto é dar voz aos que têm sido historicamente e repetidamente “des-envolvidos” na produção da Cidade Maravilhosa.

SUMÁRIO

.17
TEMÁ
TICA
ABRAN
GENTE

.19
EU
COMO
MULHER
BRANCA

.20
LEI
TURAS E
TEORIAS

.25
ESCOLHA
DO
LUGAR

.26
LEITURA
HISTÓ
RICA

.34
LEITURA
PORTO
MARAVILHA

.42
LEITURAS
SOCIAIS

.46
REFE
RÊNCIAS
PROJET
UAIS

.50
DIRE
TRIZES
PROJET
UAIS

.58
PER
CURSO

.74
PROJETO

.101
REFE
RÊNCIAS

.102
ÍNDICE
DE
IMAGENS

.104
ANEXO:
CROQUIS

TEMÁTICA ABRANGENTE

.01

A crise urbana que vivenciamos hoje (e que se agravava com a realidade atual da pandemia) tem raízes nas décadas de 1980 e 1990, quando as metrópoles brasileiras sofreram o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo, ou globalização neoliberal (MARICATO, 2015). A cidade vira, então, mercadoria, onde capitais específicos entram na produção da cidade, que é controlada por específicos agentes, consolidando uma segregação urbana, já que só mora bem e tem direito à cidade quem pode pagar pela renda imobiliária (relação do preço de uma mercadoria de acordo com a sua localização), ou seja, uma desigualdade urbana latente onde nem todos os habitantes têm direito à cidade. É nesse contexto de cidade difusa, marcada pela fragmentação e heterogeneidade, pela dispersão e difusão de habitações, pela perda da relevância de fronteiras (SEMI, 2015), que uma nova estrutura social e econômica se estabelece, onde o solo se transforma na nova fonte de renda e de lucro, depois da crise dos anos 70 do modelo fordista e do estado keynesiano. O solo vira a nova fonte de recursos do Estado por meio da regulamentação urbana e da "revitalização" dos centros urbanos e de áreas industriais em desuso através de mega-projetos, espaços degradados e esvaziados com a crise industrial e as demissões decorrentes, gerando extensas áreas em desuso munidas de infraestrutura. E, quando o solo vira a nova fonte de lucro, ocorre o que denominamos gentrificação: muitas cidades veem um retorno de capital e investimentos nos centros urbanos e nas áreas em desuso (através de projetos de requalificação urbana, ou mega-projetos), provocando um consequente retorno de camadas sociais privilegiadas média e alta, gerando uma valorização daquela área (aumento do custo de vida e aumento dos preços dos imóveis), suscitando uma expulsão dos grupos sociais menos privilegiados (que não conseguem mais pagar para viver ali, afetados diretamente pelo aumento nos valores dos aluguéis e também indiretamente com o consecutivo aumento nos preços dos serviços da região) e um deslocamentos desses grupos para áreas periféricas, causando uma expansão da cidade sem precedentes (áreas que vão carecer de investimentos e infraestruturas por parte do Estado, o que, em parte, configura a crise urbana atual e a reforça).

Como essa realidade de áreas centrais industriais em desuso e a decorrente gentrificação se aplica ao contexto brasileiro de cidade periférica no capitalismo global? O Brasil, como país emergente, não escapa da tendência global de modernização de suas cidades, e nessa urgência de repetir o padrão arquitetônico e urbanístico ocidental capitalista, as lógicas de ocupação do espaço e a segregação se reproduzem. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, a área central não se configurou como predominantemente industrial, mas sim com a forte presença de comércio e serviços, atraindo consecutivos investimentos estatais e municipais; porém, a região próxima, que foi palco da OUC PM (bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo) historicamente careceu de investimentos e de infraestrutura, de forma que a OUC PM transformou radicalmente essa situação.

Como as dinâmicas da cidade podem ser alteradas com grandes projetos de renovação urbana e como pensar e projetar de forma a minimizar democraticamente esses efeitos? Se faz necessário observar transportes e fluxos alterados com as novas infraestruturas, novos usos (muitas casas demolidas e remoções forçadas, além da atração de comércio e serviços), a presença de lotes vazios e edifícios históricos abandonados, gerando uma especulação imobiliária.

Como a gentrificação se configura negativamente no espaço urbano, reforçando um cenário de cidade não democrático, excludente e desigual? A gentrificação se configura como um conjunto de transformações na cidade, nos quais uma área fica mais cara e, portanto exclusiva (SEMI, 2015). Essas novas dinâmicas na cidade difusa e enérgica geram espaços onde nem todos podem escolher morar, passear, ocupar, pertencer, evidenciando e reproduzindo as desigualdades sociais existentes na cidade, continuando a excluir algumas pessoas e a favorecer outras.

A cidade está talvez perdendo a sua alma distinta para assumir um caráter idêntico e genérico, homogêneo? Muitos processos de revitalização de centros urbanos acabam por configurar o chamado fenômeno da gentrificação. Mas, para além da questão econômica envolvida, ou seja, a valorização da região, o aumento de preços e do custo de vida no local, essas transformações também têm um impacto marcante na memória e na sensação de apropriação do lugar, nas práticas culturais que ali acontecem, na arquitetura e nos espaços. Muitas vezes visto como modelo, como uma forma de "embelezamento estratégico", acaba se tornando uma mera reprodução de um padrão cultural arquitetônico turístico de grandes metrópoles do capitalismo mundial. Essa abertura, que é proporcionada para atender a um mercado consumista, é acompanhada da construção de espaços artificiais de cultura, diversão e lazer, resultando em hibridações de valores diversos. (CARVALHO, 1996).

Como as dinâmicas urbanas interferem nas relações sociais e culturais? Desse ponto de vista, uma das principais implicações das intervenções urbanas atuais está sendo a atração de uma nova classe social abastada que, atraída pelo trabalho e pelo consumo da cultura, acabou se instalando nos centros urbanos por meio da conversão e transformação de edifícios antigos, adaptando-os a uma nova função social (NOBRE, 2000). Dessa forma, as dinâmicas espaciais se transformam radicalmente nos centros urbanos, movidos por interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes. No caso específico do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, o projeto de revitalização não só atraiu classes economicamente mais abastadas, mas também muitos turistas para a região, com uma infraestrutura bem satisfatória e com esses novos espaços artificiais de cultura, diversão e lazer; além disso, outra lógica foi predominante: não houve preservação e reforma dos edifícios antigos para se adaptarem à nova função social, mas sim uma demolição massiva e uma construção de novos edifícios modernos, envidraçados, de concreto armado, altos, que em nada conversam com o contexto, contribuindo para o consequente apagamento da história que a região sofre.

EU COMO MULHER BRANCA CIS HÉTERO DE CLASSE MÉDIA

.02

Faço um rápido parênteses aqui para a questão do pertencimento. Quero deixar claro quem eu sou: Carolina, mulher branca cis hétero de classe média. Esse é o meu lugar de fala. E, portanto, não carrego nas costas e nem na pele a dor e a violência que trago nas discussões desse caderno, nunca vou saber o que é passar por uma experiência similar, e, porém, não é porque não pertenço a essa história de escravidão, exploração e segregação, que vou me calar. Como já afirmei antes, é impossível ter consciência dessa situação no nosso país e não fazer nada a respeito. Porque posso não pertencer diretamente a essa história, mas também sou filha desse sistema.

“Esse vento que leva a gente
Querendo ir em frente, tá indo pra trás
É gosto de rua cinzenta
Hoje violenta, e só penso em gritar
Sou eu
Eu não nasci pra ser muro em branco não
Sou eu que enlouqueço só de respirar
Sinto um cheiro de podre no ar”
-- Francisco, el Hombre.

LEI TURAS E TEORIAS

PAISAGEM

Tendo em vista tudo o que já foi discutido até agora, esse projeto não poderia se desenvolver sem passarmos por algumas teorias e reflexões importantes, uma delas é a paisagem e sua relação com a vida urbana. No processo do projetar esse trabalho, foi essencial compreender a paisagem como experiência fenomenológica, como relação, o ambiente físico que transforma e é transformado pelos modos de existência humanos, é a experiência vivida e expressão de uma época: a um só tempo, a paisagem é experiência direta e representação dos valores que caracterizam a relação entre humanidade e mundo (BESSE, 2014). Dessa forma, a paisagem em sua relação com o ser humano se coloca não somente como olhar, mirar, avistar, mas também como um espaço onde ocorrem diversas relações e trocas, e que, portanto, carrega também sinais da memória.

A efemeridade e transitoriedade são qualidades que estão entre os aspectos da paisagem em relação ao corpo que a percorre. Aqui, a paisagem é compreendida como evento que explicita o contato do indivíduo com o mundo (DARDEL, 2015), ou seja, a paisagem como experiência direta do indivíduo com o real, sem mediações, experiência essa efêmera e transitória como tudo que está dentro da paisagem, a natureza, o monumento, etc. E nessa experiência direta do indivíduo com o real, constrói-se sua inserção no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base do seu ser social.

Dentro dessa chave de compreensão da paisagem como relação e como experiência, a perspectiva do caminhante e a esfera local se fazem muito importantes para a construção da paisagem subjetiva, que se refere ao âmbito do cotidiano dos cidadãos e suas práticas. Aqui vale salientar a importância da prática do caminhar, como ação de descobrimento da cidade, a partir do se perder e se reencontrar, caminhando por espaços indeterminados e, através do movimento, perceber a cidade que se revela entre os lugares edificadas e determinados por significados referentes a lógicas dominantes. E nessa nova perspectiva, a paisagem não é mais entendida como exterioridade, como uma separação entre sujeito e objeto, o corpo é agora a centralidade na produção do conhecimento, ele recolhe símbolos através dos estímulos sensoriais e coloca neles um significado. O filósofo Maurice Merleau-Ponty (1994) caracteriza a fenomenologia como uma ciência pautada no contato ingênuo com o mundo, cuja compreensão prescindiria de símbolos e abstrações, que não procura construir explicações do mundo, mas sim descrições. O contato direto com as coisas, anterior a qualquer esforço reflexivo, seria o tema norteador dessa filosofia, colocando o corpo como centralidade na produção do conhecimento.

ESPAÇO PÚBLICO

Tendo discutido um pouco sobre gentrificação, sobre as dinâmicas sociais na cidade, as disputas de poder e de interesses, a relação do indivíduo com a paisagem, chegamos no ponto de afirmar que esse projeto se encaixa como essencialmente público.

Mas o que configura um espaço público? É um espaço aberto? Mas e o que é um espaço aberto? Sem cobertura e limites visíveis? Segundo Herman Hertzberger, o que na verdade configura um espaço como público depende mais de quem o utiliza e de quem cuida da sua manutenção (e muitas vezes a criação da afetividade é muito mais eficiente que atribuições institucionalizadas por normas) - pode ser, portanto, um lugar aberto ou fechado, e vai depender de como as pessoas se sentem e se percebem nele (as barreiras são muitas vezes normalizadas pelo senso comum, mais do que se apresentam visíveis aos nossos olhos). Mais importante que denominar um espaço projetual como público é entender que as fronteiras entre espaço público e privado são muito supervalorizadas, e que, na verdade, essa dicotomia coexiste nos espaços habitados pelo homem, e, portanto, fica o questionamento: como projetar um espaço que (mais do que denominado como público) vai contribuir para promover o Direito à Cidade, onde diversas realidades sociais e culturais vão cohabitar, coexistir e coutilizar, que vai garantir a função social da propriedade, onde todos vão ter direito de participar e ter voz ativa nas decisões?

Oriol Bohigas, no prólogo do livro “Espaço público e cidadania”, afirma que o espaço público é também, e antes de tudo, espaço de uso coletivo, livre, heterogêneo, multifuncional, de convivência, integrador, carregado de sentido, de memórias, de identidade. Proporciona bens e serviços aos cidadãos e permite promover a redistribuição social mediante formas de salário indireto. No espaço público os cidadãos se reconhecem mutuamente como tal, sujeitos a direitos, livres e iguais. Neste espaço afirma-se, por sua vez, a individualidade de cada um e a existência de uma comunidade de pessoas que mantém os laços solidários e valores contraditórios. O espaço público é, portanto, o âmbito de expressão política, a favor ou contra os poderes e as lógicas existentes e dominantes.

MEMÓRIA

Pallasmaa, em seu livro *Essências*, chama atenção para o poder mental dos fragmentos: a imagem lembrada surge gradualmente, parte por parte, de fragmentos da memória, que são sons, cores, cheiros. Assim, a imagem, o sentido da visão, é sempre o último a chegar, o mais distante na memória, que se forma com o caleidoscópio dos outros fragmentos. “Meus olhos já esqueceram o que viram outrora, mas meu corpo ainda se lembra”. Da mesma forma, os edifícios e seus vestígios sugerem narrativas humanas, reais e imaginárias. As ruínas, portanto, nos estimulam a pensar nas vidas que já desapareceram e a imaginar o destino de seus ocupantes falecidos. As ruínas e os contextos erodidos têm um poder especial de evocar e emocionar, eles nos forçam a recordar e a imaginar (PALLASMAA, 2018).

A memória, formada pela composição de fragmentos, é também essencialmente espacial, tridimensional, são lembranças conectadas a lugares, eventos e situações específicos, de forma que tendemos a lembrar não de uma imagem do passado, mas de um objeto, uma pessoa, uma situação reais. Ou seja, uma imagem lembrada é sempre mais do que a imagem em si vista no passado, porque ela na memória carrega consigo outros símbolos. Nosso espaço existencial nunca é um espaço pictórico bidimensional, e sim um espaço vivenciado e multisensorial saturado e estruturado por memórias e intenções (PALLASMAA, 2018).

Essa inter-relação intrínseca entre indivíduo e espaço, carregada de símbolos e sensações, que vai pertencer depois à memória, cria uma identidade pessoal, única para cada um no mundo, relacionada à lembrança e à personalidade. Pois nossa realidade existencial não se resume ao mundo objetivo da matéria e fatos, mas ao de possibilidades, da imaginação e criatividade.

Fico imaginando o quanto essa memória pode ser compartilhada, através de fragmentos específicos em momentos e locais específicos. Ela nunca conseguiria ser totalmente compartilhada porque a apreensão do mundo é de cada um, mas acredito que pelo menos aumenta um sentimento de identidade compartilhada, e se

identificar é pertencer, é o poder da memória coletiva. Também fico pensando como essa memória coletiva pode ser compartilhada e transformada de acordo com a imaginação, criatividade, personalidade, emoção de cada um, e esse é um campo experimental de possibilidades muito interessante.

Coletividades e mesmo nações compartilham certas experiências de espaço existencial que constituem suas identidades coletivas e seu senso de união. Talvez nos mantenhamos juntos mais graças a nossas memórias compartilhadas do que a um senso inato de solidariedade (PALLASMAA, 2018), o que, certamente facilitaria muito o diálogo e a comunicação que, para mim, é a base do respeito e da luta pela resistência.

E aqui surge a beleza e a potência do nosso trabalho como arquitetas e urbanistas, pois a função da arquitetura também é “tornar visível como o mundo nos toca”. Arquitetos e artistas revelam uma realidade vivida e não apenas símbolos, espaços e imagens, mas mais do que isso, a inter-relação deles com o indivíduo. Dessa forma, o espaço vivenciado também é objeto e contexto tanto da criação como da experimentação da arte e da arquitetura.

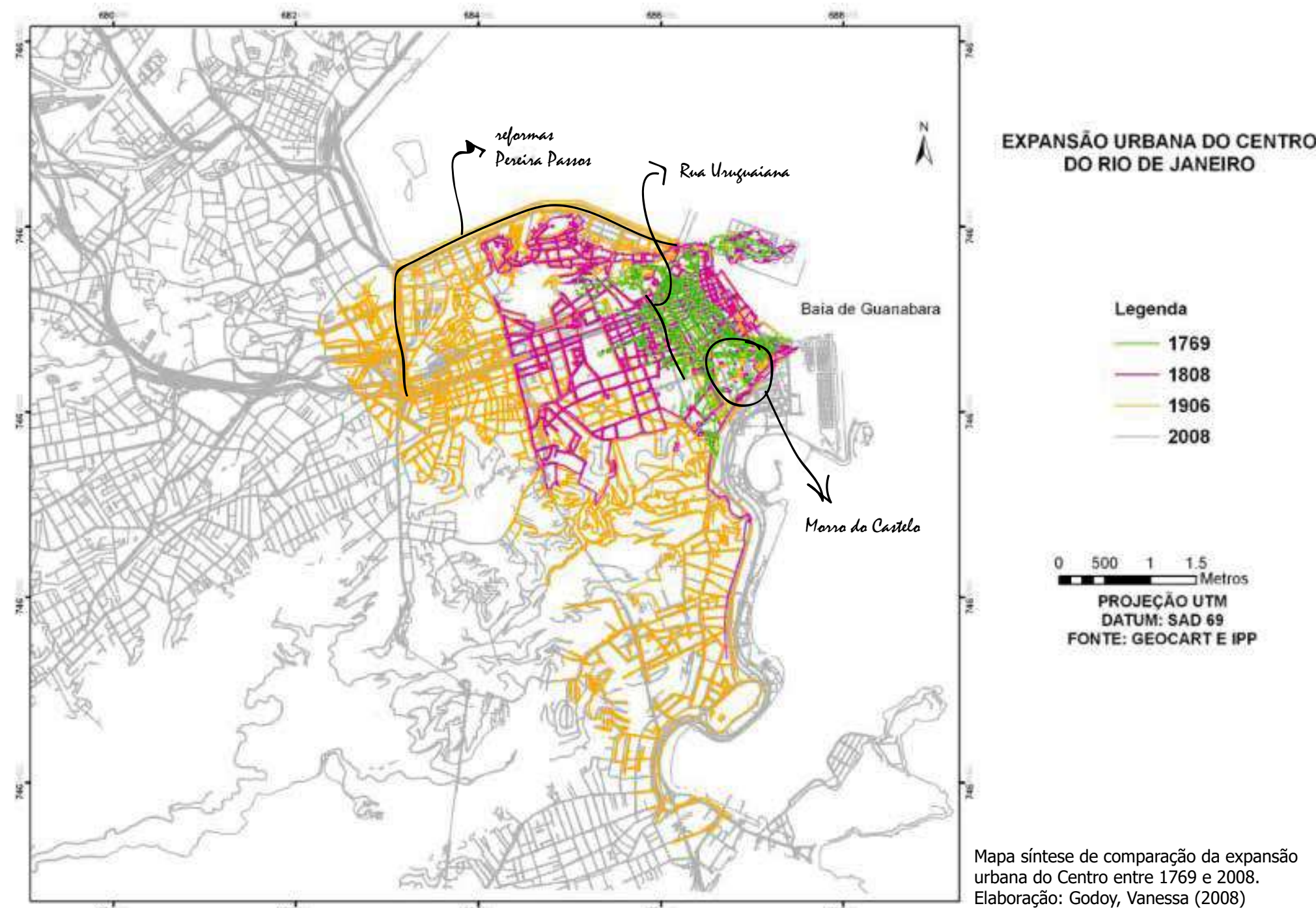
ESCOLHA DO LUGAR

.04

A cidade do Rio de Janeiro, desde a chegada dos portugueses na orla em 1565 e quando ainda era a capital imperial, tem um histórico de violação de direitos humanos, desigualdade social extrema, remoções forçadas, e violência. Além disso, a cidade se configura como o principal destino turístico do país, o que implica em um histórico de grandes transformações urbanas e de “embelezamento da cidade” com uma preocupação do olhar externo, visando a ter um impacto positivo no exterior e buscando sempre se reafirmar no contexto capitalista global ocidental como uma potência e como uma cidade modelo. Tendo isso em vista, os megaeventos e o turismo têm muitos impactos na cidade, direcionando as lógicas de operações urbanas e de ações públicas, de forma que as necessidades e vontades locais são deixadas de lado em detrimento de um embelezamento e melhoramento da cidade disfarçado, ou seja, os investimentos públicos e privados têm alvos específicos a beneficiar e atingir, enquanto as práticas, os saberes e as demandas locais vêm sendo negligenciados. O centro da cidade sofreu inúmeras transformações desde que a ocupação do Morro do Castelo começou no século XVI, e essa região também foi palco de investimentos públicos para a transformação da cidade na grande metrópole moderna turística. A região portuária, ali ao lado, não teve essa sorte e não conseguiu atrair os olhos dos grandes investidores até o começo do século XXI, quando uma grande operação urbana foi firmada, em consonância com os planos de adequar a cidade aos Jogos Olímpicos e à Copa Mundial, provocando muitos impactos nas dinâmicas sociais e econômicas da região. Caracterizando-se como um processo de gentrificação, houve alterações na composição dos bairros, nas suas dinâmicas, edificações, tipologia de moradores, remodelação da infraestrutura, novos pontos comerciais, construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda que habita ali. Que, inclusive, são muitos. Os mapas abaixo mostram a grande discrepância social-econômica da região, que se intensifica durante o período de pandemia, caracterizada pela presença de favelas e muitos loteamentos irregulares, além da presença de sem-tetos e da sua ocupação de edifícios na região central. Cada vez mais os pobres veem suas casas removidas para abertura de grandes avenidas, ou se veem incapazes de arcar com o aumento dos preços nos aluguéis, fruto da valorização da região. Pelo menos essa população, no geral, vive próxima do seu local de trabalho, no centro da cidade. Vemos, dessa forma, processos de transformação e de construção que negam a cidade real, marcada por desigualdades sócio-territoriais. E é neste contexto que o projeto desenvolvido nesse caderno vai atuar.

LEITURA HISTÓRICA

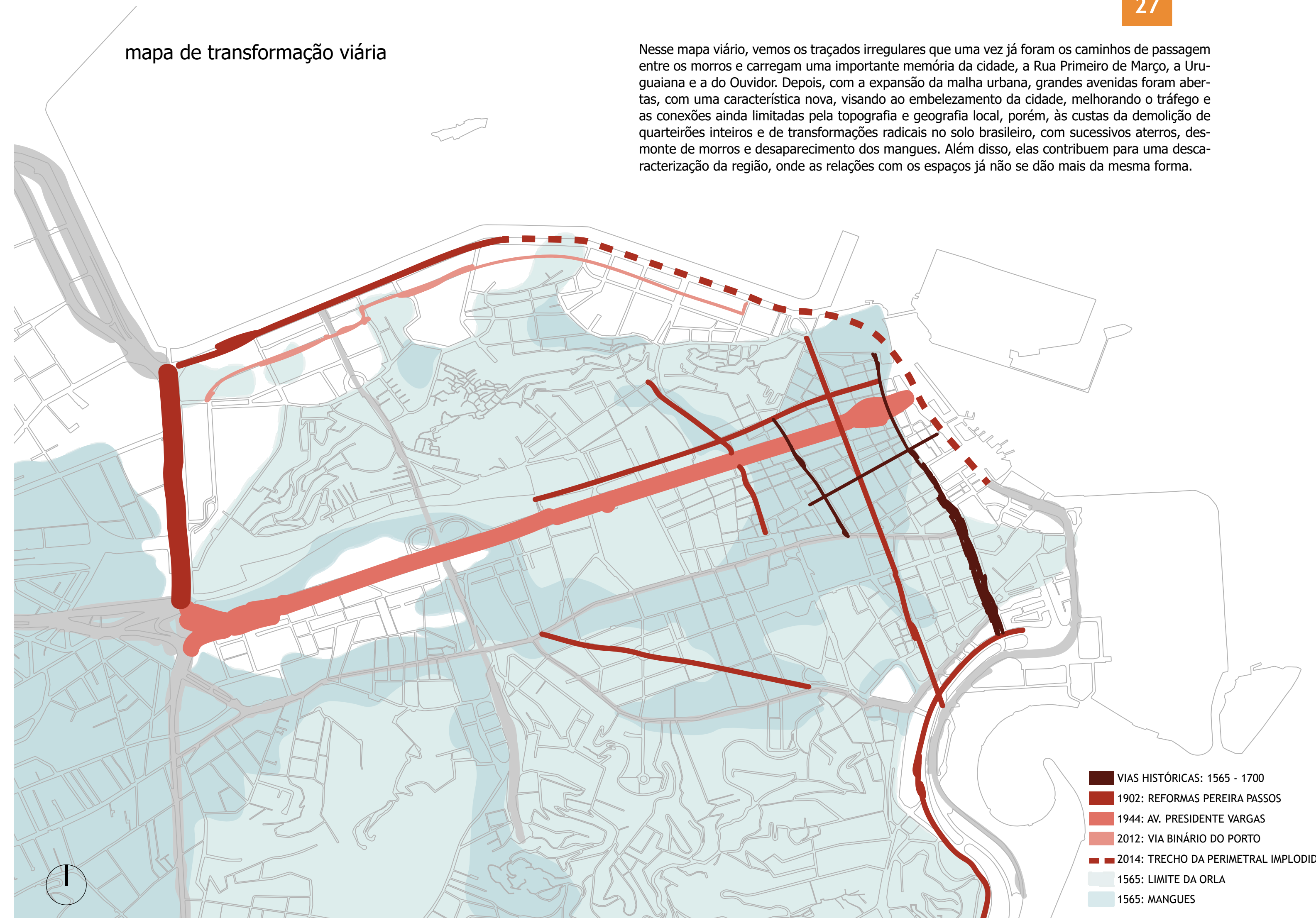
.05



Essa primeira camada de leitura da área, a histórica, traz uma narrativa das transformações urbanas que ocorreram na cidade. Podemos perceber que até a metade do século XVIII, a área urbana se via encurralada entre os morros e não avançava mais adentro no território, não além da Rua da Vala (atual Uruguiana). Além disso, vemos as grandes avenidas abertas por Pereira Passos no começo do século XX.

mapa de transformação viária

Nesse mapa viário, vemos os traçados irregulares que uma vez já foram os caminhos de passagem entre os morros e carregam uma importante memória da cidade, a Rua Primeiro de Março, a Uruguiana e a do Ouvidor. Depois, com a expansão da malha urbana, grandes avenidas foram abertas, com uma característica nova, visando ao embelezamento da cidade, melhorando o tráfego e as conexões ainda limitadas pela topografia e geografia local, porém, às custas da demolição de quarteirões inteiros e de transformações radicais no solo brasileiro, com sucessivos aterros, desmonte de morros e desaparecimento dos mangues. Além disso, elas contribuem para uma descaracterização da região, onde as relações com os espaços já não se dão mais da mesma forma.



LINHA DO TEMPO

Após a derrota imposta aos franceses, os portugueses buscaram um local mais protegido dos ataques de estrangeiros e nativos hostis para a locação da Cidade: o Morro do Descanso (que também foi chamado de Alto da Sé, Alto de São Sebastião e depois Morro do Castelo) para onde o núcleo original da cidade foi transferido da área do atual bairro da Urca para a área do atual Centro.



1615 MORRO DO CASTELO

Com a expulsão definitiva dos franceses começou o seu desenvolvimento urbano. A população desce as ladeiras e ocupa as superfícies da planície localizadas entre os morros do Castelo e de Santo Antônio (ambos, hoje, desmontados), de São Bento e da Conceição. Esses lugares eram chamados de “várzea” e limitavam o Rio de Janeiro no período colonial. Nas partes altas do Castelo, no entorno dos conventos e igrejas, viviam as pessoas abastadas e nas partes mais baixas, as pessoas mais pobres. Essas últimas, inicialmente, construíam suas casas em terrenos próximos ao morro e, posteriormente, nas áreas formadas por faixas de terra entre os pântanos e lagoas insalubres, que foram sendo ocupados após os sucessivos aterros.

1670 RUA URUGUAIANA

Durante o século XVII, a pequena vila colonial foi assumindo feições urbanas, principalmente por suas atividades de intercâmbio com o exterior, como porto de exportação das riquezas da Colônia.

Porém, ainda na segunda metade do século XVII, a área urbana estava encurralada ainda entre os morros, que não passava da Rua da Vala, atual Uruguaiana.

Uma rede de pequenas ruelas conectava as igrejas, ligando-as ao Largo do Paço e ao Mercado do Peixe, à beira do cais, nascendo, a partir delas, as principais ruas da Cidade. Apesar disso, o Rio já contava com cerca de 30 mil habitantes e tornara-se a cidade mais populosa do Brasil, passando a ter importância fundamental para o domínio colonial. As principais ruas já abrigavam residências e lojas de comércio, e havia uma concentração de pequenos armazéns na rua Direita. Porém, o primeiro grande passo para a estruturação urbana da Cidade só aconteceria na passagem para o século XVIII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais.

28

1763

Em 1763, a Cidade é transformada em Capital do Vice-Reinado, e por isso passa por um novo momento, tornando-se o centro das atenções do reino quando o Brasil atinge sua condição de pilar político e econômico do poder português. O período dos sete vice-reis, de 1763 a 1808, é marcado por uma série de melhoramentos que dão à Cidade, principalmente no Centro, uma fisionomia urbana renovada.

1779 VALONGO

Dos governos de Vice-reis que se seguiram, destacam-se os dez anos de atuação de D. Luís de Almeida Portugal, o Marquês do Lavradio, de 1769 a 1779, que transferiu o mercado de escravos para o Valongo.

Depois, Luís de Vasconcelos e Sousa, que governou de 1779 a 1790), o qual criou o Passeio Público (projetado por Mestre Valentin, com mobiliário urbano, chafarizes, esculturas, jardins e alamedas, restaurantes, terraço panorâmico, portão monumental e pavilhões de arte, sobre o aterro da antiga e pantanosa Lagoa do Boqueirão, mudando os costumes da Cidade, até então carente de espaços públicos para o lazer da população). Ele também realizou a urbanização do Campo de Santana; a pavimentação do Largo do Paço e a construção do cais com escadas, guarda-corpo e o chafariz de Mestre Valentin.

1816 MISSÃO ARTÍSTICA

Em 1816, com a morte da Rainha D. Maria Primeira, o Príncipe Regente é aclamado Rei, como D. João VI. Para embelezar ainda mais a Cidade, o Rei patrocina a vinda da Missão Artística Francesa, da qual fizeram parte Jean-Baptiste Debret, Auguste Taunay e o gravador Ferrez. A vinda das missões artísticas e científicas deixou, como legado, importantes marcos arquitetônicos no Centro, transformando a paisagem colonial com a suntuosidade da arquitetura neoclássica, marca da obra do arquiteto francês Grandjean de Montigny e de seus seguidores. São exemplos dessa época, o prédio onde funciona a Casa França-Brasil, a Igreja da Candelária e prédios da rua do Ouvidor.



1838 DESMONTE MORRO DO CASTELO

Parte de um escrito dos engenheiros responsáveis pelo projeto de desmonte do Morro do Castelo: “Edifícios nobres deverão um dia substituir aquele morro; e o navegante que demandar o importante porto capital do Brasil receberá na sua entrada a agradável impressão da vista de toda a cidade, até hoje encoberta a seus olhos pela massa informe do mesmo morro”.

1905 REFORMAS PEREIRA PASSOS

Com a reforma urbana promovida por Pereira Passos, na primeira década do século XX, a região do centro da cidade passa por uma transformação radical, abandonando definitivamente suas características coloniais, onde proliferavam cortiços e edificações degradadas, ruas estreitas e insalubres, para se apresentar como grande metrópole moderna e influenciada pelo urbanismo francês de Haussmann, o grande reformador de Paris. A zona portuária é ampliada; rasgam-se avenidas como a Rodrigues Alves, a Avenida Central (atual Rio Branco), e a Beira-Mar; praças antigas são reformadas e novas áreas são criadas, expandindo o centro. Os monumentos arquitetônicos edificadas nesses espaços provam a força da intervenção do poder público: são construídos o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e os novos prédios da Avenida Central. Mas a região também acaba funcionando como divisor para acentuar a desigualdade social, ao separar a cidade em duas partes distintas: a Zona Sul para a classe rica e a burguesia abastada e a Zona Norte para a classe operária e a população de rendas mais baixas.

1565

Fundada a cidade São Sebastião do Rio de Janeiro na Baía de Guanabara, para garantir a ocupação portuguesa e expulsar definitivamente os franceses. Para isso, foi construída uma fortaleza no istmo entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão.

1640

Ao final do primeiro século de colonização, a população já se dividia entre as montanhas e o mar, e na várzea entre os quatro morros. A ladeira da Misericórdia, que dava acesso ao morro do Castelo, e a rua Direita (hoje rua 1º de Março) já eram vias bastante usadas. Existiam trapiches em torno do porto dos jesuítas, na extinta Praia de Piaçava, próxima da Igreja de Santa Luzia (depois a praia tomou o nome da igreja) e uma leve configuração urbana em torno do Morro do Castelo. O Rio de Janeiro desempenhou, desde a segunda metade do século XVI, o papel de porto açucareiro, tendo a cultura da cana-de-açúcar se desenvolvido rapidamente na baía de Guanabara.

1650

Desde o início do século XVII, já existia um intenso comércio de mercadorias, feito por pequenas embarcações que atracavam nos vários trapiches construídos na praia de Piaçava, seguindo pela atual Praça XV até a Prainha (atual Praça Mauá). Também já era intenso o tráfego de navios que faziam a rota para Angola e outros portos, principalmente da Europa. A economia da Cidade gravitava em torno da cultura da cana-de-açúcar, da criação de gado bovino e do cultivo de frutas e verduras, além de pequenas manufaturas. Farinha de mandioca e derivados da cana, como açúcar e aguardente, eram exportados ou serviam de moeda para a compra de escravos. Ou seja, nessa época a prosperidade da Cidade dependia intensamente das atividades mercantis.



1733

Foi com o último dos governadores, Gomes Freire de Andrada (o conde de Bobadela, que administrou a Cidade por 30 anos seguidos, de 1733 a 1763), que o meio urbano carioca passou a assumir uma feição digna da futura Capital do Vice-Reino. Entre suas realizações, destacam-se: ampliação do Aqueduto da Carioca; implantação de um segundo chafariz no cais do Largo do Paço (atual Praça XV), ampliando o sistema de abastecimento d'água; início das obras da nova Catedral; organização do serviço de atendimento hospitalar e da Santa Casa da Misericórdia, no Morro do Castelo; ampliação do sistema de defesa com a construção da Fortaleza da Conceição (Palácio Episcopal); abertura de novas ruas e estradas, construção de pontes e a melhora do serviço de iluminação pública a óleo de baleia; além de ter promovido atividades culturais na cidade. Pela primeira vez, na Cidade, houve uma intervenção visando ao controle das atividades relacionadas ao uso do solo urbano.

1767

A ocupação do Centro já havia ultrapassado a rua da Vala, atual Uruguaiana, calçada com lajes de pedra pelo Vice-rei Conde da Cunha (que governou de 1763 a 1767). Ele também favoreceu o adensamento populacional ao ceder terrenos para moradores abastados que viviam em fazendas e chácaras, longe do núcleo central, dando incentivo à construção de novas residências.

1808 e 1815

Com ruas pavimentadas e hospitais, quartéis e comércio concentrados nas ruas próximas ao Largo do Paço (atual Praça XV), providas de iluminação pública a óleo de baleia e abastecimento de água por meio de chafarizes, o meio urbano central estava consolidado. O transporte de mercadorias e passageiros era feito em faluas e barcas e havia disponibilidade de transporte de aluguel por meio de carroças e diligências.

Em 1808, fugindo das guerras napoleônicas, que ameaçavam invadir a Península Ibérica, a Corte portuguesa chega ao Brasil, tendo à frente a Rainha, D. Maria I e seu filho, o príncipe regente D. João, trazendo em sua comitiva inúmeros novos habitantes para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro torna-se, então, sede da monarquia portuguesa e se encerram, na prática, as funções dos vive-reis; dessa forma, a Cidade passou por uma remodelação profunda, preparando-se para ser a sede do Império Português. Em 1815, O Brasil é elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves e o Rio de Janeiro passa a ser, na prática, a capital do Império Português, que abrangia territórios na África e na Ásia, implicando assim na extinção legal do regime colonial.

1821

O Centro expande seus limites para a Zona Sul, Zona Norte e São Cristóvão, pois era necessário ocupar outros espaços para corresponder às novas atribuições da capital de dois reinos, Portugal e Brasil. Isso multiplicou o movimento comercial do Rio de Janeiro e trouxe nova vida ao meio urbano, atraindo, imediatamente, uma imigração em larga escala. Várias residências foram expropriadas para moradia dos membros da comitiva real e, novas edificações foram construídas. Também foi preciso instalar as repartições públicas oficiais e criar novas instituições e departamentos de governo. Ordem e ocupação urbanas foram instituídas pelo Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana, cuja soma de atribuições no âmbito administrativo o transformaram, na prática, no primeiro prefeito da Cidade, que promoveu a urbanização e ajardinamento das praças da Cidade, que passa a adquirir crescente aspecto europeu.



1844

Até meados do século XIX, apesar de o meio urbano já estar consolidado, a Cidade ainda era modesta, em decorrência da inexistência de transportes coletivos - somente em 1844 foi organizado o serviço de transporte urbano com o uso de diligências. Com a inauguração, em 1868, da primeira linha de bondes, pela Botanical Garden, inicialmente a tração animal e depois movidos a eletricidade, o centro passa a expandir suas funções. A independência política e o ciclo econômico do café geram grande número de atividades econômicas ligadas ao meio urbano e atraem trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. Os meios de transportes coletivos sobre trilhos - primeiro os bondes e depois, os trens - tornam possível expandir a cidade e a convivência entre classes sociais, pois nunca a cidade tivera tanta mobilidade.

Em fevereiro de 1854, é abolido o entrudo, surgindo em seu lugar o carnaval de rua. No mesmo ano, o Barão de Mauá inaugura o sistema de iluminação pública a gás encanado, dando visibilidade ao centro. Com este avanço, a população passa a ter lazer noturno em bares e restaurantes. Em 1881, inauguram-se as três primeiras linhas telefônicas e em 1890, a população da Cidade alcança 551.559 habitantes.

A Rua do Ouvidor torna-se o símbolo de uma nova era para a cidade e o requinte do modo de vida francês transforma a vida da população, adaptando-se e criando o estilo peculiar e único de ser do carioca. A iluminação e o transporte coletivo passam a qualificar o uso do solo: os terrenos mais valorizados passam a ser os mais bem servidos pelos serviços públicos e, em 1892, é inaugurada a primeira linha de bondes elétricos para o Flamengo. No final do século XIX, o centro estava saturado.

"Necessidade de eliminar aquele tumor infeccionado que obstruía o seio do Rio e ameaçava contaminar a cidade"

Começa o histórico de revitalizações na cidade com a desculpa de melhorar a saúde pública e de agradar turistas: desmante do Morro do Castelo e remoção da população

1921 DESMONTE MORRO DO CASTELO

Após pequenas derrubadas para a realização de aterros em algumas partes da cidade, o Morro do Castelo foi completamente devastado em 1921, pelo prefeito Carlos Sampaio, o qual argumentava que o espaço, repleto de velhos casarões e cortiços, era ruim para a saúde pública da população. Além disso, várias obras estavam sendo realizadas no centro da cidade para a montagem da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil e a saída do morro se fazia necessária nos planos da gestão de Sampaio.

1940

Os subúrbios, tendo como fator de expansão as ferrovias, são ocupados pelos habitantes dos cortiços demolidos no Centro. A população pobre passa a ocupar os morros próximos aos locais de trabalho, dando início ao desenvolvimento caótico e desordenado das favelas. Nessa década de 1920 surge o Plano Agache, projetando nova configuração para o Centro e destinando para a Cidade espaços compartimentados e com usos específicos. Após a Revolução de 1930, o novo governo revoga todas as intervenções urbanas propostas pela Velha República e o Plano Agache, com seu caráter monumental exigindo grandes investimentos públicos, que são abandonados. Além disso, na década de 40, a ampliação do aterro para a construção do Aeroporto Santos Dumont eliminou o que restava da praia de Santa Luzia e da Ponta do Calabouço.

1944 PRESIDENTE VARGAS

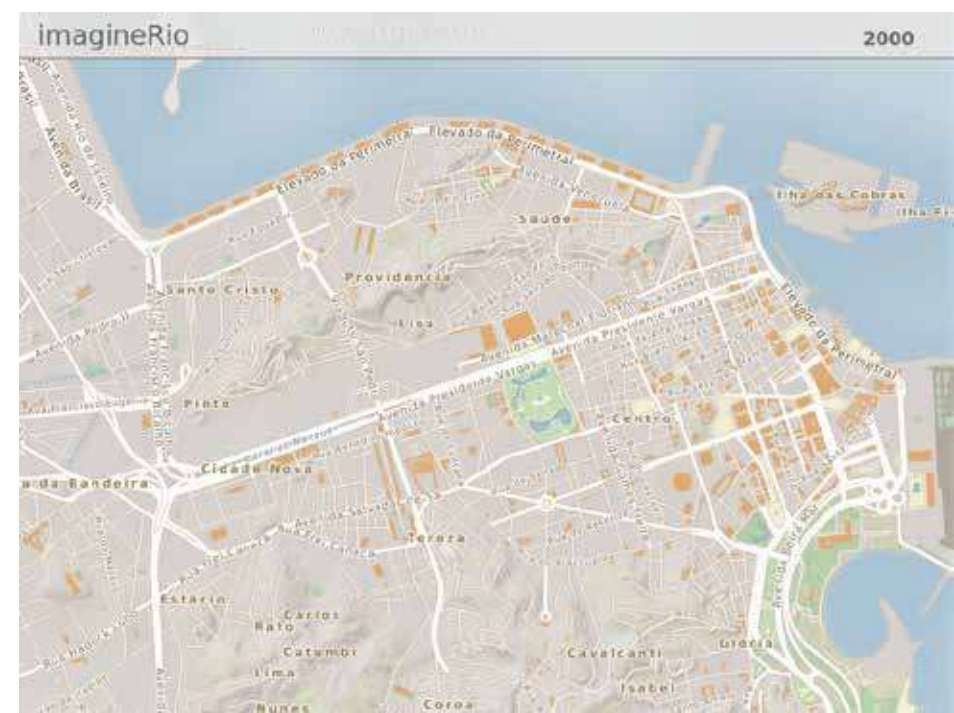
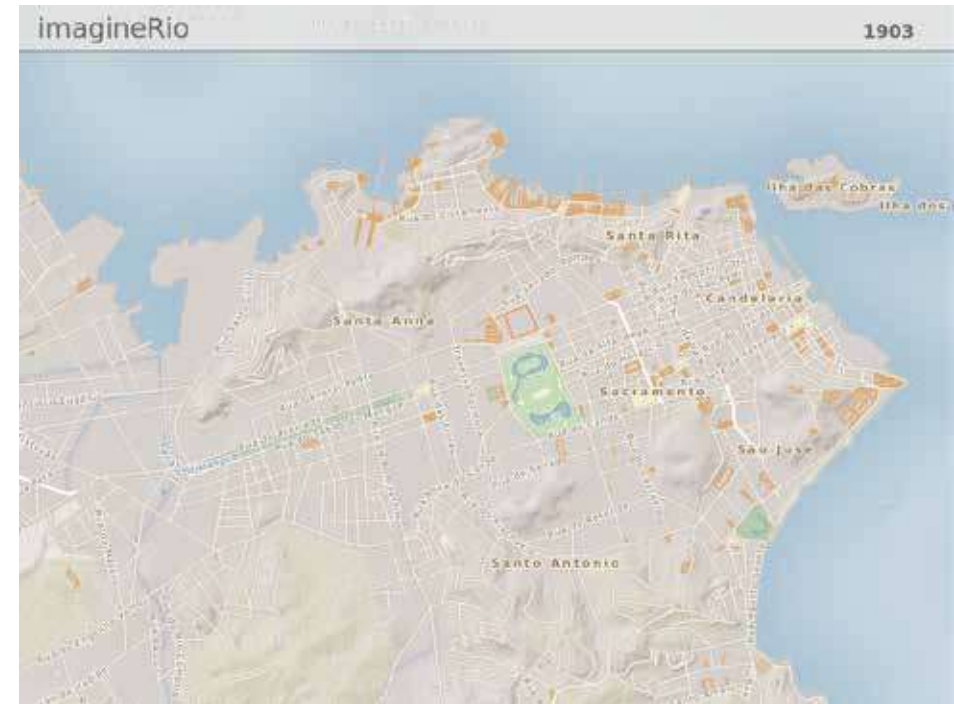
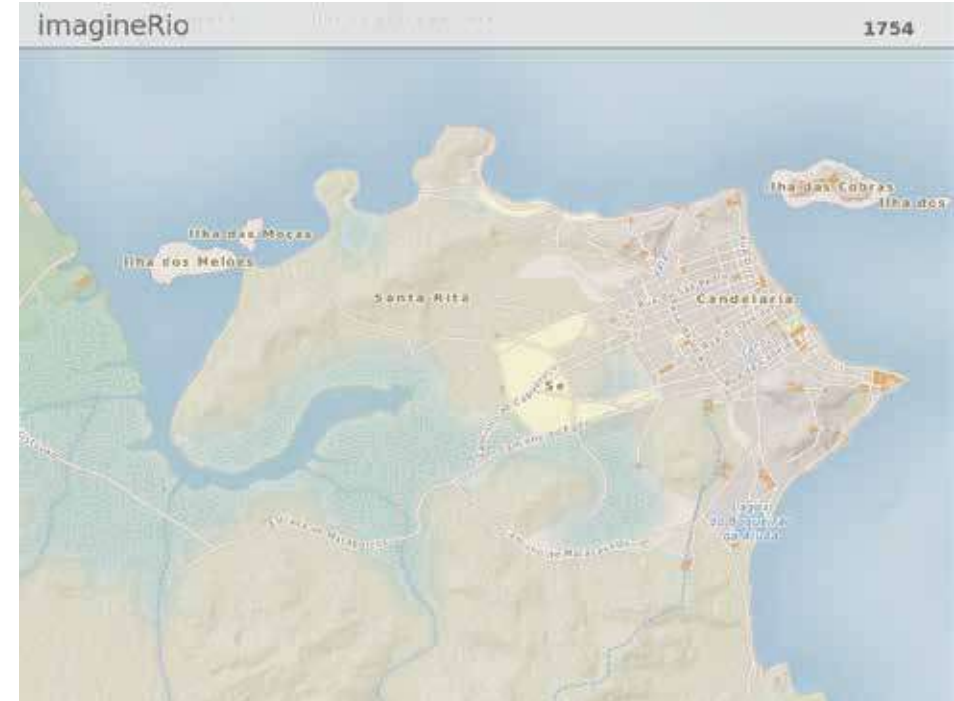
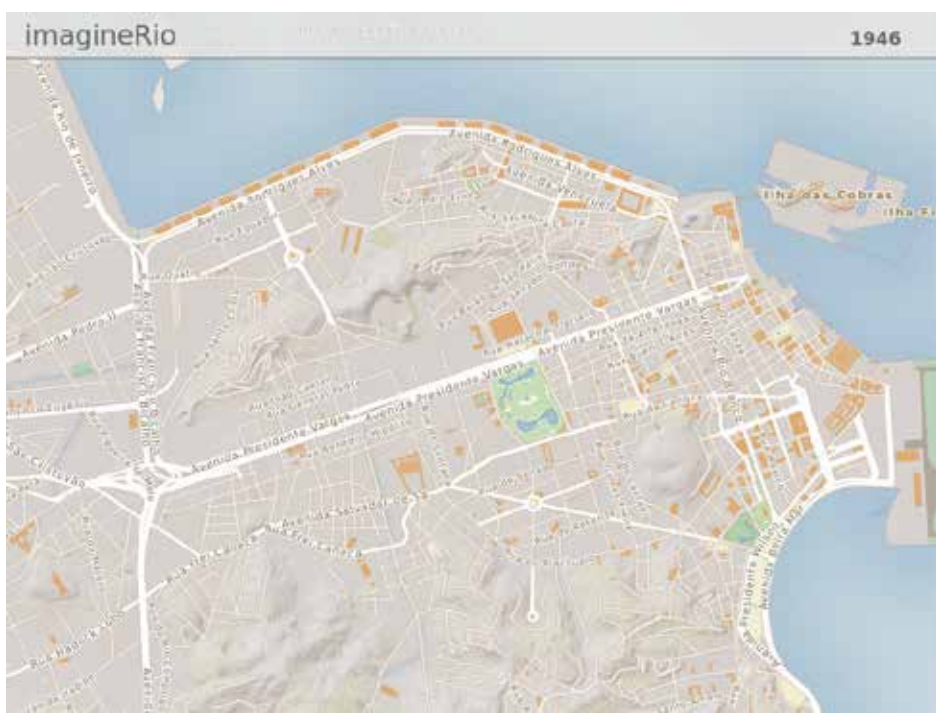
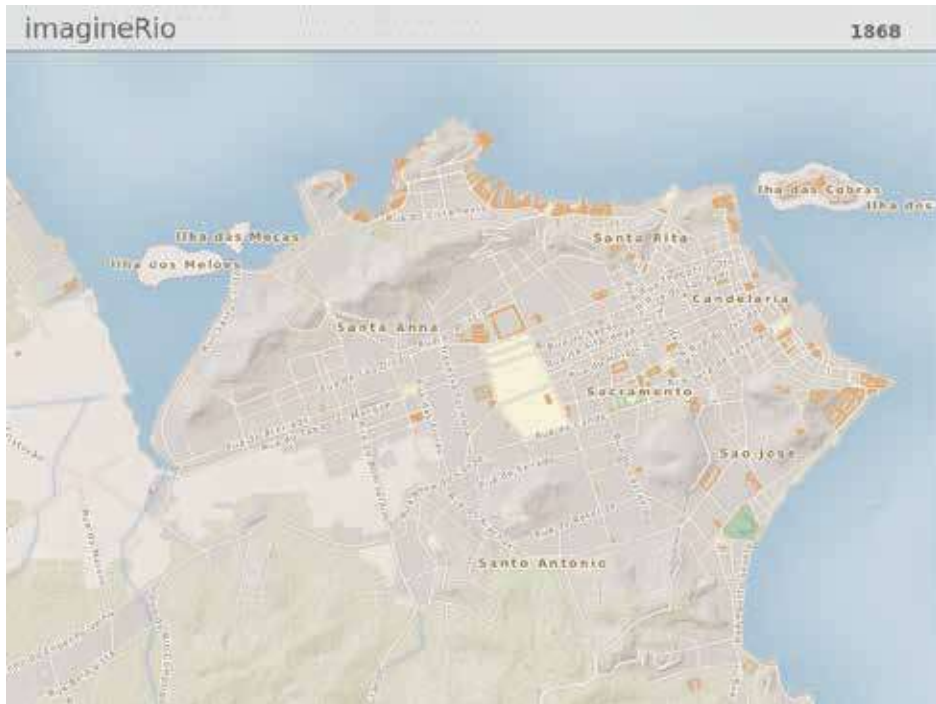
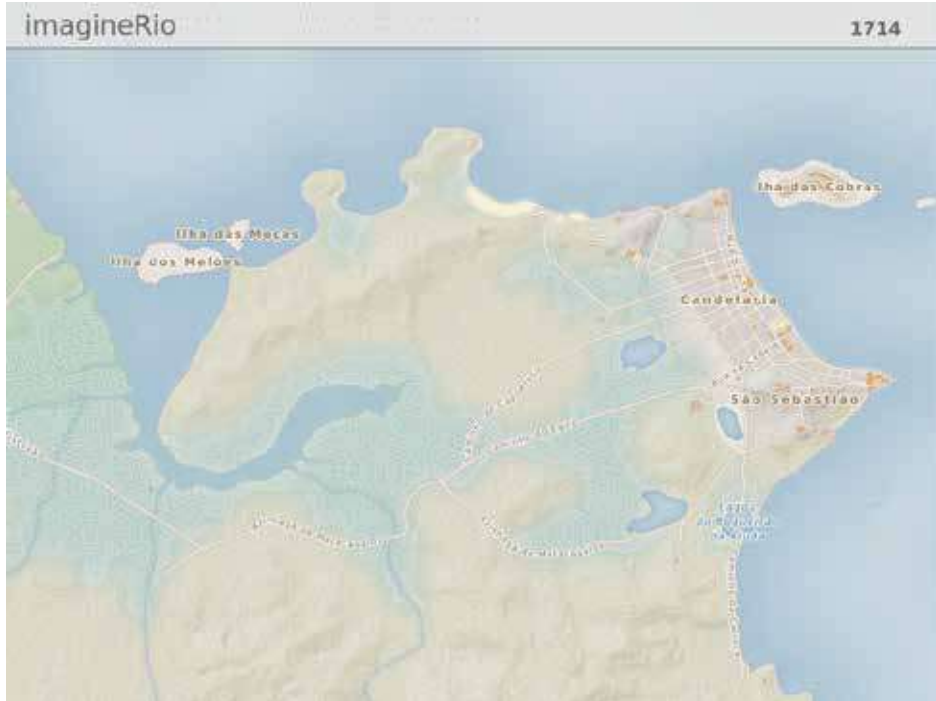
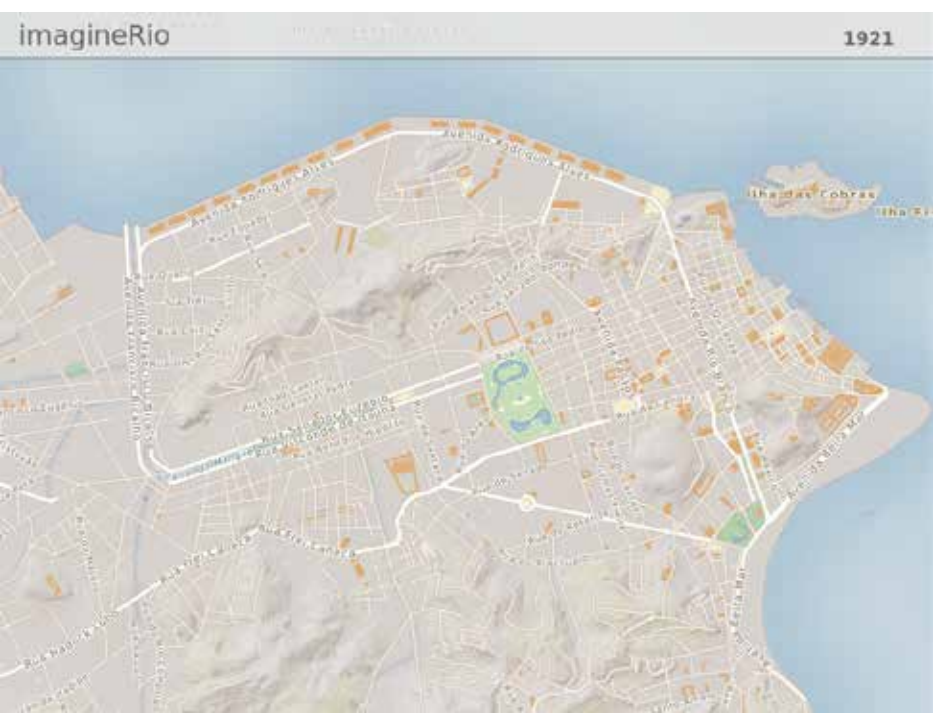
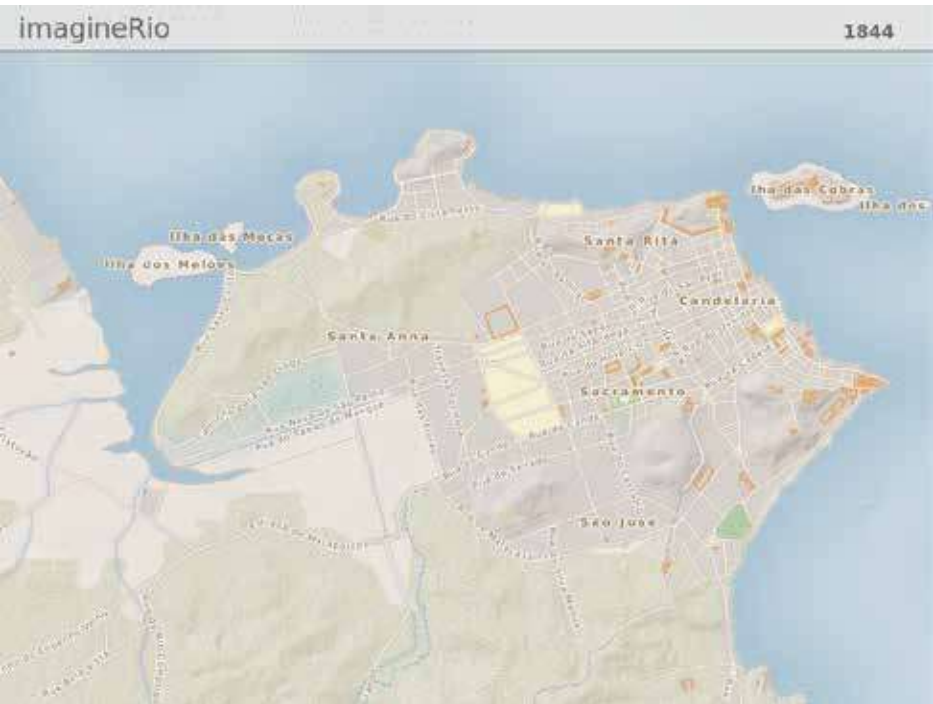
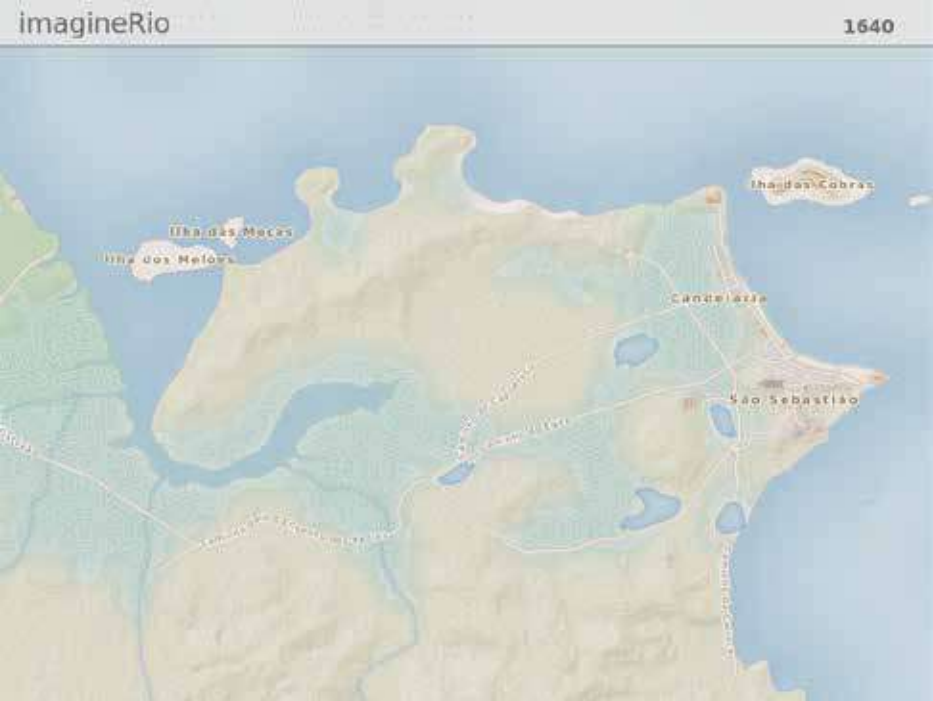
A Nova República é responsável por intervenções profundas na década de 1940, durante a II Guerra Mundial, como a abertura das avenidas Brasil e Presidente Vargas. Esta última, inaugurada em 7 de setembro de 1944, foi a terceira grande intervenção efetuada no Centro, depois da construção da Avenida Central (atual Rio Branco) e do desmante do Morro do Castelo. Para a construção da avenida Presidente Vargas, quarteirões inteiros foram arrasados, monumentos arquitetônicos e praças históricas - como a Praça XI, ponto importante do samba carioca - desapareceram do cenário urbano e bairros antigos, como Cidade Nova e Estácio, foram sacrificados, surgindo com uma cara nova. Mas a avenida Presidente Vargas não cumpriu o papel para o qual foi criada, já que não ocorreram as ocupações previstas e ainda continua sendo lentamente edificada.

2006 PORTO MARAVILHA

Durante a prefeitura de Eduardo Paes, que novamente priorizou a revitalização da cidade, foi firmada uma parceria público-privada para a realização da Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha. Além disso, mais uma vez o sistema viário e a mobilidade urbana alteram radicalmente a região: o novo sistema privilegiou o transporte público coletivo (VLT e ônibus convencionais) e os modos de transporte não motorizados (ciclovias e movimento de pedestres); também foi demolida uma parte do Elevado da Perimetral, a Avenida Rodrigues Alves se transformou em Via Expressa e foi construída uma nova rota, a Via Binário do Porto. Para que essas obras fossem realizadas, iniciou-se uma série de despejos violentos, executados pela prefeitura, de ocupações e moradias na parte plana da zona portuária. Estimam-se 67 mil pessoas removidas no Rio, no período de 2009 a 2013 pela gestão do prefeito Paes.

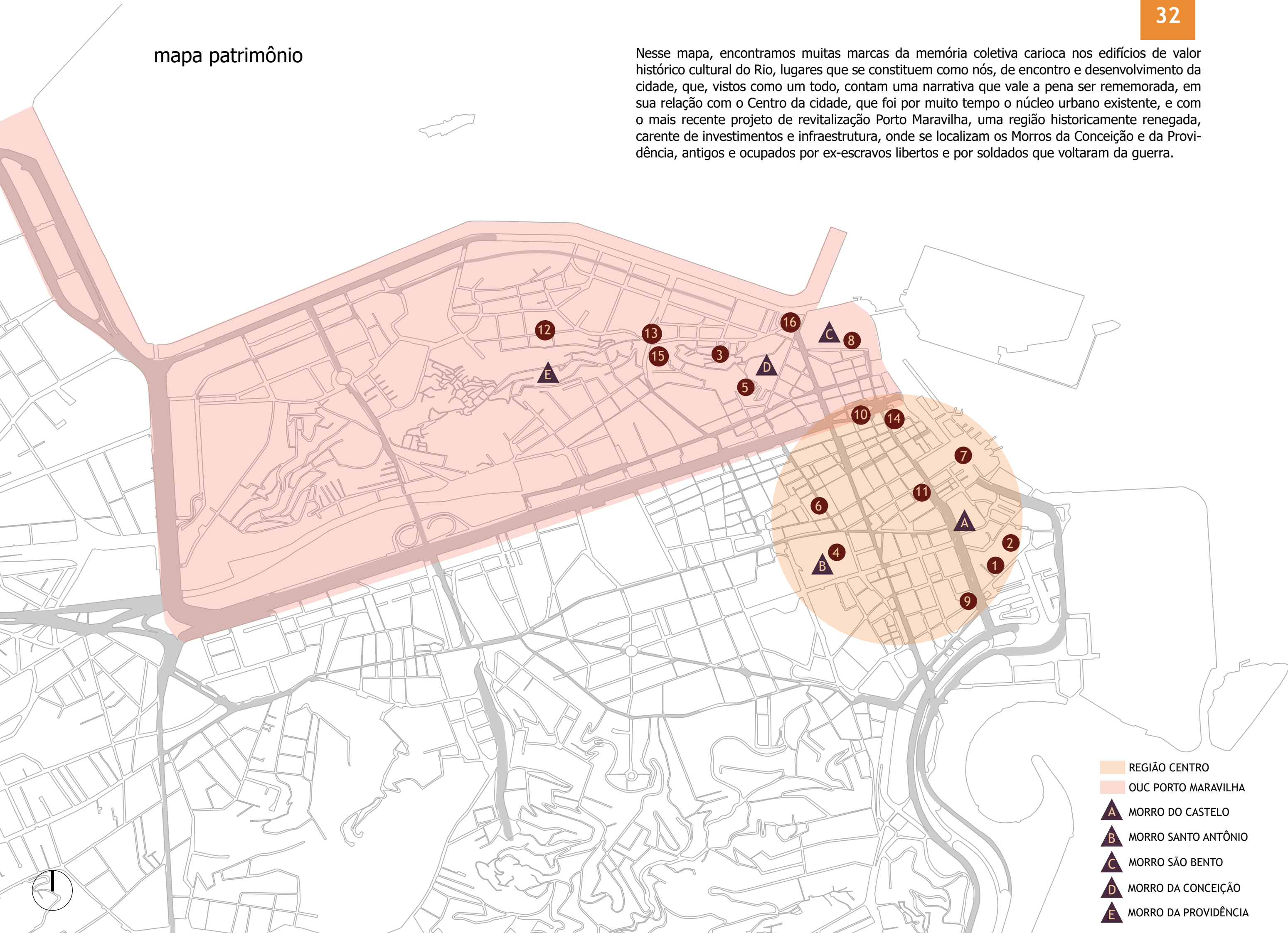
2015

Em 2015, a prefeitura do Rio apresentou o PHIS (Plano de Habitação de Interesse Social) Porto Maravilha, buscando diminuir o déficit habitacional.



mapa patrimônio

Nesse mapa, encontramos muitas marcas da memória coletiva carioca nos edifícios de valor histórico cultural do Rio, lugares que se constituem como nós, de encontro e desenvolvimento da cidade, que, vistos como um todo, contam uma narrativa que vale a pena ser lembrada, em sua relação com o Centro da cidade, que foi por muito tempo o núcleo urbano existente, e com o mais recente projeto de revitalização Porto Maravilha, uma região historicamente renegada, carente de investimentos e infraestrutura, onde se localizam os Morros da Conceição e da Providência, antigos e ocupados por ex-escravos libertos e por soldados que voltaram da guerra.



- REGIÃO CENTRO
- OUC PORTO MARAVILHA
- A MORRO DO CASTELO
- B MORRO SANTO ANTÔNIO
- C MORRO SÃO BENTO
- D MORRO DA CONCEIÇÃO
- E MORRO DA PROVIDÊNCIA



1. LADEIRA DA MISERICÓRDIA



2. HOSPITAL SANTA CASA DA MISERICÓRDIA



3. PEDRA DO SAL



4. CONVENTO SANTO ANTÔNIO



8. MOSTEIRO SÃO BENTO



6. RUA URUGUAIANA



5. PALÁCIO EPISCOPAL



7. PRAÇA XV



12. CEMITÉRIO PRETOS NOVOS



9. IGREJA SANTA LUZIA



10. IGREJA DA CANDELÁRIA



11. IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO



14. CASA FRANÇA BRASIL



13. CAIS DO VALONGO



15. JARDIM SUSPENSO DO VALONGO



16. PRAÇA MAUÁ E EDIFÍCIO À NOITE

LEITURA PORTO MARAVILHA

O termo Gentrification, cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, refere-se ao fenômeno de modificação no perfil socioeconômico da população residente em espaços que passam por processos de reestruturação urbana e que, antes na história da cidade, eram estigmatizados: “gentry” significa camadas sociais médio-altas. Normalmente, esses bairros que passam pelo processo da gentrificação, localizam-se próximos ao centro da cidade, e isso não é sem motivo: são áreas geralmente estigmatizada como violentas, inseguras, insalubres, feias, decadentes (devido à falta de investimentos públicos e privados há anos, à carência de ação governamental em planos e diretrizes urbanísticas, ao abandono e esquecimento da história, tão visível nas dezenas de edifícios de interesse cultural histórico desmoronando), porém, possuem um potencial de retorno de capital muito alto por estarem imediatamente próximas aos núcleos centrais de negócios, onde há concentração de escritórios, comércio, bancos e serviços, com bastante oportunidades de trabalho, além de estarem bem providas de infraestrutura e mobilidade urbana.

Bruno Pereira do Nascimento (2019) traz apontamentos relevantes sobre a gentrificação:

De acordo com Neil Smith (1996, 2001, 2002, 2006), a principal justificativa para a promoção da gentrificação é a modernização e a regeneração multissetorial urbana. No caso específico da Zona Portuária, o discurso que legitima a operação consorciada é que, ao final, todos os envolvidos serão beneficiados. O governo conseguirá “revitalizar” uma área degradada sem gastar seus recursos graças às parcerias público-privadas; os moradores dos bairros afetados passarão a viver em lugares mais seguros e com mais opções de atividades e serviços; os investidores do mercado imobiliário, embora gastem cifras elevadas num primeiro momento, terão garantia de retornos financeiros graças ao aumento do potencial construtivo e ainda pela valorização especulativa da terra.

Dessa forma, em 2003 foi lançado o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, (tendo como motivo o grande estoque de imóveis públicos com potencial de renovação em mãos de órgãos federais, o que dava ao Ministério a chance de recuperar o estoque imobiliário subutilizado dos centros urbanos e de responder ao déficit habitacional, e, como consequência, ampliaria o acesso de populações com renda mais baixa para regiões dotadas de infraestrutura e equipamentos).

Uma articulação, portanto, foi firmada entre o governo federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a qual trabalhava no desenvolvimento de projetos de requalificação urbana para a área portuária, levando à assinatura, em março de 2006, de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Executivo Federal e o município, mas que, entretanto, acabou fracassando.

Em 2009, quando assumiu a prefeitura, Eduardo Paes priorizou a revitalização. De um lado, as empreiteiras defendiam o repasse de terras públicas para a prefeitura e a incorporação imobiliária nas mãos do mercado imobiliário privado. De outro, o Ministério das Cidades insistia na criação de um consórcio público com participação dos três entes, mantendo sob domínio público o controle dos projetos, das decisões urbanísticas e, sobretudo, dos terrenos, de modo a priorizar a habitação social. Acabou ocorrendo justamente o contrário.

Em seis meses, Paes lançou oficialmente o projeto de revitalização, agora chamado Porto Maravilha. Mais cinco meses e os projetos foram aprovados, instituindo legalmente a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (lei complementar 101, de 23 de novembro de 2009) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), sociedade de economia mista criada para promover o desenvolvimento da zona portuária do Rio (lei complementar 102, de 23 de novembro de 2009). Nesse meio tempo, a proposta do consórcio público, a despeito de pareceres técnicos favoráveis, foi abandonada e o Ministério das Cidades retirado do processo, dando lugar à Casa Civil da Presidência e à Secretaria de Patrimônio da União na interlocução do governo federal junto ao município.

Amparadas pelo PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), as empreiteiras ainda participaram da construção do edital da Parceria Público-Privada do Porto Maravilha. Na outra frente, firmou-se a participação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), o que levou o Fundo a se comprometer com todos os gastos da PPP, quase R\$ 8 bilhões, em troca dos CEPACs e dos terrenos públicos da região.

Para a realização das obras portuárias, inicia-se em 2009 uma série de despejos violentos, executados pela prefeitura, de ocupações bem estabelecidas na parte plana da zona portuária.

A gestão dos serviços públicos em parte da região portuária do Rio de Janeiro começou a ser feita pelo Consórcio Porto Novo (formado pelas empresas OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia). Ao longo de 15 anos, a ideia era o consórcio receber R\$ 7,6 bilhões da prefeitura para o investimentos em obras e para a realização de serviços como coleta de lixo, troca de iluminação e gestão do trânsito na região.

Além disso, como parte da Operação Urbana Porto Maravilha – como é chamado o projeto de revitalização da zona portuária do Rio – a prefeitura realizou o leilão dos CEPACs da área (Certificados de Potencial Adicional Construtivo, que são utilizados pelos empreendedores como contrapartida financeira para obtenção de potencial adicional de construção, de forma que os recursos financeiros obtidos são investidos na área da Operação Urbana para realização das intervenções previstas na lei de sua criação). O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, da Caixa Econômica Federal, arrematou todos os títulos por R\$ 3,5 bilhões. Cada um dos 6,4 milhões de CEPACs foi vendido por R\$ 545.

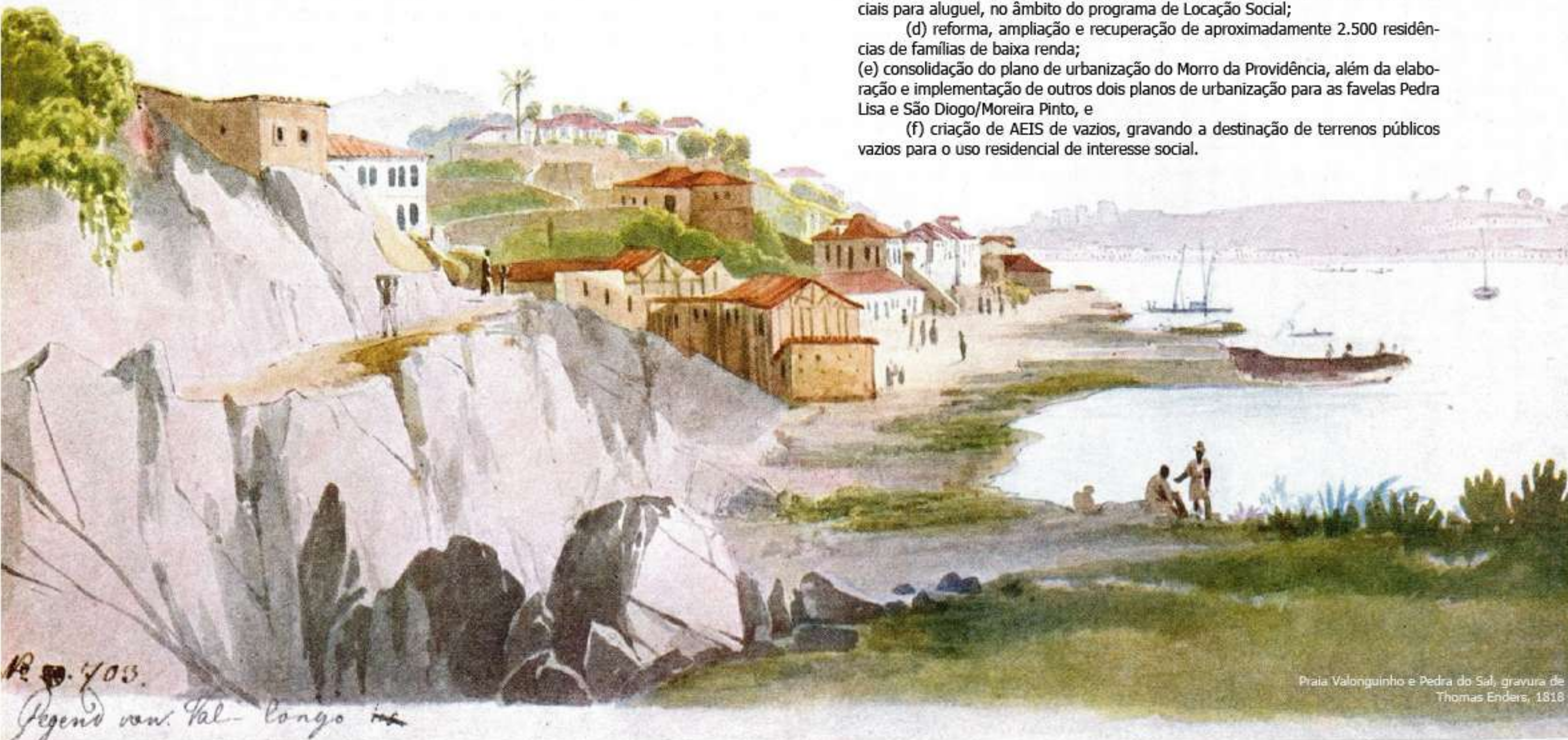
O projeto do Porto Maravilha visava mudar radicalmente o conceito de mobilidade urbana na Região Portuária, privilegiando o transporte público coletivo (VLT e ônibus convencionais) e os modos de transporte não motorizados (ciclovias e movimento de pedestres), valorizando a ideia de morar perto do trabalho, contemplando recursos de acessibilidade e integrando os meios de locomoção na área, sem se esquecer do tráfego de automóveis.

A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha anunciou também uma grande modificação no sistema viário da Região Portuária: houve a demolição do Elevado da Perimetral, a transformação da Avenida Rodrigues Alves em Via Expressa e a construção de uma nova rota, a Via Binário do Porto. Essa decisão vai de acordo com as políticas de mobilidade sustentável determinadas pela Lei Federal nº 12.587 de 2012 sobre Mobilidade Urbana, que estão na linha do prescrito nas legislações semelhantes dos principais países ocidentais. Segundo o Relatório de Atualização do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC da Região do Porto do Rio de Janeiro (2013, p. 35):

Não é um simples bairro nem uma revitalização portuária, é muito mais, pois amplia o Centro com um espaço urbano de qualidade vinculado à Cidade e aumentando a oferta de residências, serviços, comércio, áreas públicas, etc, em um uso misto do solo que tem o propósito de reduzir a entropia dos deslocamentos para áreas periféricas, diminuindo os longos e custosos tempos de viagem e a demanda por infraestrutura.

No parágrafo abaixo, Kamita (2015), aponta diversas modificações no traçado da Praça Mauá ao longo do tempo:

Dos jardins afrancesados da década de 1910, atravessados inicialmente pelas linhas de bonde, depois nos anos 1940 foi invadida pelo Rio dos automóveis, quando de praça aberta passou a ser mero enclave de circulação, justamente por isso, decidiu-se que ali seria o melhor local para a instalação da Rodoviária Mariano Procópio, no térreo do edifício modernista da Polícia Marítima (atual MAR). Pouco mais de uma década depois, a rodoviária não mais atendia a demanda frente ao avassalador processo de crescimento demográfico da cidade, e viu suas funções deslocadas para a nova rodoviária – atual Novo Rio, e a antiga rodoviária se converteu em terminal local, função que se manteve até recentemente. Justamente, no início da década de 1950, procurando atender às novas demandas e por conta também da Copa do Mundo de 1950, foi construído o Pier Mauá para receber grandes transatlânticos, mas efetivamente nunca entrou em funcionamento. Nos anos 1960 esse processo de metropolização descontrolado gerou uma febre rodoviarista com a expansão de vias de circulação e obras de infraestrutura viária de grande porte, como a construção do Elevado da Perimetral que atravessava a orla do centro histórico da cidade, passando pela Praça Mauá até se concluir no final do porto do Rio. Com a decadência econômica do porto e o estrangulamento do centro do Rio, agravados pela perda da condição de Capital Federal, a região ficou abandonada acentuando o processo de degradação urbana e local da boemia e da marginalidade.



Praia Valonguinho e Pedra do Sal, gravura de Thomas Enders, 1818

A prefeitura do Rio de Janeiro apresentou o PHIS (Plano de Habitação de Interesse Social) Porto Maravilha somente entre junho e agosto de 2015, com as seguintes propostas:

(a) a produção de pelo menos 10 mil unidades habitacionais (5 mil unidades garantidas pelo detalhamento do plano mais 5 mil unidades estabelecidas como meta a ser alcançada ao longo de sua implementação);

(b) levantamento fundiário dos imóveis públicos (municipais, estaduais e federais), além daqueles passíveis de desapropriação na área portuária e na área central para a produção de habitação social;

(c) a oferta de pelo menos 1.500 imóveis residenciais e 250 imóveis comerciais para aluguel, no âmbito do programa de Locação Social;

(d) reforma, ampliação e recuperação de aproximadamente 2.500 residências de famílias de baixa renda;

(e) consolidação do plano de urbanização do Morro da Providência, além da elaboração e implementação de outros dois planos de urbanização para as favelas Pedra Lisa e São Diogo/Moreira Pinto, e

(f) criação de AEIS de vazios, gravando a destinação de terrenos públicos vazios para o uso residencial de interesse social.

Os prazos determinados às ações imediatas do PHIS Porto foram todos desrespeitados, e, quase dois anos após seu lançamento, o plano não apresentava qualquer resultado. O que, de fato, ocorreu foi o encaminhamento de um “pacote de leis antigentrificação”, com o Programa Carioca Legal. Sete dos projetos de lei eram nominalmente aplicáveis à área portuária e instituiriam a base legal do plano, mas ficaram emperrados na Câmara Municipal. Mais adiante, na gestão de Crivella, o único projeto voltado a cuidar das pessoas na zona portuária é o Cimento Social no Morro da Providência, que é um projeto de reforma de casas.

OUTRAS TRANSFORMAÇÕES NA ZONA PORTUÁRIA

1. Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade, 1902 - 1906

Revitalizado após a derrubada do Viaduto da Perimetral, em 2014, o principal boulevard do complexo Porto Maravilha nasceu com o nome de Avenida do Cais e começou a ser construído durante as grandes reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, na gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). A nova via integrava o projeto de remodelação da região portuária, a parte economicamente mais importante do Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade, de Pereira Passos, que visava promover a modernização e a mudança da imagem internacional da então capital federal. Foi rebatizada posteriormente de Rodrigues Alves, construída sobre um extenso aterro das enseadas e praias que ali existiam, algumas entrecortadas por morros e pedras que dificultavam a sua interligação, de forma que o acesso por terra era feito pelo interior, por vias estreitas e sinuosas, dificultando o transporte de carga em grande escala. Dessa forma, a geografia da região era vista como um dos empecilhos ao crescimento do Porto do Rio de Janeiro – cujo movimento vinha sendo superado pelo Porto de Santos desde 1890, e a abertura de novas vias de escoamento era tida como crucial. As avenidas do Cais e do Mangue (atual Francisco Bicalho) facilitariam a distribuição comercial para as regiões norte e oeste da cidade, enquanto a Avenida Central (Rio Branco) cumpria o mesmo papel nos sentidos sul e centro.

A reforma portuária, que incluía o alinhamento da orla da região, e a abertura da Avenida do Cais significaram o aterramento das enseadas da Gamboa, dos Alferes e de São Diogo e o ganho de uma nova superfície de 175 mil metros quadrados sobre a Baía de Guanabara. Após todas essas obras de infraestrutura, em 1911, o Rio continuava em segundo lugar como maior porto de exportação do país, embora tenha reconquistado seu lugar como principal porto brasileiro de importação e distribuição de mercadorias.

2. Povoamento e marcos da negritude

Até o século XVIII, as terras que se transformariam nos futuros bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo eram, de forma geral, ocupadas por casas de pescadores,

parcas chácaras e alguns trapiches particulares (armazéns acompanhados de pontes de madeira que serviam para embarcar e desembarcar mercadorias). Era uma área relativamente esquecida pelas autoridades coloniais, que só começaram a se preocupar efetivamente com ela depois que o corsário francês Duguay-Trouin invadiu a cidade, em 1711, instalou seu principal arsenal de artilharia no Morro da Conceição e fincou outras bases militares na região.

Após essa invasão francesa, o governo colonial construiu um forte e instalou guaritas de sentinela, porém, mesmo assim, o crescimento dessa área só começou a ocorrer, de fato, após o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, com o apoio da Coroa portuguesa, ter conseguido transferir no final de sua gestão, em 1779, o desembarque de escravos para o cais erguido na Praia do Valongo, na Enseada da Gamboa. A transferência do tráfico negreiro para lá impactou fortemente a região, com o aumento do movimento de mercadores, a abertura de novos escritórios de corretores de escravos e a construção de armazéns-depósitos de negros, além do comércio paralelo criado no entorno, como tabernas, serralherias especializadas na fabricação de objetos de tortura de escravos e até mesmo uma casa de engorda dos cativos recém-chegados da África.

O Valongo era, na verdade, um complexo com quatro áreas diferentes, porém articuladas: o cais, a Rua do Valongo (atual Camerino) – onde ficavam os armazéns-depósitos que suscitaram vários relatos de viajantes europeus, impactados pela imundície e desumanidade no trato dos negros –, o Cemitério dos Pretos Novos (Rua Pedro Ernesto) – onde os corpos eram jogados e queimados de tempos em tempos –, e o Lazareto – um hospital às margens do Saco da Gamboa, destinado a isolar os africanos recém-chegados até que estivessem curados de suas doenças.

Com a assinatura, em novembro de 1831, da Lei Feijó, que proibia o tráfico negreiro no Brasil, o Cais do Valongo deixou de ancorar navios vindos diretamente da África, embora ainda recebesse alguns escravos do tráfico interno. Praticamente sem função desde então, foi transformado, em 1843, no Cais da Imperatriz, assim chamado por ter sido todo reformado para receber a princesa de Nápoles, Teresa Cristina, que chegou em terras brasileiras para se casar com o jovem D. Pedro II.

A presença negra na região, contudo, não esmoreceu. Tornou-se ainda mais forte no decorrer do século XIX, quando cativos baianos vieram em massa para o Rio de Janeiro, a partir da Revolta dos Malês (1835) e do empobrecimento dos senhores de engenho, que, com falta de dinheiro e medo de novos levantes, optaram por se desfazer de seus escravos. Em razão do baixo preço dos alugueis das moradias e da farta oferta de trabalho, principalmente na estiva, muitos deles se instalaram na Zona Portuária, compreendida entre a Prainha (região da Praça Mauá) e a Enseada de São Cristóvão.

Análises do projeto Porto Maravilha

O projeto não procurou atender a demandas sociais, como a falta de moradia digna e a grande desigualdade econômica presente na região dos bairros do Centro, Saúde, Gamboa e Santo Cristo, mas sim inserir essa área do porto, que historicamente esteve fora dos planos da lógica de mercado, numa posição privilegiada e de destaque na cidade, de atração de capital (imobiliário, estatal, cultural, turístico, empresarial). E, portanto, a finalidade das reformas urbanas realizadas não é a justiça social, mas a atração e a circulação de capital e investimentos, mais uma vez nas mãos dos que já têm muito.

Além disso, empreendimentos como esse sustentam a ideologia da gentrificação e dão voz ativa a uma narrativa midiática e estatal enganosa de supostas intenções de reabilitação habitacional, integração da população residente nos bairros remodelados, aumento da segurança e da oferta de serviços, ou seja, há por trás um discurso legitimando esse retorno de capital e de investimentos. Vemos, portanto, uma justificativa para a promoção da gentrificação, empregada pelo governo: modernização e regeneração multissetorial urbana. Através do uso de mecanismos persuasivos orquestrados pela mídia em associação com o setor político, promovendo uma certa visão de ideologia urbana, um discurso de aumento de investimentos na cidade como um todo é empregado: atraindo camadas médio-altas aumenta os recursos fiscais da área, crescendo o consumo, que aumenta os investimentos privados, que aumentam as oportunidades de trabalho. Essa dinâmica de intervenção na cidade segue uma lógica empreendedorista, onde o “interesse privado de poucos é maior que o interesse coletivo”, que retoma aquele velho discurso de população que merece e que não merece (utilizando frases como por exemplo, “o quarteirão não vai ser mais um problema”, “vai ter mais segurança e menos drogas, prostituição, estrangeiros, pobres”). Mais uma vez, vemos as lógicas da cidade se afastando das demandas do “bem-comum”, e atendendo às necessidades e interesses de grupos hegemônicos atuantes no capital imobiliário e em setores empresariais.

Essas reestruturações urbanas promovidas por grandes alianças público-privadas priorizam um estilo arquitetônico predominantemente moderno e tecnológico que acaba desfigurando as lógicas das configurações de centros urbanos consolidados, não dialogando com o contexto próximo e descaracterizando essas áreas, as quais acabam cada vez mais esquecidas da memória coletiva.

Uma coisa curiosa é que a maior parte dos terrenos que fazem parte da operação urbana Porto Maravilha, que ocupa uma área de 5 milhões de m², são terras públicas, principalmente do governo federal, que foram “vendidas” para a prefeitura do Rio, a partir de avaliações feitas pela própria Caixa que, agora, através do Fundo que ela mesma criou, com recursos do FGTS que ela administra, buscará vender os CEPACs no mercado imobiliário para construtoras interessadas em construir na região. Ou seja, estamos diante de uma operação imobiliária executada por

empresas privadas, mas financiada, de forma engenhosa, com recursos públicos em terrenos públicos. Continuamos sem saber onde estão os benefícios públicos desta PPP.

Conforme discutido no parágrafo anterior, embora a maior parte das intervenções realizadas no projeto Porto Maravilha seja em áreas públicas, muitos imóveis foram desapropriados para serem entregues à iniciativa privada (assim foram muitos os casos de remoções forçadas/compulsórias de ocupações de sem-teto, como o Casarão Azul, 2006-2009; Flor do Asfalto, 2006-2011; Boa Vista; Guerreiros do 234; Guerreiros do 510; Zumbi dos Palmares, 2005-2011; Machado de Assis, 2008-2012; e Quilombo das Guerreiras, 2007-2014, totalizando mais de 400 famílias removidas). Durante a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009 - 2017), estima-se que 67 mil pessoas foram removidas no Rio, no período de 2009 a 2013. Além disso, com o projeto de reurbanização de favelas Morar Carioca, a Secretaria Municipal de Habitação informou em 2012 que 832 residências seriam removidas no Morro da Providência para dar lugar às obras de revitalização; e, em 2013, já se contabilizavam 196 famílias removidas no Morro da Providência. Vemos, então, um discurso engenhoso legitimando projetos de revitalização que são extremamente violentos e que contribuem para o aumento da desigualdade social no país. Encontramos o seguinte relato no estudo de Bruno Pereira do Nascimento (2019):

Os moradores que estão sendo removidos de suas casas tomam conhecimento da alegada arbitrária decisão através da marcação em suas residências, em tinta spray, com a sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e a numeração da residência. Tal ato de intimidação da prefeitura, sem explicação prévia ou autorização dos residentes, foi apelidado pelos moradores da área como “saia do morro hoje”.

A situação amenizou quando, após diversas manifestações e movimentos de resistência, as demolições foram proibidas por decisão liminar concedida pela defensoria pública. Isso traz luz a uma importante discussão que é a do direito à cidade, já que esses moradores estão lutando pelo direito de participar e de ter voz ativa em decisões que interferem diretamente em suas vidas, e também pelo direito de continuar a viver na área onde residem. Porém, essa situação evidencia e reforça um histórico de falta de abertura e de diálogo com os moradores, e, ainda assim, essa parcela da população, menos favorecida economicamente, continua excluída dos processos de decisão e construção da cidade.

Outro episódio que dialoga com essa discussão da disputa pelo direito à cidade é a diminuição de ocupações sem-teto na área de interesse do Porto Maravilha e do centro. Como já citado anteriormente, temos por exemplo o caso da extinta Ocupação Zumbi dos Palmares, localizada no prédio do antigo IAPETEC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, na Avenida Venezuela, 53, no bairro da Saúde). O prédio foi abandonado na década de 1970 e permaneceu vazio durante décadas, não cumprindo sua função social, até que no ano de 2005 foi ocupado e tornou-se a sede da Ocupação Zumbi dos Palmares, porém, logo no ano de 2011 a ocupação foi extinta com a remoção compulsória dos moradores. Com as obras de revitalização da Zona Portuária, o INSS (proprietário do imóvel) voltou suas atenções para ele, motivado

por interesses imobiliários, e entrou com uma ação na justiça solicitando despejo dos ocupantes do local. No ano de 2011, em operação conjunta entre a guarda municipal e a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), todos os residentes foram removidos e as entradas do imóvel lacradas com cimento e concreto. Suas marquises também foram retiradas, assim, evitando que pessoas em condição de rua ficassem dormindo onde era projetada sua sombra ou se protegessem da chuva. Todas essas ocorrências na história do lugar marca uma série de violências e violação de direitos básicos da população, além de um desrespeito e falta de empatia com o outro.

Além de não ter sido priorizado o interesse coletivo, a demanda habitativa e cultural não foi sanada, apesar do discurso oficial de preocupação com a criação de residências para classes sociais mais baixas. Até 2016, apenas 68 unidades habitacionais sociais foram licenciadas, com muitas construções em atraso.

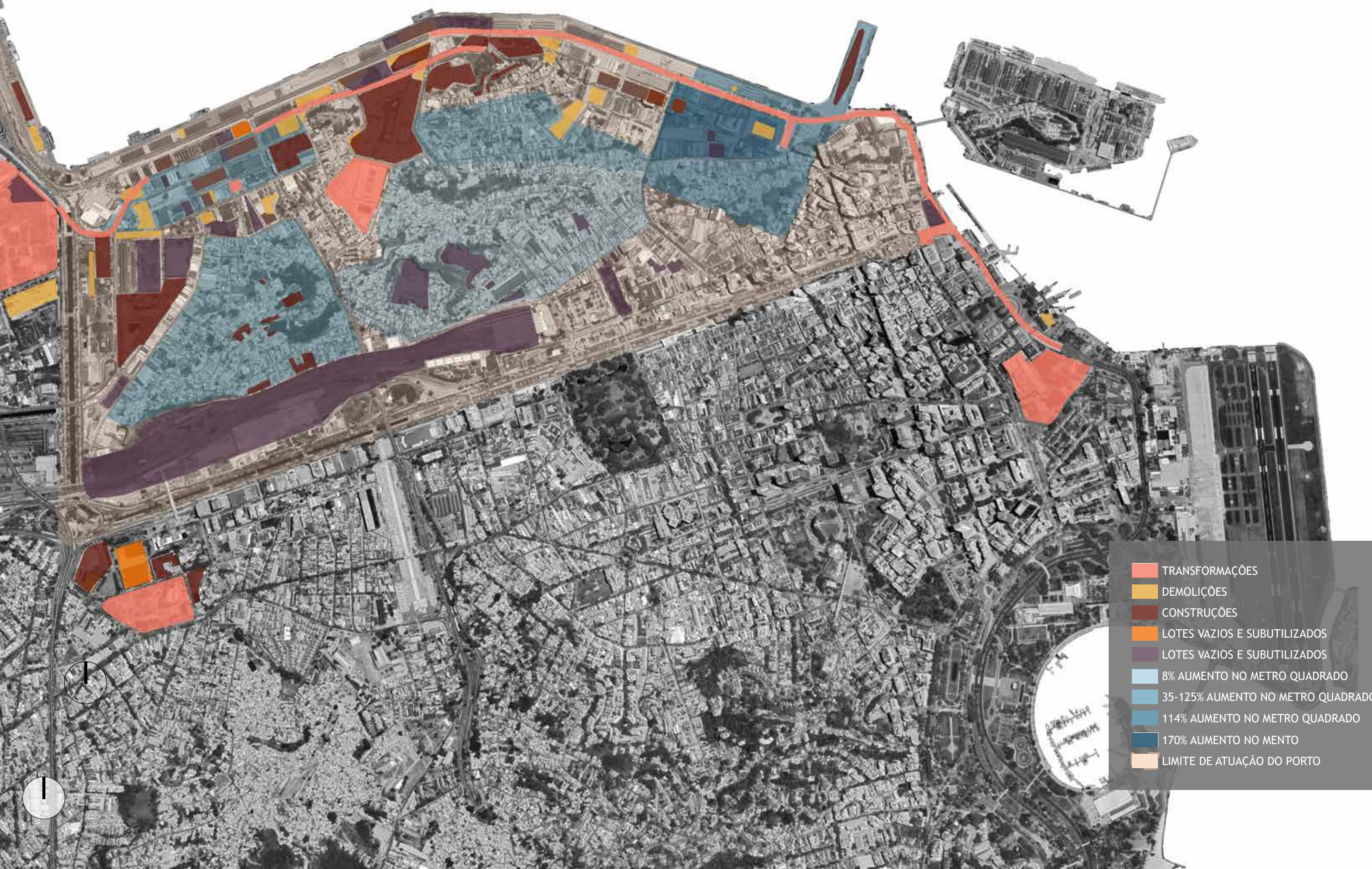
De fato, houve hipervalorização imobiliária e rent gap na região, que afetam significativamente as dinâmicas sociais, provocando uma segregação agora involuntária de grupos sociais menos favorecidos (inquilinos que não conseguem mais arcar com os aluguéis) ou que não compartilham mais da sensação de pertencimento àquele lugar. De acordo com Sérgio Castro, dono da imobiliária Sérgio Castro Imóveis, que abriu uma filial na Zona Portuária em 2009, os preços estão subindo a cada ano, da venda de sobrados e apartamentos antigos, embora o mercado residencial para prédios novos esteja ainda caminhando bem devagar. Segundo ele, em 2009, os sobrados eram vendidos por 160 - 180 mil reais, já em 2011, houve vendas com o preço de 730 mil reais. Ele relata também que houve um caso de aquisição de um sobrado por um investidor na Rua Sacadura Cabral em 2008 pelo valor de 60 mil reais, bem perto do Cais do Valongo; depois, em 2015, foi fechada nova venda do mesmo imóvel por 800 mil reais. Outro caso espantoso relatado foi o de um cliente dele que comprou um galpão na Zona Portuária por 700 mil reais em 2002 e, em 2015, havia recusado uma proposta de 50 milhões de reais. Ou seja, no primeiro caso, houve uma elevação de 1233% no preço do aluguel, e no segundo, de 7042%, em razão da valorização imobiliária da área. Além do mercado de aquisição, os preços dos aluguéis também subiram muito: ainda segundo o estudo de Bruno Pereira do Nascimento (2019), uma moradora do bairro da Gamboa relatou, em entrevista realizada em 2016, que:

O aluguel lá de casa aumentou de 450 reais para 1.050 reais [entre 2011 e 2016]. Temos esperança de que as obras do porto vão pra frente, nossa área tá voltando a ser respeitada pelas pessoas. Pra quem é dono, é ótimo, mas pra quem não é, o aluguel tá ficando mais complicado de pagar (Entrevista de campo / Moradora da Rua do Livramento / 12 de Outubro de 2016) (grifos nossos).

Nesse mesmo estudo, foi apresentado o preço do metro quadrado na região, para prédios antigos e novos, diferenciados, entre os anos de e 2012. Uma curiosidade que apareceu foi a inexistência, em 2002, da cotação de prédios novos em Santo

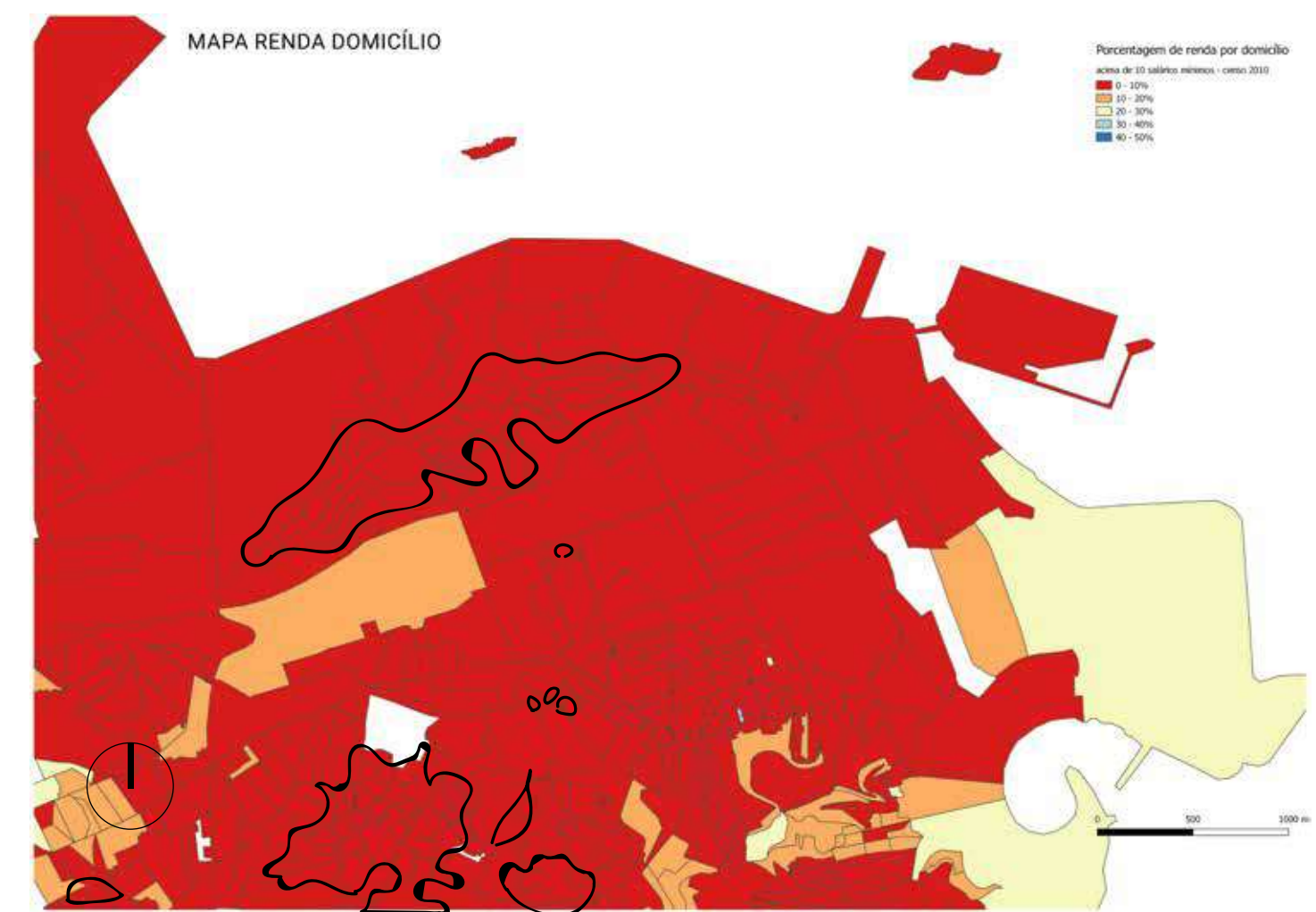
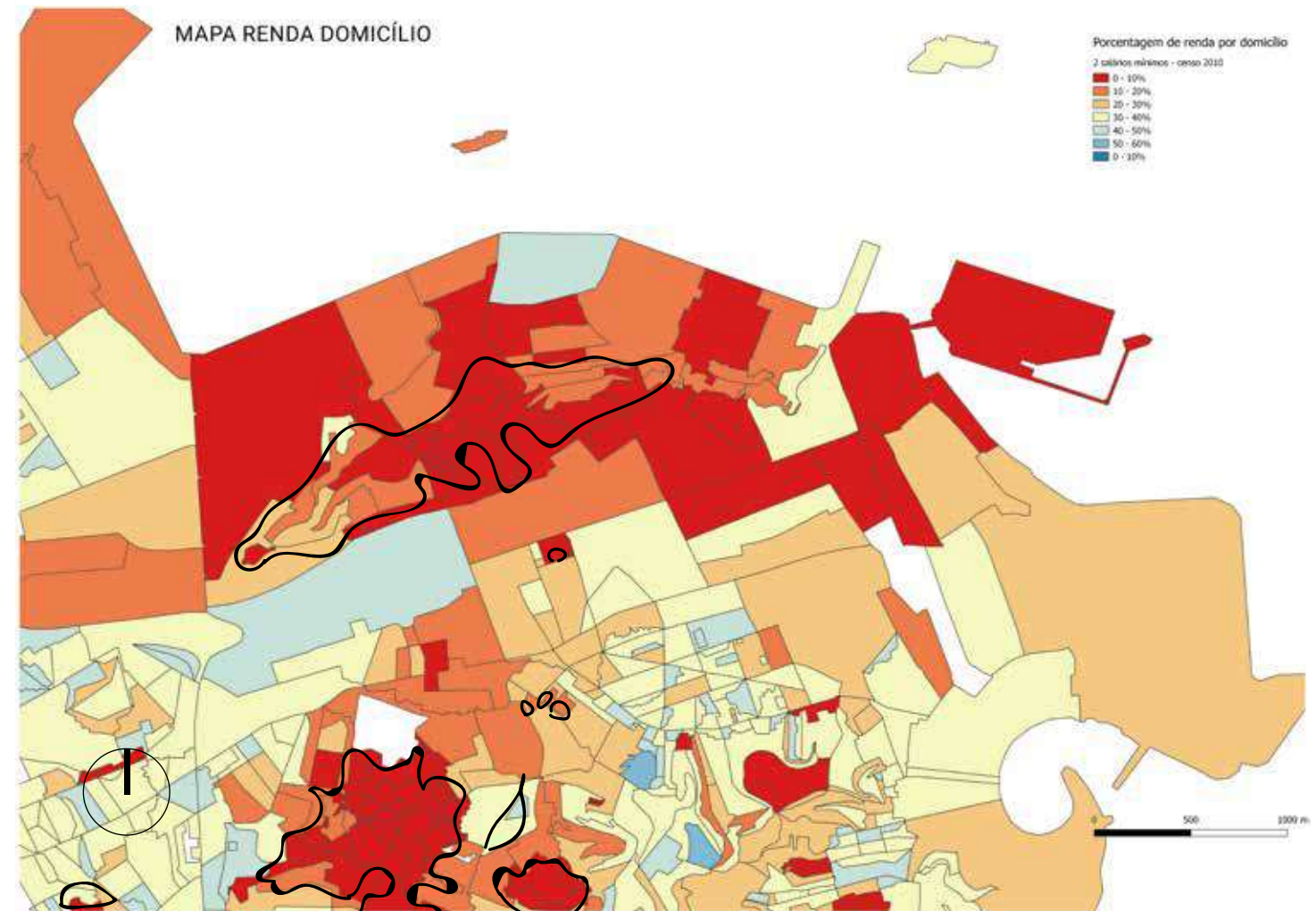
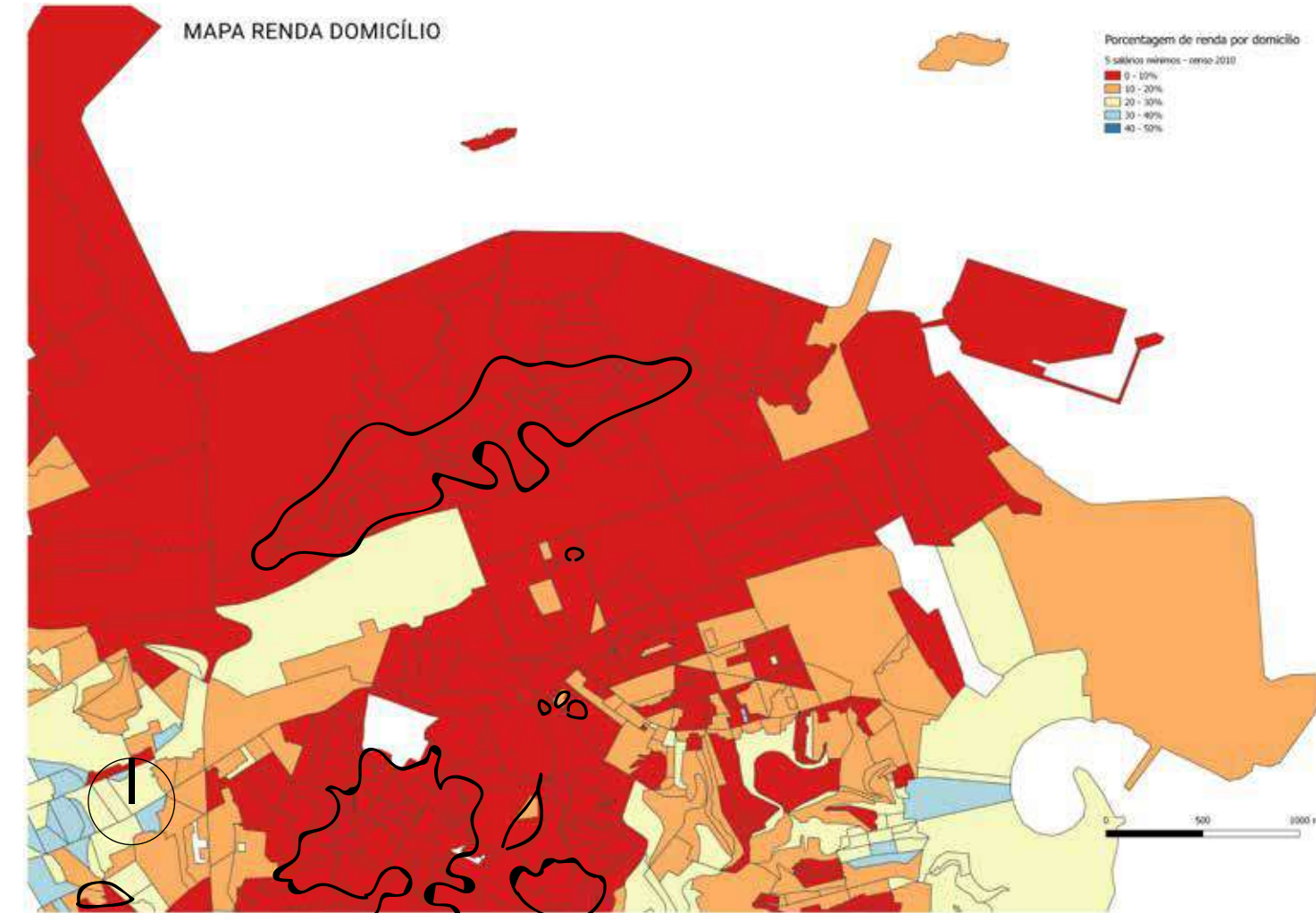
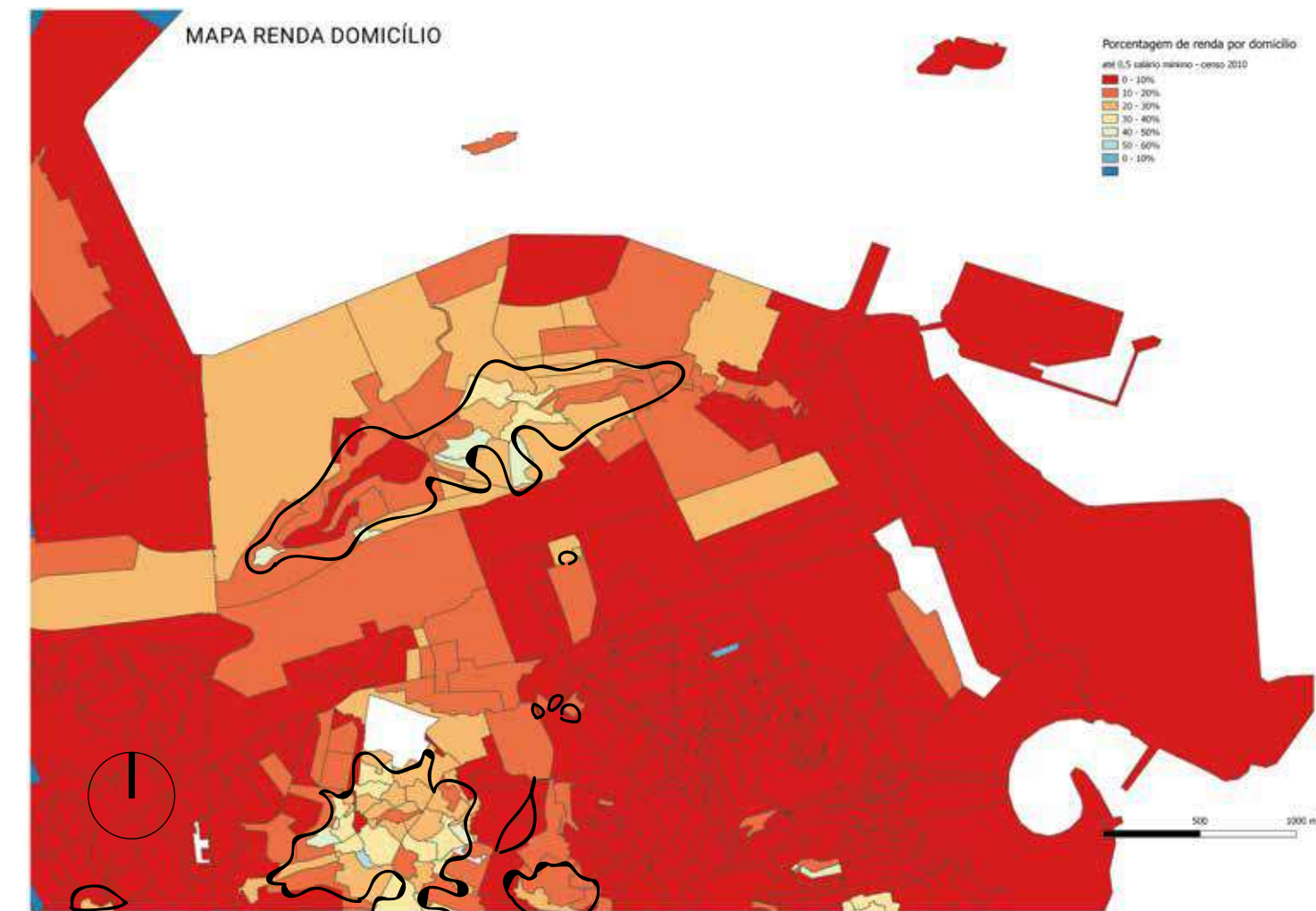
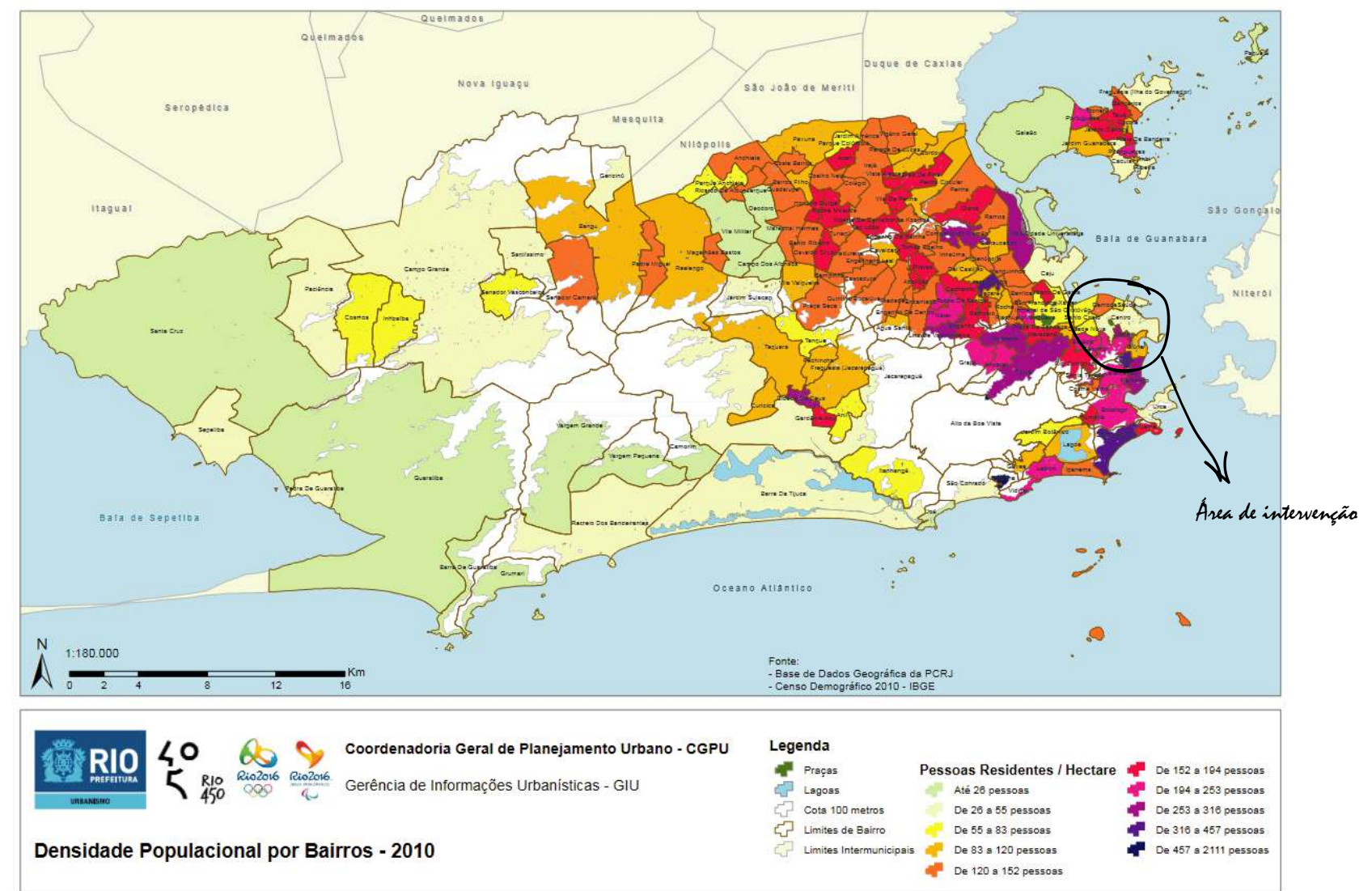
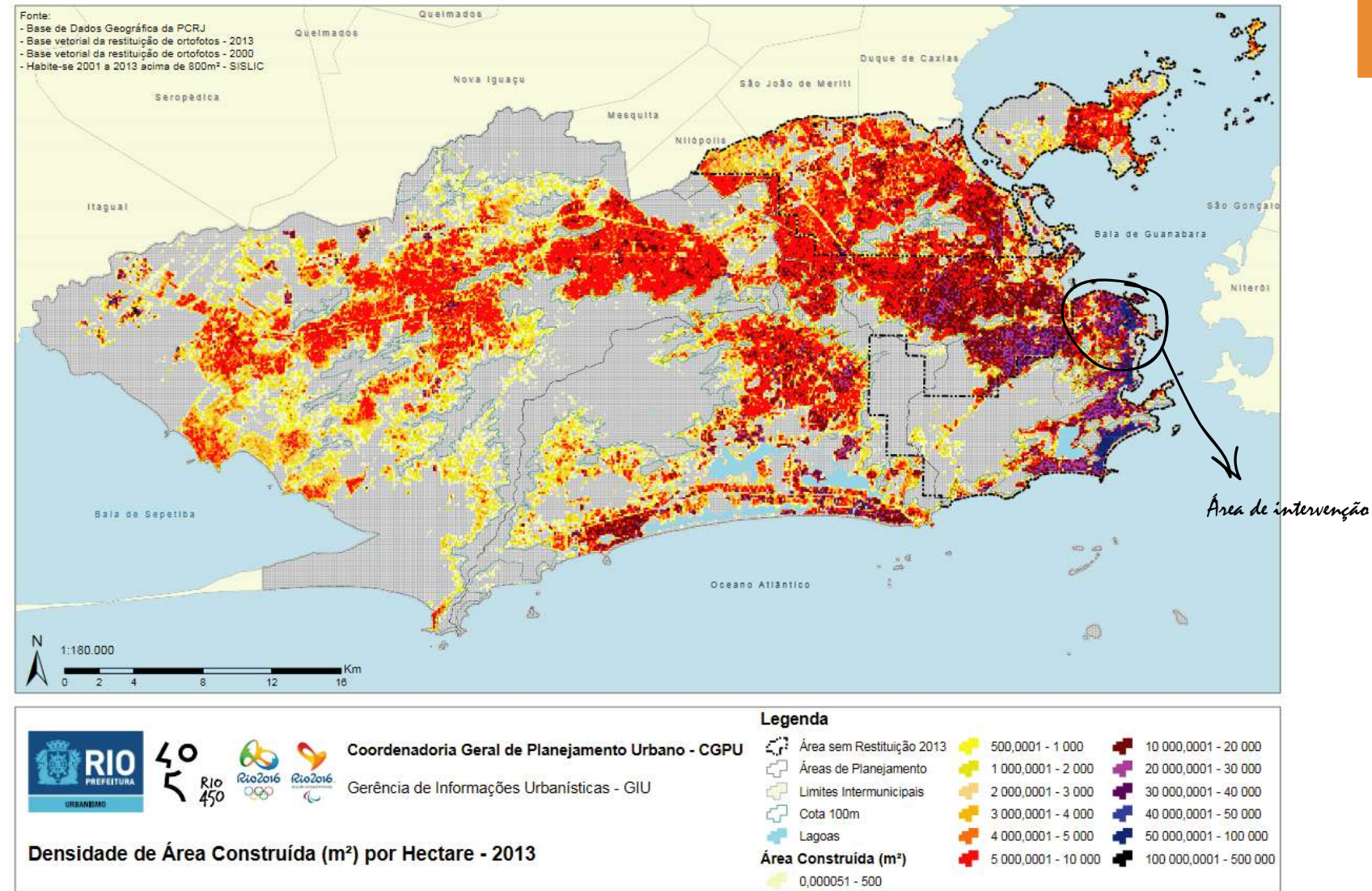
Cristo, Gamboa, Saúde (Av Venezuela, Barão de Tefé e Rua Sacadura Cabral), muito provavelmente porque não havia interesse do mercado imobiliário nem de empreendedores em investir ali. Foi observado, então, que há algumas áreas da região portuária em que o preço do metro quadrado subiu até 500% entre os anos de 2002 e 2012, correspondendo a um valor de 170,68% acima da inflação. Dessa forma, é seguro afirmar que a Zona Portuária do Rio de Janeiro e o seu projeto de revitalização estão inseridos em um processo de hipervalorização imobiliária, no preço da terra e também em um processo de gentrificação, indo de acordo com a teoria do rent gap desenvolvida por Neil Smith: pensando numa perspectiva da gentrificação como processo de produção da cidade, o rent gap consistiria no diferencial de anuidade atual em relação à potencial da área, determinada como renda capitalizada do terreno, representa um cálculo especulativo sobre investir onde o rendimento do capital vai ser maior, visando ao lucro através do valor do solo.

Tendo em vista tudo isso, ainda é possível relacionar esse processo que vem ocorrendo na região portuário do Rio de Janeiro como “gentrificação generalizada”, ou mesmo como a “terceira onda”, caracterizada pela difusão, pela incorporação de fenômenos de requalificação urbana, guiada em grande parte pelo setor público e não caracterizada pelo restauro do precedente estoque imobiliário, priorizando uma construção de novos edifícios, caracterizada também pela difusão de movimentos de protestos contra essa forma de desenvolvimento urbano. Essa gentrificação da terceira onda não apresenta somente uma estratégia residencial, mas agora implica também em transformações na paisagem, nos usos, funções e transeuntes da área.

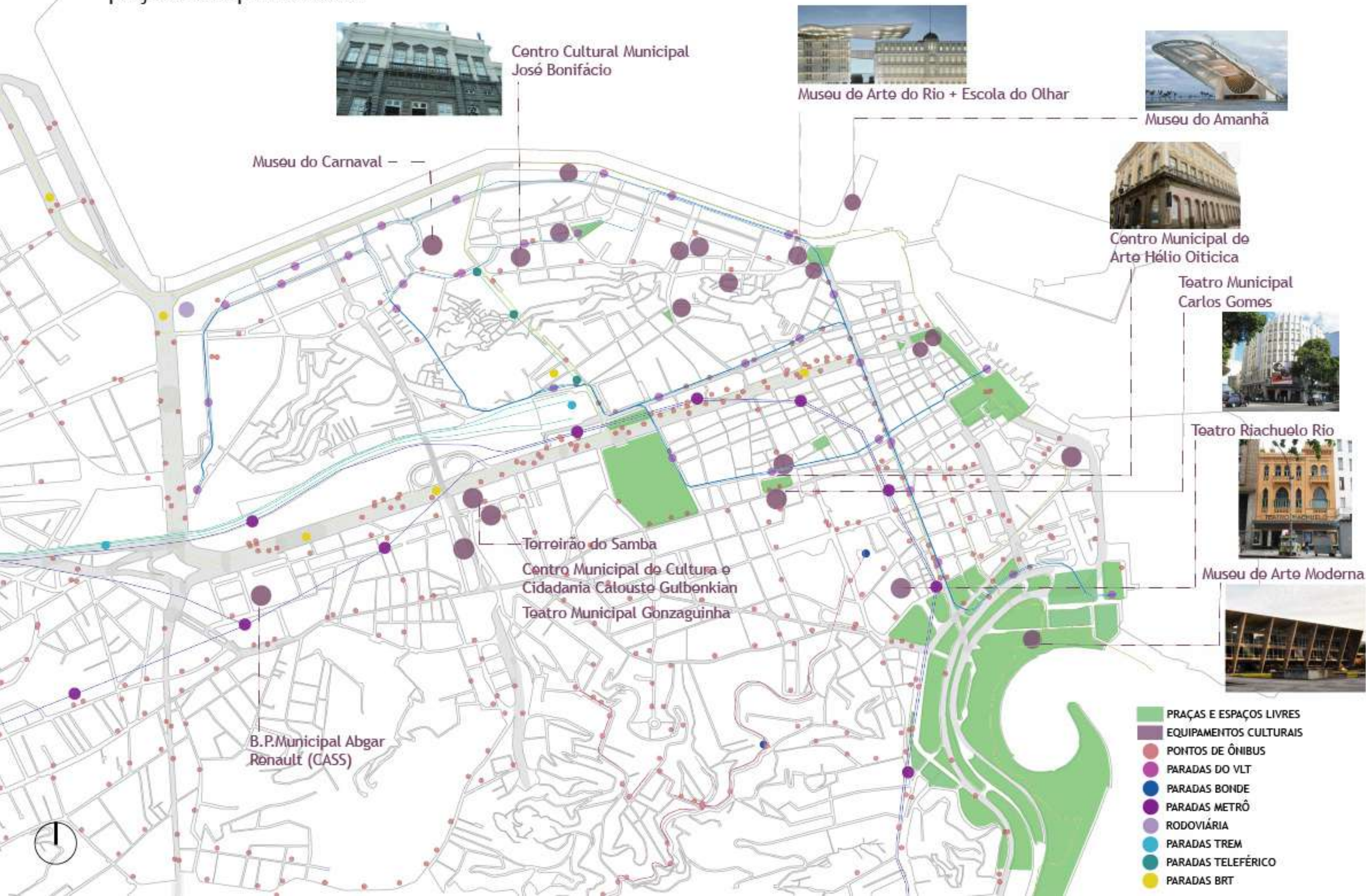


Observando o mapa ao lado, conseguimos perceber diversas modificações realizadas na região ao longo do tempo: a implosão de parte da Perimetral, a abertura da Via Binário do Porto, diversas demolições e construções recentes, principalmente no bairro Santo Cristo, que é onde ainda estão concentrados a maior parte de terrenos vazios ou subutilizados. Dessa forma, conseguimos perceber que os bairros da Saúde e Gamboa são mais adensados e se caracterizando por um uso predominantemente residencial, principalmente quanto mais para dentro do território em relação à nova orla do mar criada, por causa dos sucessivos aterros. O bairro Santo Cristo, por sua vez, ainda carrega muitos traços de uma antiga área portuária, com diversos galpões e fábricas desativadas, além de alguns edifícios novos de uso misto e de escritório. Conseguimos interpretar também uma maior presença de lotes vazios e subutilizados distribuídos principalmente ao longo da costa, e também próximos das grandes e largas avenidas abertas, como a Rodrigues Alves e a Av. Presidente Vargas. Por último, os estudos realizados sobre o valor do metro quadrado nessa região evidenciam que houve uma hipervalorização do valor dos imóveis, especialmente na área mais próxima ao centro do Rio, entre a Praça Mauá, a Rua Sacadura Cabral e e Orla do Conde, que é um local munido de infraestrutura e onde houve profundas mudanças com o projeto do Porto Maravilha (Orla do Conde, revitalização dos galpões do porto e Museu do Amanhã).

LEITURAS SOCIAIS



mapa de equipamentos culturais, praças e transporte coletivo



Sobrepondo essas diversas camadas de interesse, percebemos algumas coisas interessantes: a área de interesse escolhida apresenta uma alta densidade construtiva por hectare, mas baixa densidade populacional por bairro, ou seja, como a maioria das áreas centrais, está quase saturada em relação a edificações e contém poucos lotes vazios e ociosos. Porém, ao mesmo tempo, é uma região que não se caracteriza predominantemente como residencial, e sim comercial, com muitos empreendimentos e serviços. Além disso, observamos nos mapas de renda domiciliar do censo de 2010 que a região imediatamente próxima ao centro financeiro da cidade é ocupada por classes sociais médio-altas, enquanto nos bairros da antiga Zona Portuária do Rio (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) há uma presença marcante de classes pobres, cuja renda domiciliar é até 0,5 salário mínimo, e nesses bairros também praticamente não há moradores de classes médio-altas (ganhando acima de 5 salários mínimos), evidenciando, dessa forma, uma forte discrepância social-econômica no território. As comunidades e favelas demarcadas em preto nesses mapas mostram essa configuração espacial onde parece que cada vez mais as classes baixas ficam isoladas.

Por fim, cruzando todas essas informações com o mapa de equipamentos culturais, praças e transporte público, percebemos uma relação: onde tem transporte público (principalmente seguindo as linhas de metrô), é onde tem uma maior concentração de praças e de equipamentos culturais também, ao mesmo tempo que o mapa de renda também segue essa distribuição e lógica espacial (as áreas mais carentes de infraestrutura estão ocupadas por classes menos abastadas ao mesmo tempo que as classes sociais mais ricas se aglomeram no entorno das linhas de metrô e vlt - veículo leve sobre trilhos, principalmente).

REFE RÊNCIAS PROJET UAIS

.08



BUILDING CUTS E
CONICAL INTERSECT
Nova York, EUA
1975
Gordon Matta-Clark



SEA LEVEL E
TE TUHIRANGI CONTOUR
Holanda e Nova Zelândia
1996 e 2001
Richard Serra



DIURNA
Capela do Solar do Unhão - Salvador, BA
2012
Laura Vinci



NO AR
Beco do Batman - SP Brasil
2017
Laura Vinci



REQUALIFICAÇÃO URBANA DO LARGO DA IGREJA
Portugal
2020
Paulo Vieitas e Alexandre Picanço



FONTE MEMORIAL DE DIANA
Londres - Reino Unido
2004
Gustafson Porter e Bowman



FLOATING
Taipei, Taiwan
2016
Shen Ting Tseng

	conceito	materialidade	aspectos
Building Cuts e Conical Intersect	é uma referência de land art: intervenção em pré-existência		rasgos com um propósito de enquadrar a vista e direcionar o olhar
Sea Level e Te Tuhirangi Contour	é uma referência de land art e conceito de intervenção mínima	chapa de aço corten	
Diurna			exploração da luminosidade e poema que faz parte do objeto arquitetônico
No Ar	tema da intervenção: passagem do tempo		retomar, através da experiência de quem passa por ali pela névoa, que aquele local passou por transformações
Requalificação Largo da Igreja	requalificação de uma praça onde há uma pré-existência de valor histórico / de memória	madeira em diálogo com o piso pré-existente de paralelepípedos	aproveitar a topografia para criar um degrau que é banco
Fonte Memorial de Diana		volume orgânico de concreto	água como elemento central: em contato direto com as pessoas
Floating	intervenção que conforma um playground: espaço de integração e sociabilidade		exploração do vento

DIRETRIZES PROJETUAIS

.09



Este projeto tem como proposição relembrar (rememorar) para pertencer. Em uma cidade de fortes contradições sociais e econômicas como o Rio de Janeiro, na qual muitas vezes os interesses de agentes urbanos diferentes entram em conflito, e que tem um passado marcado por sucessivos apagamentos da história, da memória, dos lugares, de grupos sociais, discutir sobre memória coletiva, pertencimento, sociabilidade e direito à cidade se faz necessário. Nesse sentido, se propõe um percurso histórico que começa no Centro, cruza a Saúde e termina na Gamboa; através dele o transeunte pode usufruir de uma experiência da cidade em “escala tátil”, e também das sensações que essa interação produz. Essa costura urbana proposta na cidade é composta por diversos nós ao longo da linha-percurso, os quais são lugares marcantes na memória coletiva (tanto carioca quanto brasileira) e também por pontos aonde eu proponho ações circunscritas que são cinco intervenções na cidade. Alguns desses lugares ainda existem no espaço físico e outros existem apenas no espaço da memória. Assim, inspirada em um poema de Drummond no qual ele traz os termos “memória finda” e “memória tangível”, incorporei essa categorização nos lugares do percurso: por exemplo, onde o percurso começa é o ponto no mapa do Rio de Janeiro onde está marcado que antes existia o Morro do Castelo (que como já vimos é onde começou a ocupação da cidade), e como o Morro foi demolido, ele não é visível nem palpável, não existe mais fisicamente, e então é uma “memória finda”. Agora por exemplo o Cais do Valongo, diferentemente, é uma “memória tangível” porque ainda se faz presente no espaço físico da cidade, é visível e palpável. E para articular esses diversos nós e pontos na linha-percurso, compus um poema que conta essa nova narrativa, ele vai se desenrolando conforme o caminhar vai avançando e passando pelas intervenções até estar completo no final do percurso, o poema faz parte das intervenções, está gravado, estampado, costurado, dando a elas um valor arquitetônico e artístico.

O objetivo desse projeto é relembrar e recontar uma narrativa através de uma nova perspectiva. E nesse recontar se fazem presente as pessoas, é nelas que vive a memória, elas atuam no espaço-memória, elas têm papel ativo e participativo, são protagonistas na cidade; elas, junto com os espaços, produzem a cidade; e além disso, as memórias têm mais força quando compartilhadas. Dessa forma, através desses novos espaços-lugares, o objetivo desse projeto é constituir um novo lugar na memória das pessoas, construir novas memórias e associações, relações e elos, com a cidade que habitamos e uns com os outros. A experiência de caminhar pelo percurso e de interagir com as intervenções propostas suscita reflexões sobre a cidade: suas transformações urbanas, formas de ocupação, usos, forma urbanística; a ideia é o transeunte refletir e estar atento às transformações urbanas e seus significados. E, da mesma forma que se propõe um recontar através de uma nova narrativa, com o projeto se propõe também uma nova forma urbanística, uma nova forma de ocupar e usar a cidade, na qual novas relações se fazem presentes.

Portanto, as diretrizes projetuais principais são: relembrar, ativar e participar.

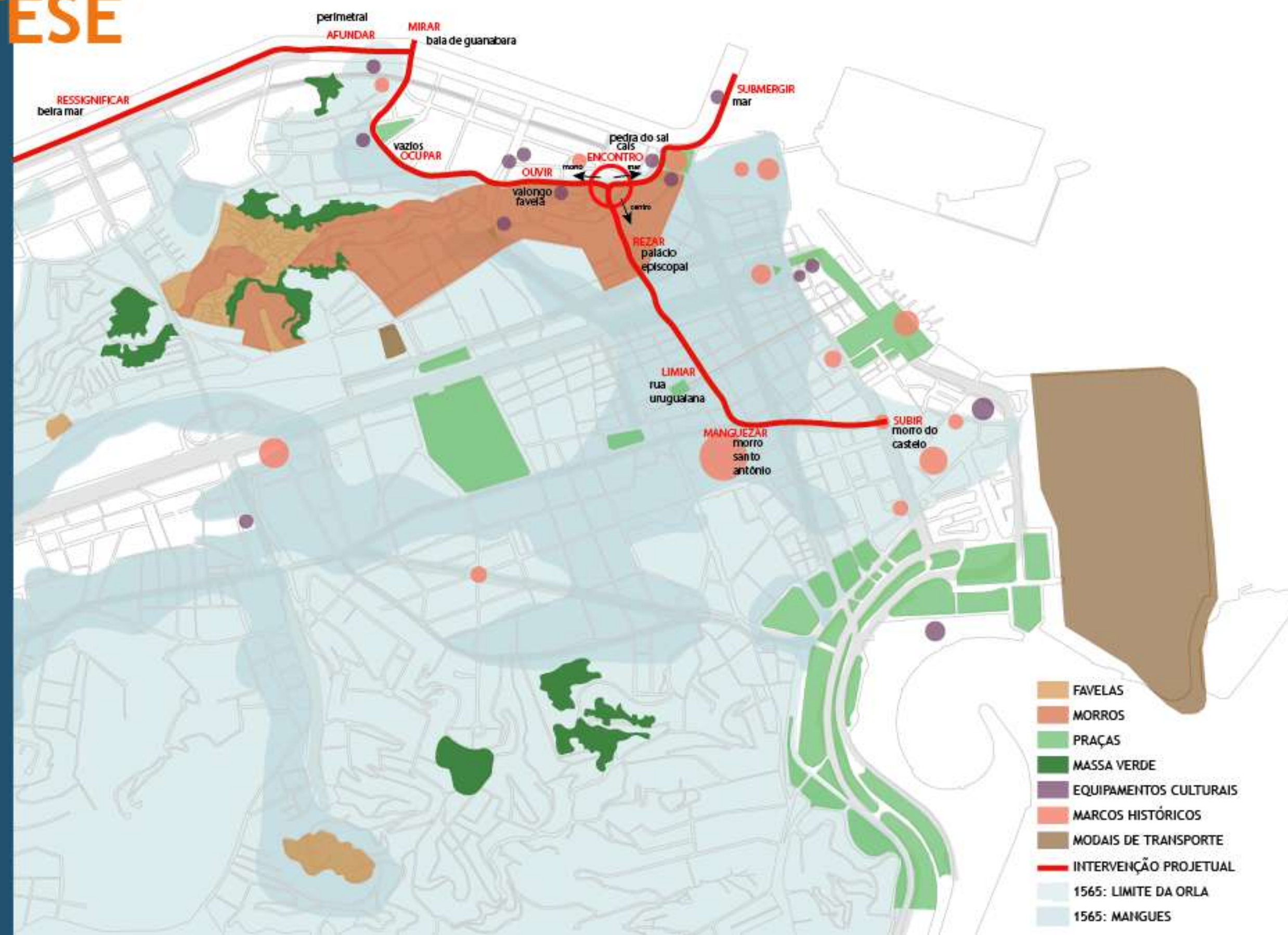
Relembrar é voltar a esse lugar-comum que compartilhamos, e essa experiência estética se faz possível ativando os espaços públicos já existentes para haver maior interação e convívio entre diferentes classes sociais, moradores, cariocas e turistas, e proporcionando assim uma nova forma de perceber o espaço (relação com a memória e explorar os sentidos: ventos marítimos, brisa, mar, sal, morro, vista, praia, mergulho, trapiches, mangues, samba, pandeiro, tambor, subir, descer), através das intervenções, que foram bastante inspiradas no conceito de land art. Para ativar esses lugares, se propõe incluir a participação da população local: artistas para desenhar e pintar o poema nas intervenções, intervindo nelas, e a participação da comunidade através da autoconstrução, onde se faria de bom uso a presença de crianças e adolescentes das escolas públicas da região. Além disso, as intervenções propostas criam espaços de parar, estar, ficar, avistar, refletir, provocar, interagir e se relacionar. Essa ação de propor um percurso histórico na cidade tem também uma certa dimensão museográfica, que traz a arte, a cultura e a narração histórica para fora dos edifícios, para as ruas, que são os lugares essencialmente públicos, ampliando, dessa forma, a noção dos transeuntes de pertencimento à história e ao espaço.

Também faz parte do percurso uma leitura sócio-econômica da cidade, na qual o transeunte percebe as diferentes formas de ocupação e os interesses de quais agentes predominam em cada lugar. Dessa forma, o projeto chama a atenção do transeunte e propõe uma reflexão acerca dos significados desses espaços: ao marcar, por exemplo, o prédio na Rua Venezuela que antigamente já foi Ocupação Zumbi dos Palmares e atualmente é moradia de 110 famílias sem-teto cariocas, o projeto busca dar voz aos que foram silenciados e excluídos, e contar essas narrativas.

O arquiteto da paisagem Bernard Lassus faz uma distinção entre “escala visual”, que diz respeito a tudo o que se configura como imagem, e “escala tátil”, que abrange tudo aquilo que pode ser percebido para além da visão (como através dos demais sentidos: odores, texturas, sons). Dessa forma, ele traz a ideia de “intervenção mínima”, que seria um modo que transformar a percepção da paisagem sem alterá-la fisicamente, intervenções sutis na cidade que proponham ressignificar aquela paisagem, propondo novas leituras no território já existente. Com esse trabalho, proponho a mesma linha de intervenções mínimas no tecido carioca, em diálogo constante com o contexto e a história na qual está inserido, procurando suscitar uma nova camada de compreensão e relação do indivíduo com a paisagem e com o outro, ali ao redor compartilhando o mesmo espaço com ele, mas não a mesma paisagem, pois ela é única para cada um. Nesse grande movimento conjunto, compreendendo o passado para seguir com o presente, nas novas relações e interligações feitas, proponho expandir a sensação de pertencimento no Rio, por isso, relembrar para pertencer. Uma lógica muito parecida seria sentar na mesa com os avós e ouvir as histórias deles, as narrativas que eles têm a compartilhar, ouvir, perceber, imaginar, pertencer junto.

MAPA SÍNTESE

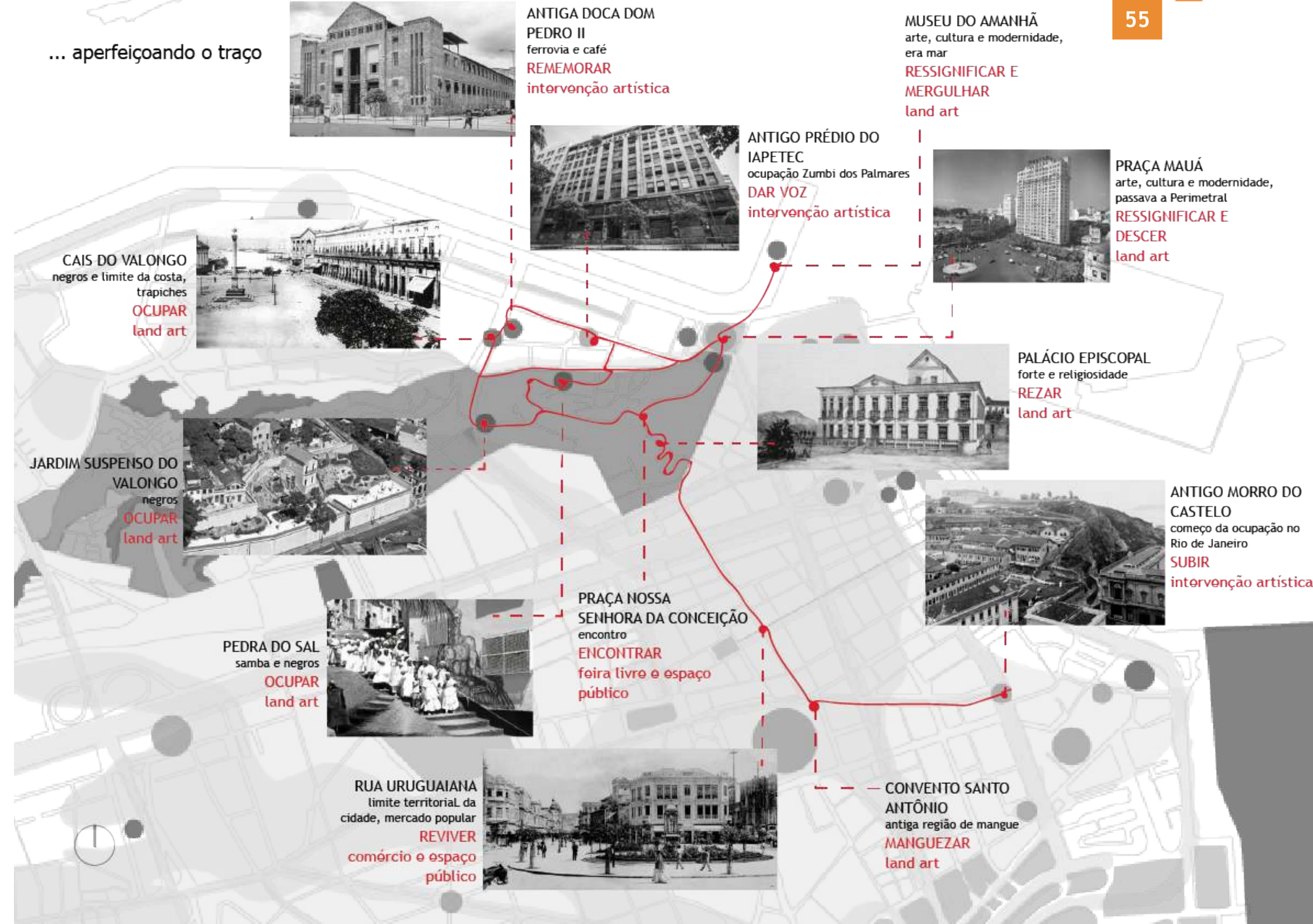
Sobrepondo essas diversas camadas de interesse, vemos emergir um primeiro traço, conectando marcos históricos e culturais importantes, dialogando com praças e espaços públicos já consolidados, próximo aos pontos nodais de transporte público do Rio (o aeroporto Santos Dummond, a rodoviária e a Central do Brasil), trazendo à tona configurações geográficas territoriais esquecidas, subindo o morro, passando pela Pedra do Sal e o Valongo e dando voz aos que por muito tempo foram silenciados, buscando uma nova relação dos transeuntes com a paisagem, explorando os sentidos dos pedestres que estejam na região, sejam moradores locais, cariocas ou turistas.

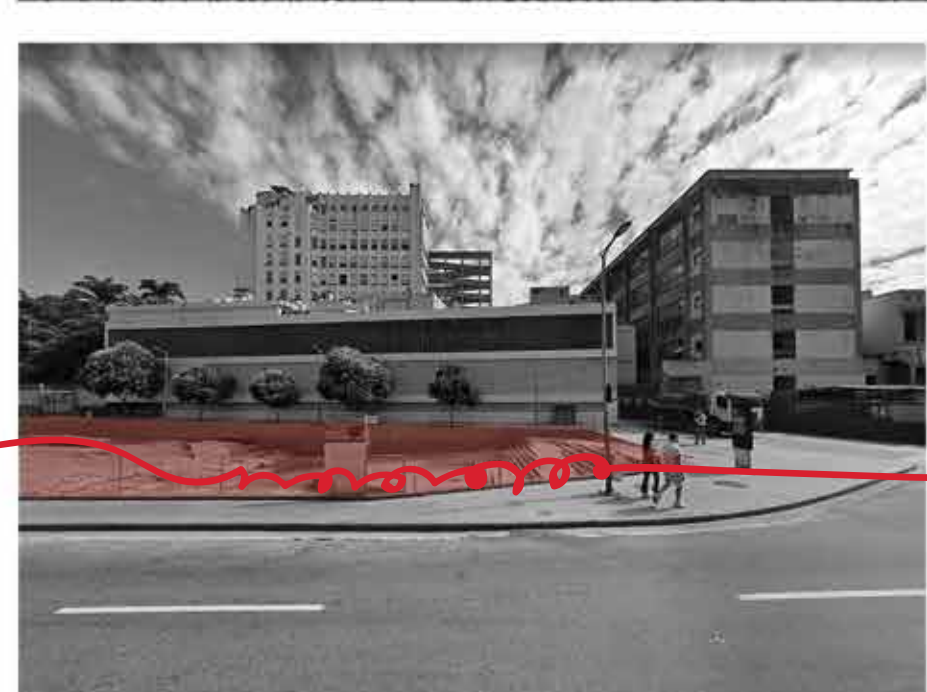
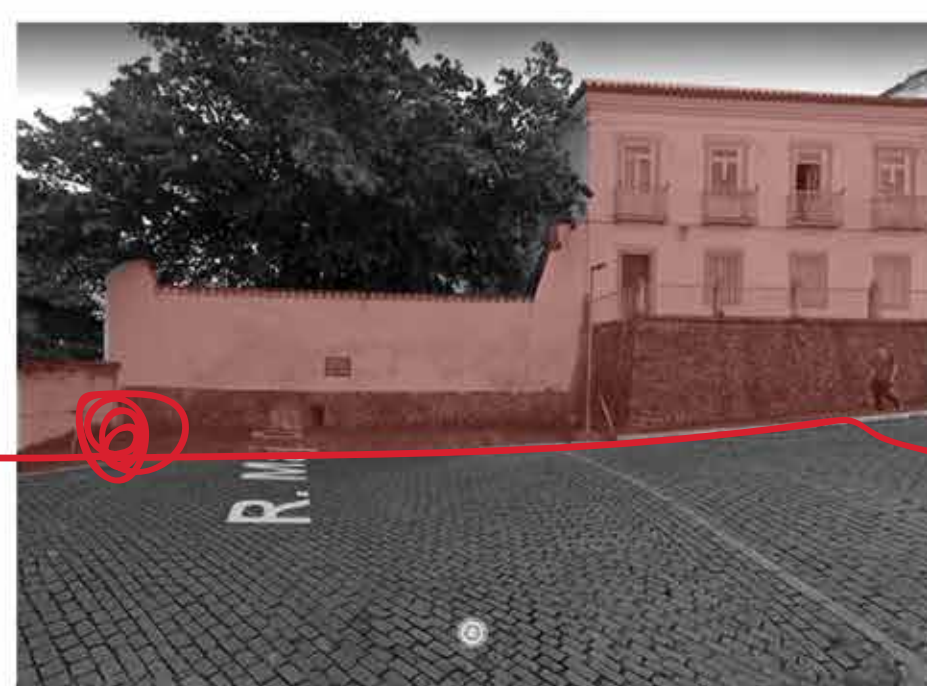
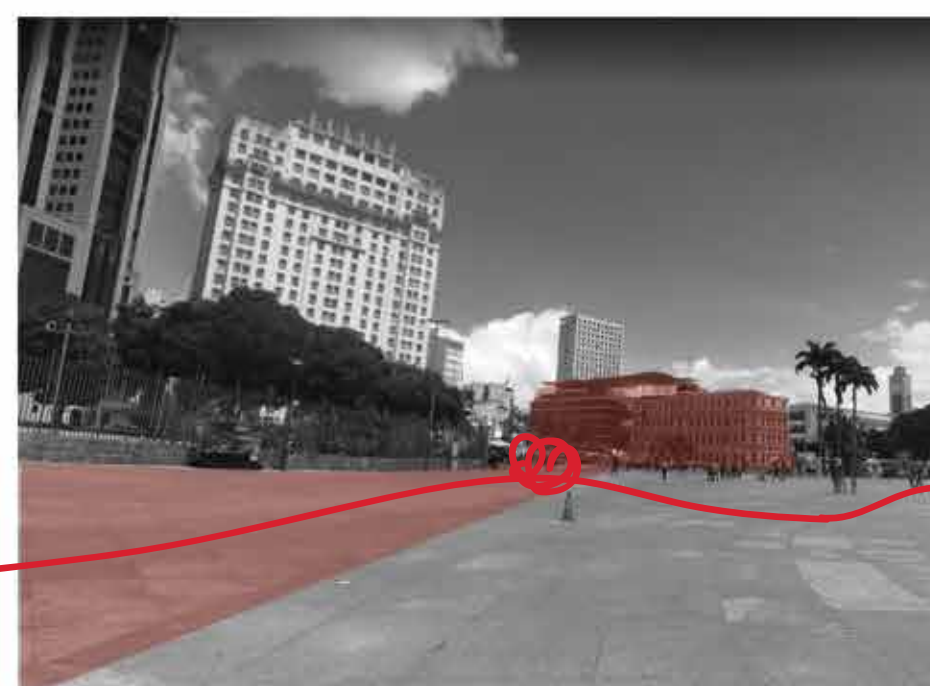
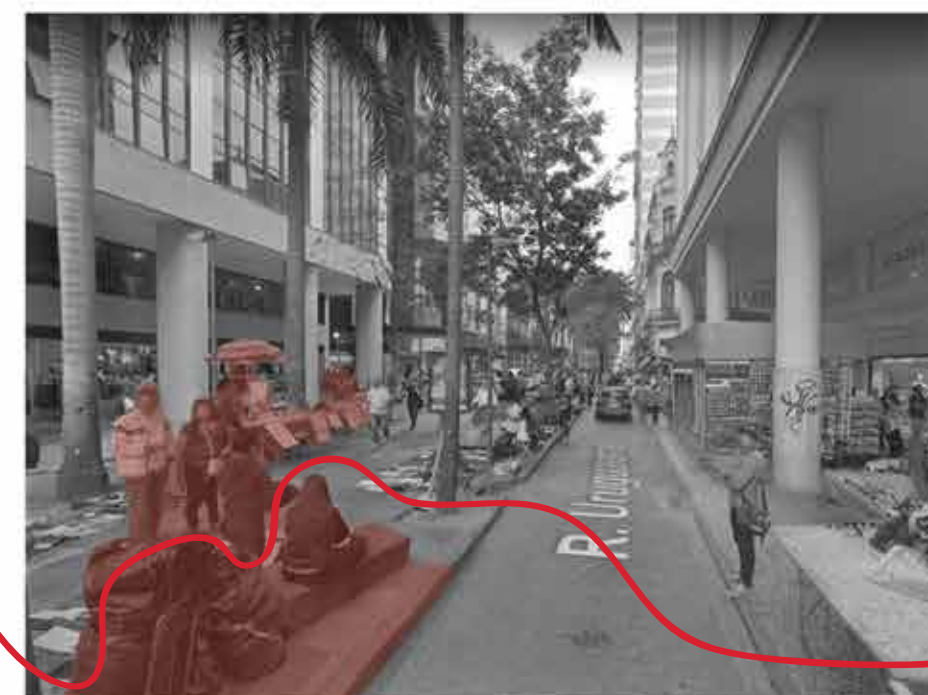
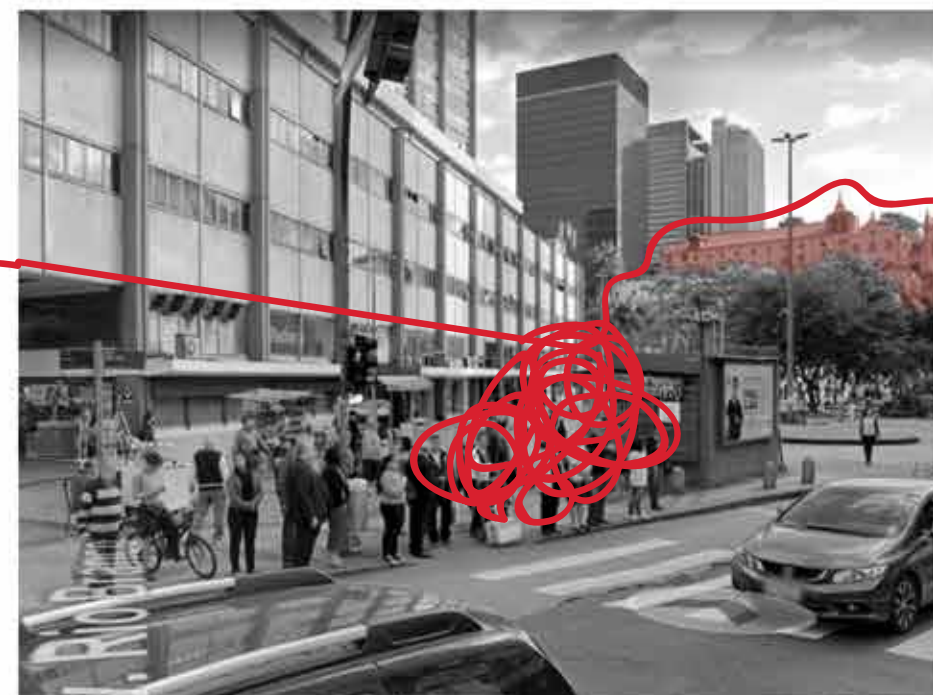
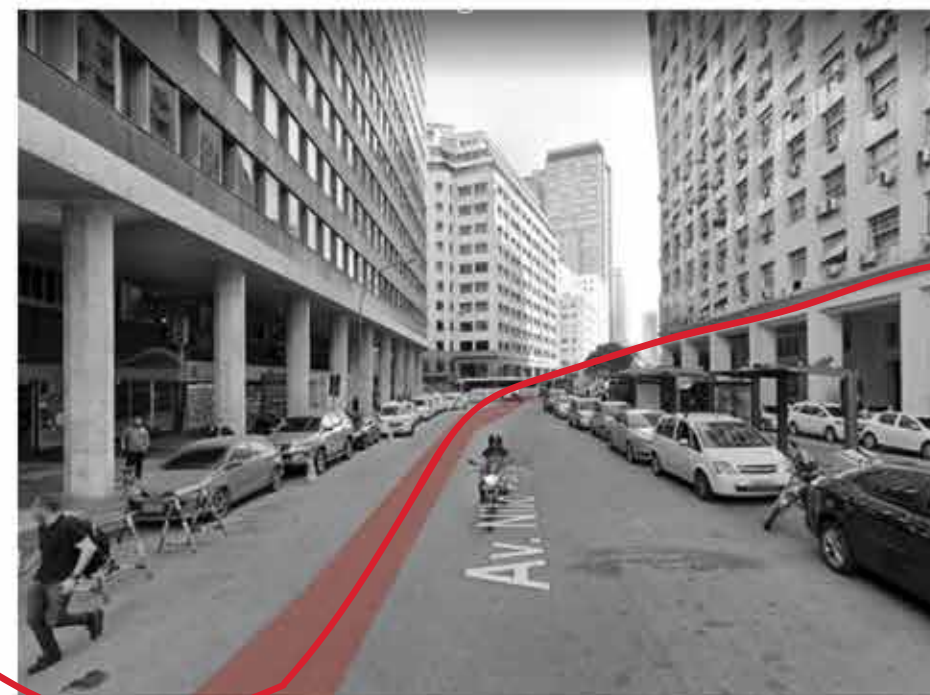


ME MÓRIA

... aperfeiçoando o traço

Para realizar essa costura, foi pensado um percurso com pontos de intervenção. O mapa ao lado mostra uma primeira proposta de costura urbana, realizada durante o momento de leituras do território, com percepções de um lugar mais distante.





OCUPAÇÃO

PERCURSO

.10

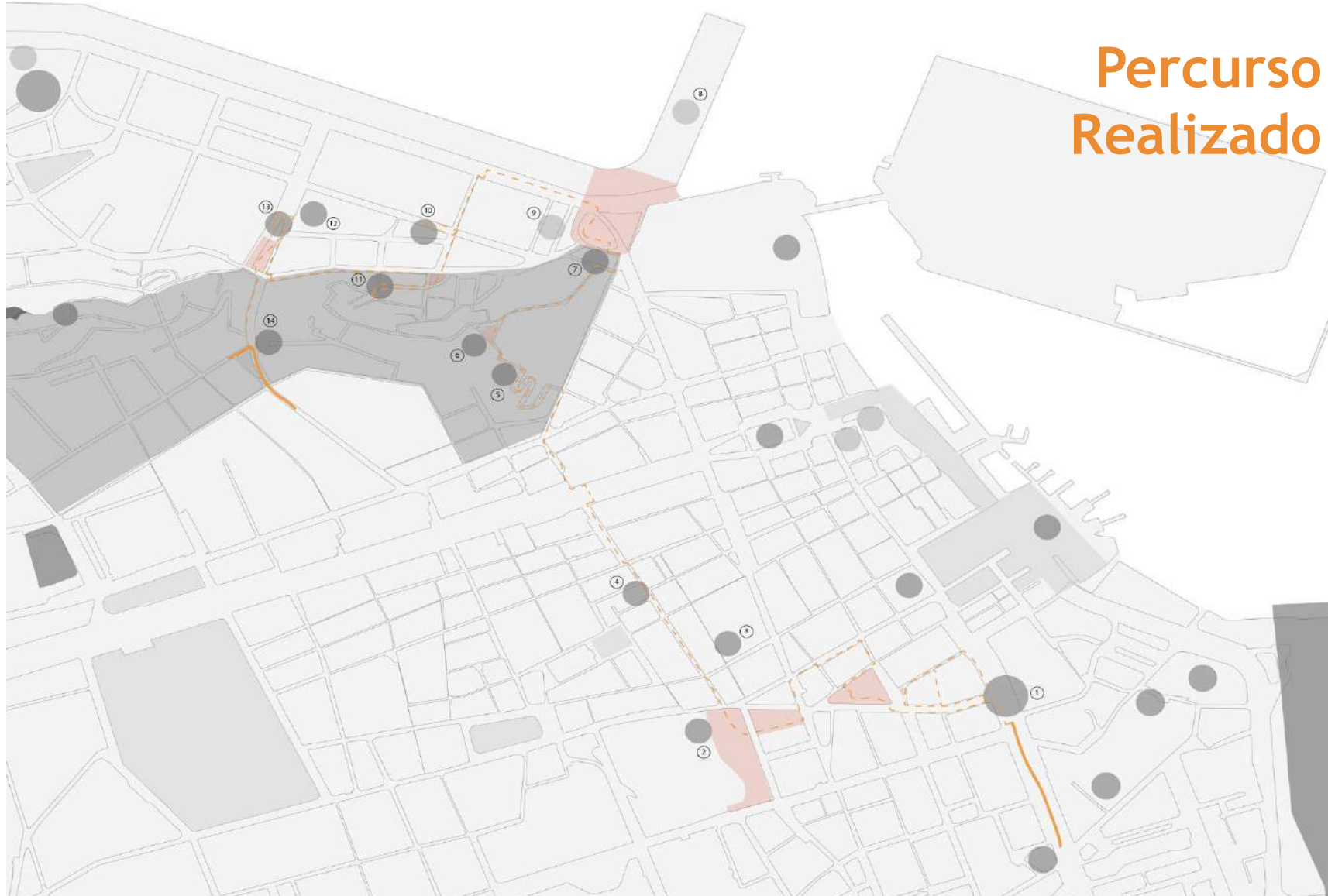
Depois, na visita em campo, realizei um outro percurso, mais relacionado com as percepções estéticas e movida pela curiosidade, foi quando descobri a praça Mário Lago, percebi dinâmicas específicas na cidade, me surpreendi com a falta de espaços de estar no centro carioca, me deparei com lugares hostis à ocupação, quase fui atropelada pelo fluxo de pessoas na Uruguaiana, ouvi o vento uivando no alto do Morro da Conceição, avistei o mar, descobri que o edifício na Rua Venezuela está novamente ocupado por 110 famílias que não conseguiam mais pagar seus aluguéis na pandemia de COVID-19, andei de bicicleta na Orla do Conde, descobri que o Largo da Prainha fica cheio de gente em qualquer momento do dia e em todos os dias da semana (e que o resto da região é extremamente vazio de fim de semana),

passei pela Pedra do Sal e pelo Cais do Valongo, mas perdi a roda de samba de segunda-feira.

Finalmente, após as primeiras leituras, as percepções da visita em campo, e novas pesquisas e croquis, cheguei em uma proposta final de percurso com nós de memória tangível e cinco intervenções que remetem a memórias finidas. Esse percurso tem como proposta o caminhar como ato estético, no qual o transeunte vai percebendo o espaço (um exemplo é a topografia muito presente e marcante: ora tem morro, ora não tem, quase sempre estamos avistando um morro ao fundo na paisagem, ora o terreno é acentuado e ora é plano - percepção de que aquele é um lugar aterrado).

O percurso também tem uma ideia e dimensão de linha, fluidez, curvilínea, assim como os traçados naturais, o morro, o mar, fazendo uma relação direta com o passado do Rio de Janeiro. E as cinco intervenções também seguem essa mesma lógica: com formas orgânicas e um desenho comprido que retoma a ideia de linha e traço, propondo uma costura fluida na cidade. E essa costura conta uma história:

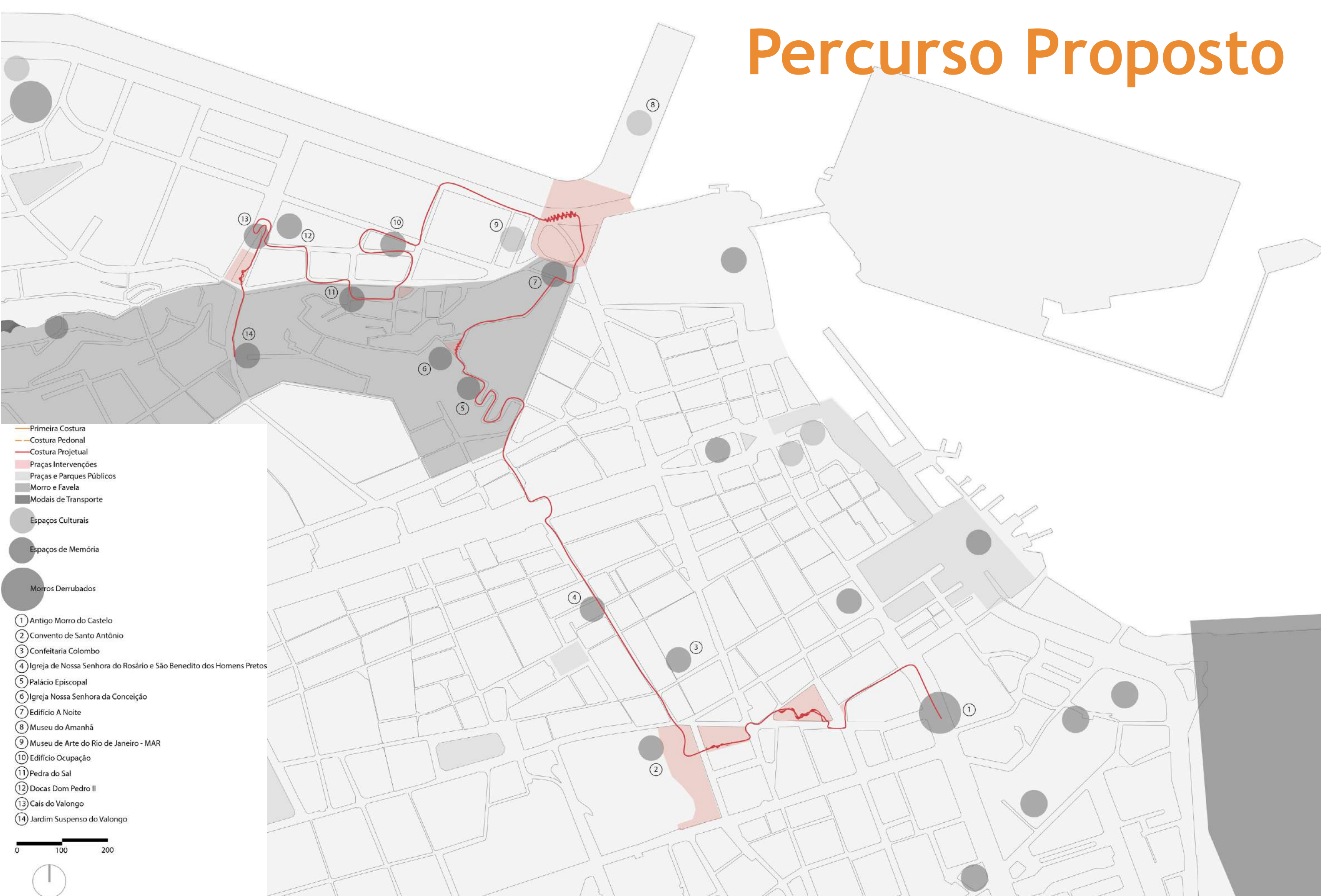
Percurso Realizado



quando o transeunte passa pelas intervenções como um todo, se configura uma narrativa que conta a história do Rio e também se configura uma nova forma de ocupar, usar, e se relacionar com a cidade.

O percurso tem uma dimensão temporal porque constitui uma ideia de lugar através da memória e transformação, ou seja, ele propõe uma relação específica entre uma leitura urbanística da memória em relação a uma leitura atual da cidade. Os lugares que fazem parte do percurso são pensados numa temporalidade ampla: fazer presente hoje o que o espaço já foi algum dia, retomar essas dimensões e relações. O caminhar é, portanto, compreendido como ato estético, no qual a fenomenologia e a experiência do lugar e do tempo se fazem presentes.

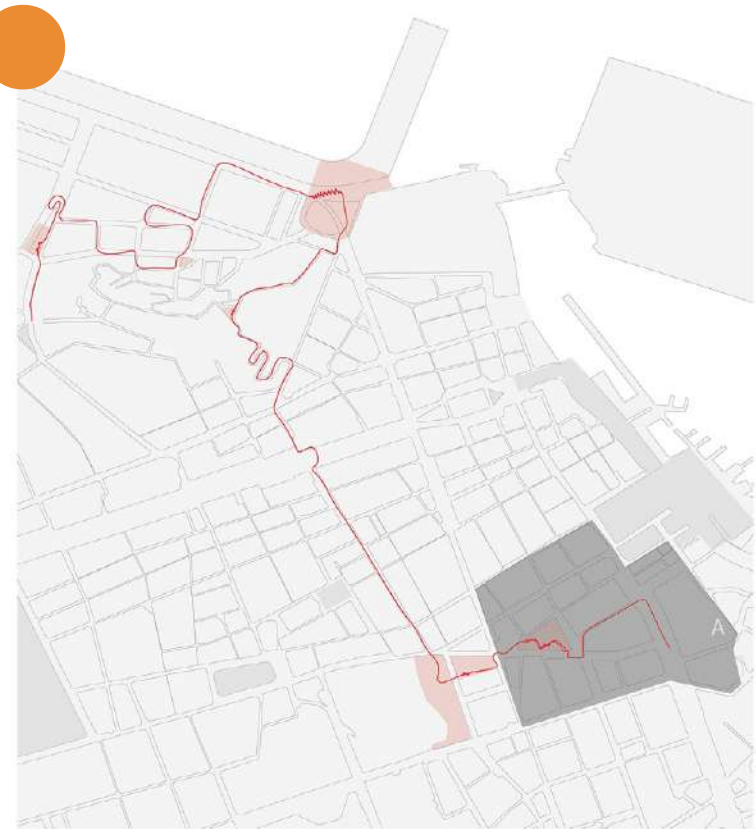
Percurso Proposto





Com o objetivo de compreender melhor o percurso proposto para então projetar as intervenções, ele foi dividido em cinco partes, cada uma com suas dinâmicas e características dominantes, com formas e volumes marcantes. Foi então realizada uma leitura mais apurada de cada área, o que auxiliou no processo de entendimento e de argumentação das intervenções para que elas dialogassem com essas características e com o espaço existente, configurando assim novos espaços-lugares.





A. Mário Lago

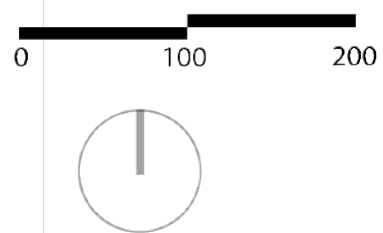


praça: Mário Lago.
espaço concreto: empresas, serviço, poder público, restaurantes, edifício estacionamento, novas vias largas.
memória tangível: vias largas e espaço plano | reforma Pereira Passos, 1921.
memória finda: antigo Morro do Castelo, começo da ocupação da cidade, 1640 | antigo Buraco do Lume, século XX.
característica marcante: recuo na fachada térrea dos edifícios, criando um pórtico com sombra e de uso predominantemente comercial, serviço | calçadas de pedra portuguesa.

- Instituições
- Pontos metrô
- Pontos de bonde| vlt
- Pontos de bicicleta
- Pontos de ônibus
- Primeira Costura
- Costura Pedonal
- Costura Projetual
- Praças Intervenções
- Praças e Parques Públicos
- Morro e Favela
- Modais de Transporte

- Espaços Culturais
- Espaços de Memória
- Morros Derrubados

- Antigo Morro do Castelo
- Convento de Santo Antônio
- Confeitaria Colombo
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
- Palácio Episcopal
- Igreja Nossa Senhora da Conceição
- Edifício A Noite
- Museu do Amanhã
- Museu de Arte do Rio de Janeiro - MAR
- Edifício Ocupação
- Pedra do Sal
- Docas Dom Pedro II
- Cais do Valongo
- Jardim Suspenso do Valongo



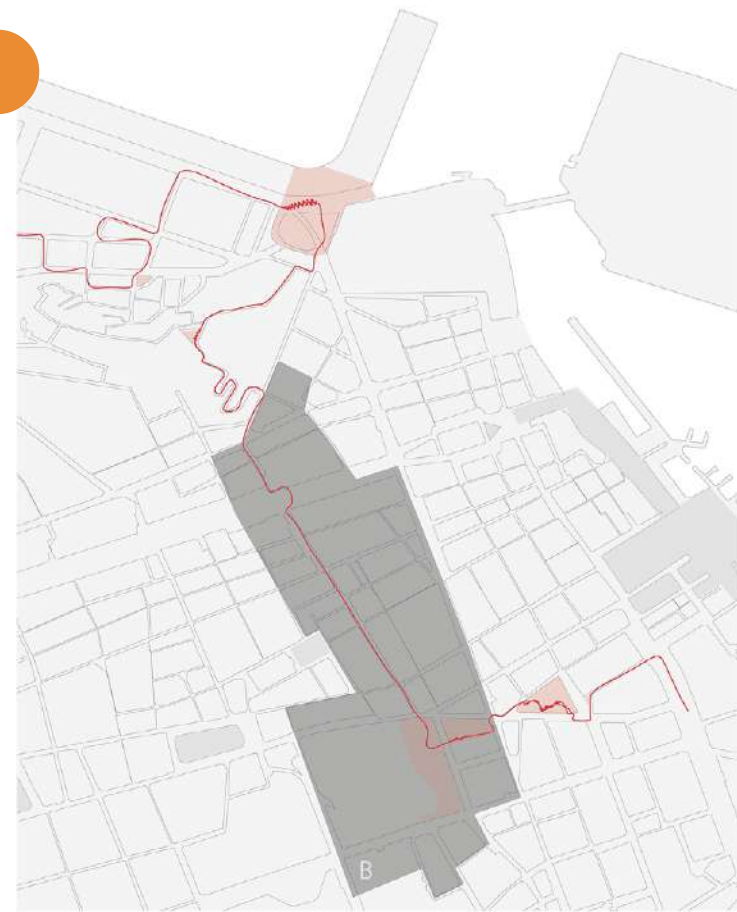
memória tangível



memória finda



B.



praça: Largo da Carioca.
espaço concreto: comércio popular, shopping chão, serviço, vielas, turismo, imigrantes.
memória tangível: Convento de Santo Antônio, polo comercial, 1714, vielas.
memória finda: antigo limite da cidade, vegetação de mangue, 1714 | primeiro chafariz público da cidade, 1723.
característica marcante: vias estreitas, com piso de paralelepípedos, marcadas por comércio intenso, seja nos edifícios, seja na calçada, seja na rua | calçadas de pedra portuguesa.

B. Largo da Carioca



Instituições

Pontos metrô

Pontos de bonde| vlt

Pontos de bicicleta

Pontos de ônibus

Primeira Costura

Costura Pedonal

Costura Projetual

Praças Intervenções

Praças e Parques Públicos

Morro e Favela

Modais de Transporte

Espaços Culturais

Espaços de Memória

Morros Derrubados

1 Antigo Morro do Castelo

2 Convento de Santo Antônio

3 Confeitaria Colombo

4 Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos

5 Palácio Episcopal

6 Igreja Nossa Senhora da Conceição

7 Edifício A Noite

8 Museu do Amanhã

9 Museu de Arte do Rio de Janeiro - MAR

10 Edifício Ocupação

11 Pedra do Sal

12 Docas Dom Pedro II

13 Cais do Valongo

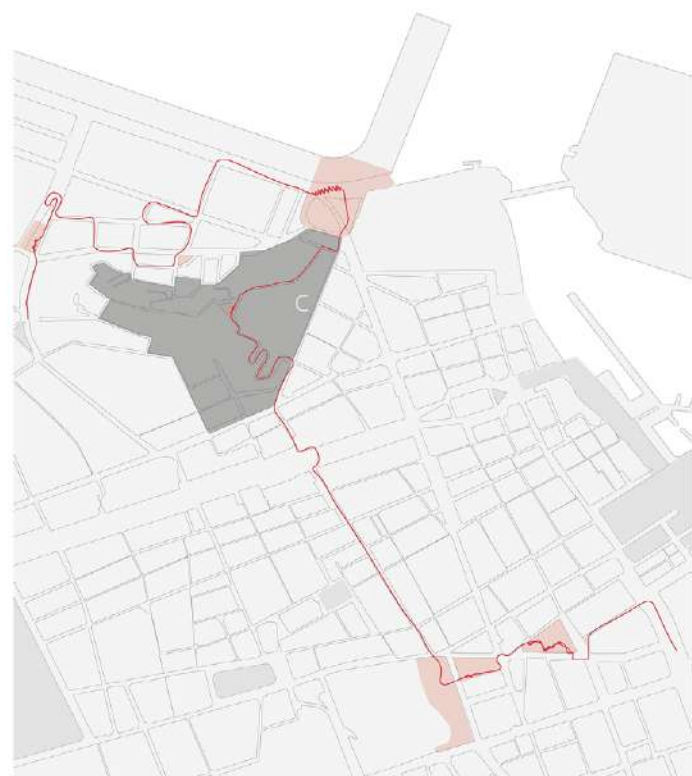
14 Jardim Suspenso do Valongo

0100200

67

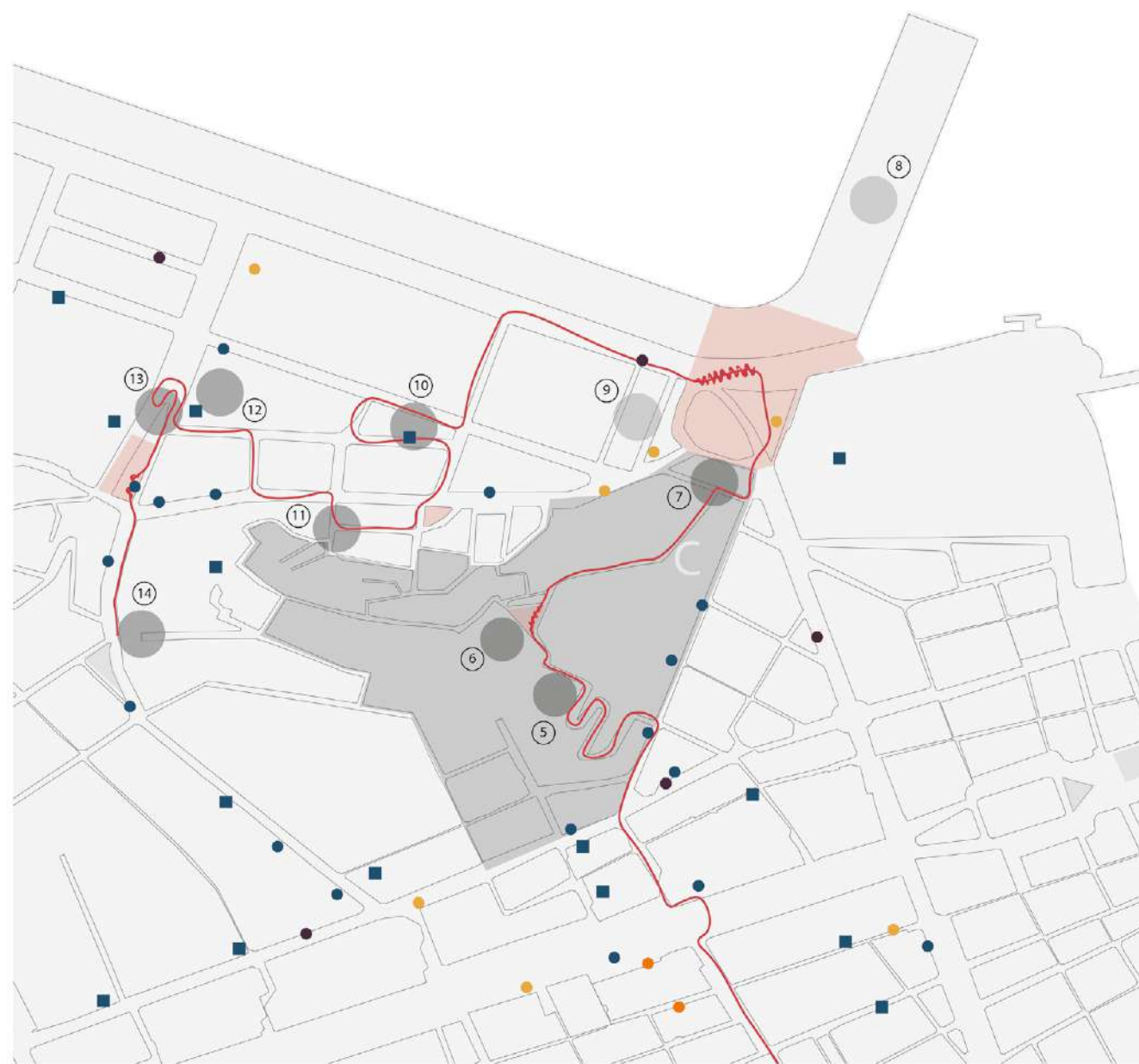
memória tangível

memória finda



praça: Nossa Senhora da Conceição.
espaço concreto: habitação, ladeiras, vielas, turismo, forte, bairro, mosaico, horta, arte urbana, cuidado.
memória tangível: Palácio Episcopal, religiosidade, forte, Igreja Nossa Senhora da Conceição, 1600.
memória finda: oposição social morro - planície, 1600, forma de ocupação do morro, importância do forte.
característica marcante: topografia acentuada que acentua as desigualdades e enquadra a paisagem, cara de local, bairro, ruas de paralelepípedo.

C. Morro da Conceição



- Instituições
 - Pontos metrô
 - Pontos de bonde| vlt
 - Pontos de bicicleta
 - Pontos de ônibus
 - Primeira Costura
 - Costura Pedonal
 - Costura Projetual
 - Praças Intervenções
 - Praças e Parques Públicos
 - Morro e Favela
 - Modais de Transporte
 - Espaços Culturais
 - Espaços de Memória
 - Morros Derrubados
- Antigo Morro do Castelo
 - Convento de Santo Antônio
 - Confeitaria Colombo
 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
 - Palácio Episcopal
 - Igreja Nossa Senhora da Conceição
 - Edifício A Noite
 - Museu do Amanhã
 - Museu de Arte do Rio de Janeiro - MAR
 - Edifício Ocupação
 - Pedra do Sal
 - Docas Dom Pedro II
 - Cais do Valongo
 - Jardim Suspenso do Valongo

0 100 200



memória tangível



memória finda

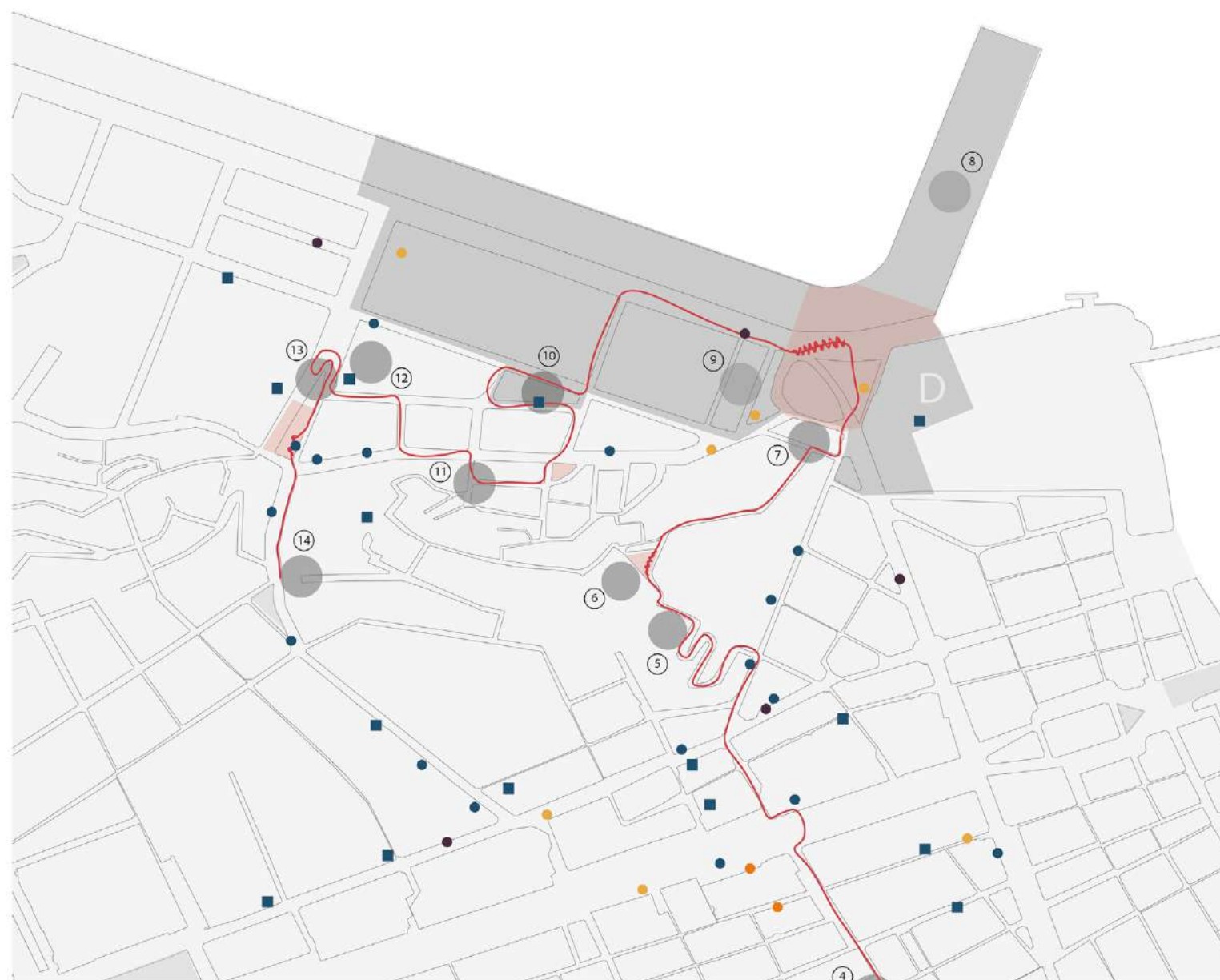


D

D. Praça Mauá



praça: Praça Mauá.
espaço concreto: serviço, museus, vias partilhadas, bicicleta, vlt, grama, mar, turismo, galpões revitalizados, edifício ocupado.
memória tangível: Edifício A Noite, 1990 | Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã.
memória finda: contato com o mar, Perimetral, limite da costa, ocupação da população sem teto, remoções em 1600, 1980 e 2012.
característica marcante: revitalização e modernização, edifícios espelhados, circuito turístico, museus.



- Instituições
 - Pontos metrô
 - Pontos de bonde| vlt
 - Pontos de bicicleta
 - Pontos de ônibus
 - Primeira Costura
 - Costura Pedonal
 - Costura Projetual
 - Praças Intervenções
 - Praças e Parques Públicos
 - Morro e Favela
 - Modais de Transporte
 - Espaços Culturais
 - Espaços de Memória
 - Morros Derrubados
- 1 Antigo Morro do Castelo
 - 2 Convento de Santo Antônio
 - 3 Confeitaria Colombo
 - 4 Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
 - 5 Palácio Episcopal
 - 6 Igreja Nossa Senhora da Conceição
 - 7 Edifício A Noite
 - 8 Museu do Amanhã
 - 9 Museu de Arte do Rio de Janeiro - MAR
 - 10 Edifício Ocupação
 - 11 Pedra do Sal
 - 12 Docas Dom Pedro II
 - 13 Cais do Valongo
 - 14 Jardim Suspenso do Valongo

0 100 200



memória tangível



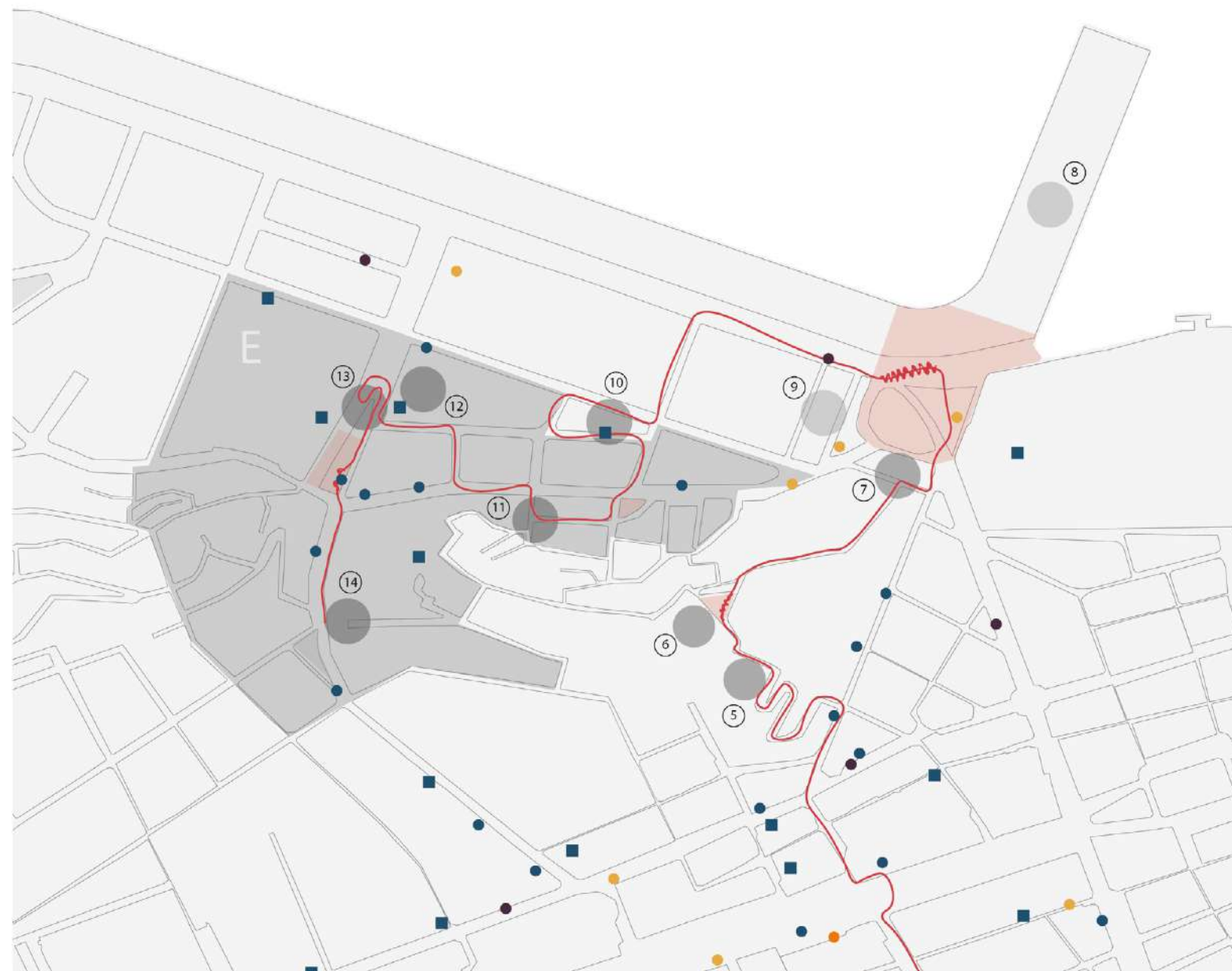
memória finda



E. Cais do Valongo



praça: Cais do Valongo (Jornal do Comércio).
espaço concreto: habitação, serviço, bares, restaurantes, vielas, turismo, vida noturna e de fim de semana.
memória tangível: cais, Pedra do Sal, antigo porto negreiro, 1803.
memória finda: samba e negros, caminho do sal, limite da costa, trapiches.
característica marcante: morro, transeuntes e moradores negros, memória da negritude bem forte, edifícios estilo colonial.



- Instituições
- Pontos metrô
- Pontos de bonde| vlt
- Pontos de bicicleta
- Pontos de ônibus
- Primeira Costura
- Costura Pedonal
- Costura Projetual
- Praças Intervenções
- Praças e Parques Públicos
- Morro e Favela
- Modais de Transporte

Espaços Culturais

Espaços de Memória

Morros Derrubados

- 1 Antigo Morro do Castelo
- 2 Convento de Santo Antônio
- 3 Confeitaria Colombo
- 4 Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
- 5 Palácio Episcopal
- 6 Igreja Nossa Senhora da Conceição
- 7 Edifício A Noite
- 8 Museu do Amanhã
- 9 Museu de Arte do Rio de Janeiro - MAR
- 10 Edifício Ocupação
- 11 Pedra do Sal
- 12 Docas Dom Pedro II
- 13 Cais do Valongo
- 14 Jardim Suspenso do Valongo

0 100 200



memória tangível



memória finda



PROJETO

	praça	espaço concreto	característica marcante	memória tangível	memória finda	intenção	projeto	materialidade
CURVAS DO MORRO	 Mário Lago	empresas, serviço, poder público, restaurantes, edifício estacionamento, novas vias largas	recou na fachada térrea dos edifícios, criando um pórtico com sombra e de uso predominantemente comercial e de serviço; calçadas de pedra portuguesa	vias largas e espaço plano, reforma Pereira Passos, 1921	antigo Morro do Castelo, começo da ocupação da cidade, 1640; antigo Buraco do Lume, 1950	relembrar o relevo do antigo Morro do Castelo seguindo a forma / desenho de uma curva de nível antiga	volume orgânico que ora é banco ora é desenho de piso	pedras portuguesas
ÁGUA ABENÇOADA	 Largo da Carioca	comércio popular, shopping chão, serviço, vielas, turismo, imigrantes	vias estreitas, com piso de paralelepípedos, marcadas por comércio intenso, seja nos edifícios, seja na calçada, seja na rua; calçadas de pedra portuguesa	Convento de Santo Antônio, polo comercial, 1714; e vielas	antigo limite da cidade, vegetação de mangue, 1714; primeiro chafariz público da cidade, 1723	relembrar o espaço de estar e de caráter público com a água como elemento central	volume orgânico que ora é espreguiçadeira e banco, ora é só banco e ora é espelho d'água	concreto e água
VELA DO VENTO	 Nossa Senhora da Conceição	habitação, ladeiras, vielas, turismo, forte, bairro, mosaico, horta, arte urbana, cuidado	topografia acentuada que acentua as desigualdades e enquadra a paisagem, cara de local, bairro, ruas de paralelepípedo	Palácio Episcopal, religiosidade, forte, Igreja Nossa Senhora da Conceição, 1600	oposição social morro-planície, 1600; forma de ocupação do morro, importância do forte	relembrar a configuração de ocupação do topo de um morro com os ventos que apontam uma direção e a topografia acentuada	deque de madeira que produz um degrau-banco e qualifica a estátua e o mastro com velas	madeira e pano
LEVANTAR E RASGAR	 Mauá	serviço, museus, vias partilhadas, bicicleta, grama, mar, turismo, galpões revitalizados, edifício ocupado	revitalização e modernização, edifícios espelhados, circuito turístico, museus	Edifício A Noite, 1990; Museu de Arte do Rio; Museu do Amanhã	contato com o mar, Perimetral, limite da costa, ocupação da população sem teto, remoções em 1600, 1980 e 2012	relembrar as antigas curvas do viaduto e do limite da orla, romper essa lógica de ordem e estabilidade	lâmina orgânica com um rasgo na altura do olhar	aço corten
GRAVE E AGUDO	 Cais do Valongo	habitação, serviço, restaurantes, bares, vielas, turismo, vida noturna	morro, transeuntes e moradores negros, memória da negritude bem forte, edifícios em estilo colonial	Cais do Valongo, Pedra do Sal, antigo porto negreiro, 1803; Doca Dom Pedro II	samba e negros, caminho do sal, limite da costa, trapiches	relembrar o samba, da onde ele veio e o seu contexto histórico	tablado de madeira com espaço de ar embaixo e por cima aros de ferro com soalhas de pandeiro	madeira, ferro e metal

As cinco intervenções propostas são elementos e ideias que compõem o percurso, são pontos na linha de costura urbana. Estão localizadas em praças e largos porque esses se configuram como espaços de passagem e de convívio, ricos em trocas e em sociabilidade, além do seu potencial como lugares de encontro.

Cada intervenção dialoga com o contexto no qual está inserida e eleva uma questão, uma narrativa, conta uma parte da história. Para retomar a dimensão do que existia, nessa busca pela memória finda, o projeto procurou dar presença a imaterialidades (por exemplo as curvas de nível retomando a dimensão e topografia existente do antigo Morro do Castelo, ou a água que é um elemento marcante na história do Largo da Carioca, ou o vento que é muito característico do alto dos morros, aonde foram construídos os fortes e que retomam essa questão da navegação, e o som, a música, através da retomada do samba próximo ao Cais do Valongo). Ou seja, as intervenções procuram revelar e acender essas subtrações, esses apagamentos, essas ausências.

Também se busca retomar narrativas pela materialidade das intervenções: as pedras portuguesas e os tecidos estampados e coloridos que fazem parte do imaginário carioca, a madeira que é um elemento natural brasileiro e retoma também os navios negreiros, o concreto, a água, o aço corten, o ferro.

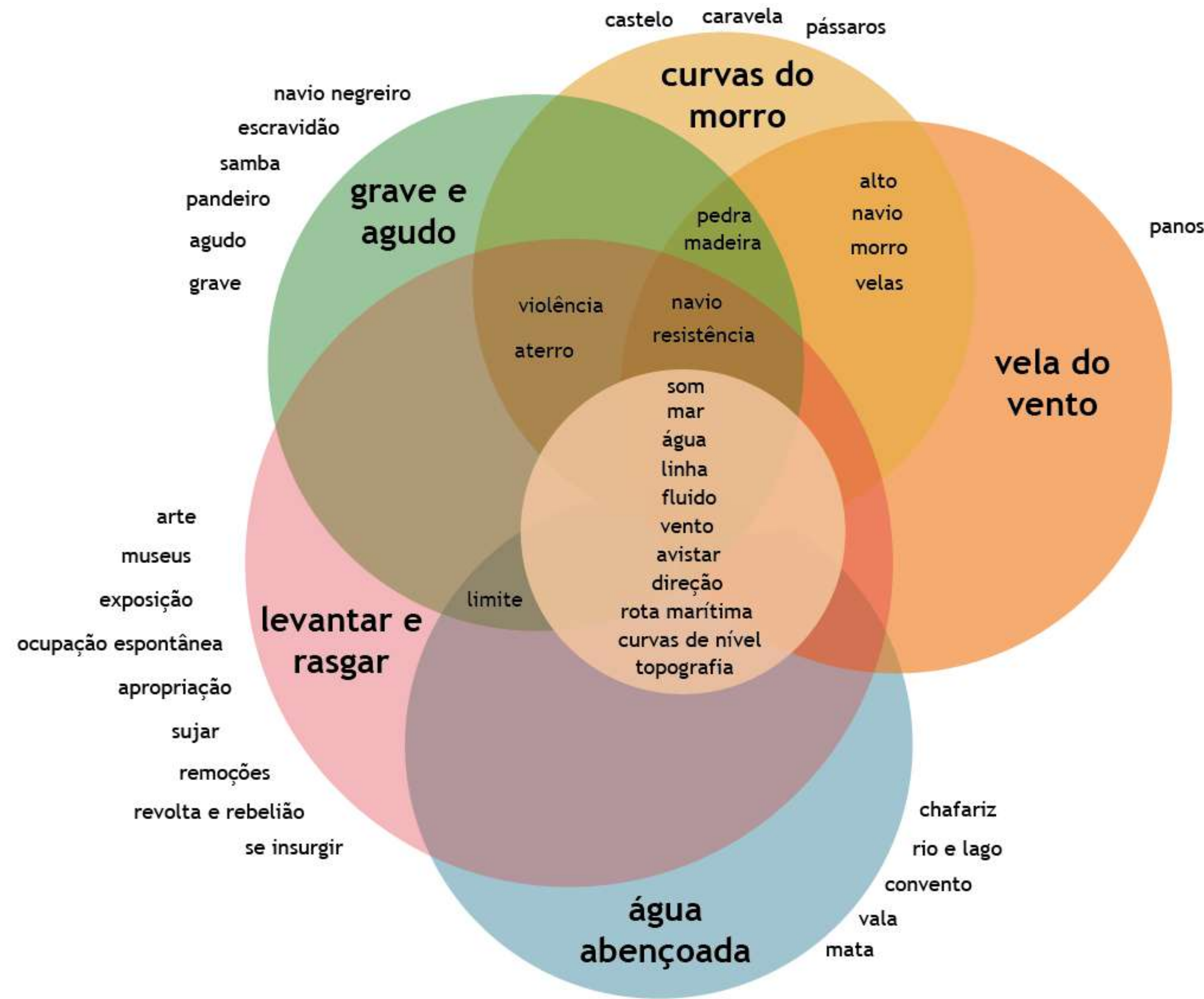
As formas e implantação das intervenções seguem uma lógica de linha e fluidez, um desenho sutil no tecido urbano já tão consolidado e complexo, elas se relacionam com os fluxos e pré-existências nos lugares, apontam direções, direcionam o olhar e enquadram a paisagem, de forma a estabelecer uma relação com o existente, dialogando e valorizando esses lugares.

Para os lugares de memória finda, se propõe uma recuperação de temporalidades, uma série de pontos que vão costurando essas diferentes partes do percurso, ao mesmo tempo que vão contando uma história (as intervenções iluminam, acendem, recuperam e resgatam aspectos das diversas transformações urbanas, formas de ocupação da cidade, dinâmicas imobiliárias, contam sobre as formas de construir, ocupar e usar a cidade). As intervenções convidam ao parar e ao estar, incitam a reflexão e a curiosidade, numa perspectiva do caminhar como ato estético.

Para os lugares de memória tangível, que também fazem parte do percurso, são nós da linha, são pré-existências, lugares-espacos-edifícios-características-dinâmicas visíveis e reconhecíveis, palpáveis, e se propõe uma relação direta e indireta com esses lugares (passar por ele e reconhecer, como parte do percurso, ou avistar, enquadrar, contrapor, direcionar, na relação direta com as intervenções), de forma a incitar a reflexão e a curiosidade também.

Tendo como base todas as leituras realizadas e sintetizadas na tabela, veio a inspiração de um poema que contasse essa história, essa nova narrativa proposta pelo projeto e que vai sendo contada através do percurso com as intervenções. Além disso, no processo de projeto das intervenções, tendo percebido que algumas características, questões ou intenções se repetiam, foi feito o diagrama ao lado, com as intervenções já nomeadas, onde percebe-se as intenções e provocações de cada uma e suas relações comuns umas com as outras e com o todo.

O poema escrito, que aparece depois do diagrama, vai contando a narrativa junto com o percurso e as intervenções conforme o transeunte vai caminhando e descobrindo esses novos lugares, ao mesmo tempo que é também uma forma de deixar um rastro, uma pista em direção à próxima intervenção. Dessa forma, o poema passa a ser parte das intervenções, seja pintado, gravado, costurado, grafitado.



DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ MORADA
E BATIZOU A ÁGUA DO LAGO
DEPOIS DA VALA ERA MATA
MAS NO MORRO HAVIA CONSTRUÇÃO
MOVIMENTO E
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
OCUPAÇÕES SÓLIDAS E
O SOPRO DO VENTO
QUE SEGUE EM DIREÇÃO
AO MAR
MAS A MARÉ SUBIU
PELAS MÃOS DO CAPITAL
E AFUNDOU MUITOS MARINHEIROS
ENQUANTO OS TRAPICHES
DO CAIS ONDULAVAM
A CADA NAVIO NEGREIRO
QUE ANCORAVA
O MAR CHORAVA
TRANSFORMANDO
SEU SAL EM SAMBA

[A] curvas do morro

A primeira intervenção está localizada na praça Mário Lago, no Centro do Rio de Janeiro, que é um espaço de resistência e que passou por diversas transformações urbanas: até o século XX não existia praça porque sob o local se erguia o Morro do Castelo; depois, com as reformas de Pereira Passos, o tecido colonial modificou sua morfologia; na década de 1920, no governo de Carlos Sampaio, havia uma grande expectativa de urbanização da região, em consonância ao discurso de modernização vigente, mas a área, em vez de virar uma grande esplanada no coração da cidade, acabou se tornando um extenso lugar vazio no centro da cidade, muitas vezes apelidado pela população de “capinzal”; na década de 1930 veio o Plano Agache e com ele projetos urbanísticos para o centro, de forma a integrar o vazio do morro com o tecido colonial, mas houve descontinuidades políticas que dificultaram a implementação das propostas; na década de 1960 virou o Buraco do Lume, sendo caracterizada por um lago com passarelas, mas que logo ficou abandonada e virou logradouro para mosquitos e ratos; e ainda em 1989 a praça foi tombada. Ela é também bastante marcante no cotidiano carioca, foi sendo apropriada pela população ao longo de todas essas décadas, utilizada atualmente para as mais diversas atividades.

Dessa forma, com a intervenção, pretende-se explorar a questão da sociabilidade, que é marcante nessa região e nessa praça em específico, ao mesmo tempo que não se planeja interferir ou atrapalhar as diversas apropriações e dinâmicas existentes. Foi proposta, portanto, uma intervenção linear e fluida, orgânica, que atravessa a praça por inteiro, que ora é desenho de piso e ora é banco, com a materialidade das pedras portuguesas de forma a dialogar com esse tipo de calçamento e retomando também as formas de ocupação no morro no século XIX. Como forma de retomar a dimensão da topografia, os relevos antigos, a existência do Morro do Castelo, que foi apagada, a intervenção reconta o desenho de uma curva de nível antiga que constituía o relevo do antigo Morro do Castelo, e o banco que se eleva na região arborizada da praça vem para qualificar o antigo Buraco do Lume.

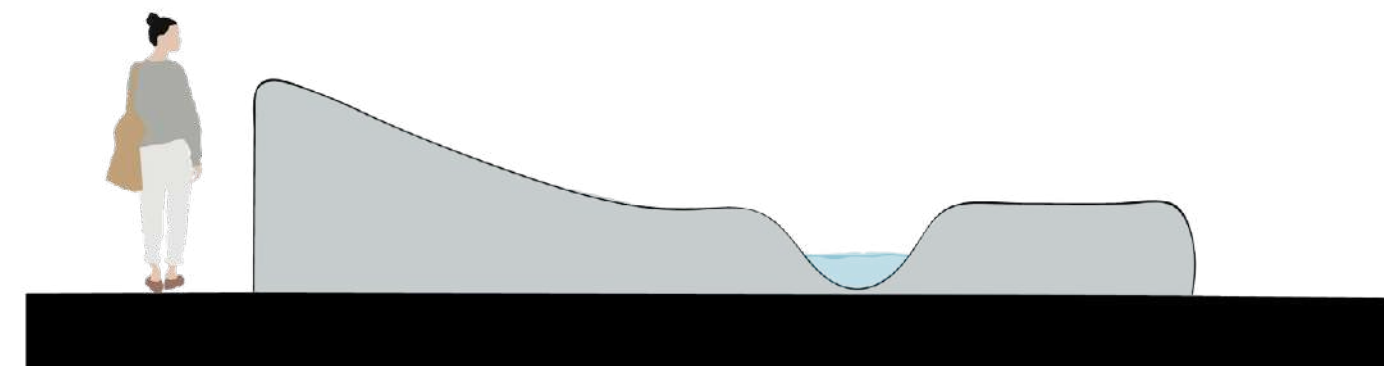
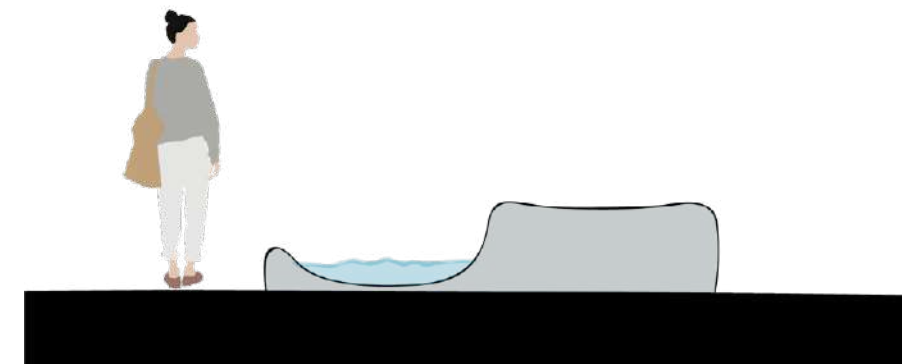
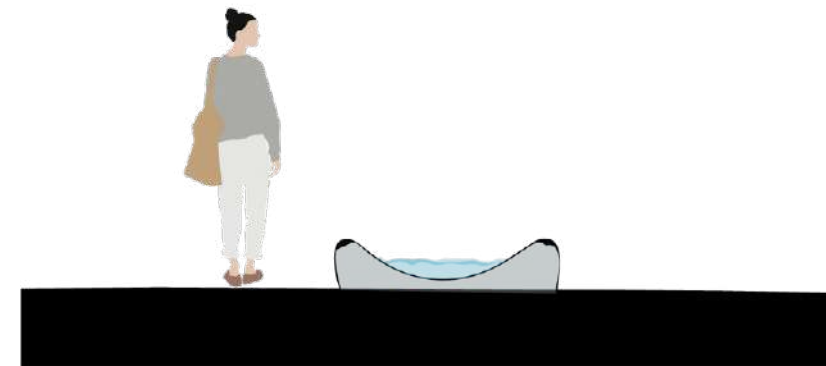


DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ

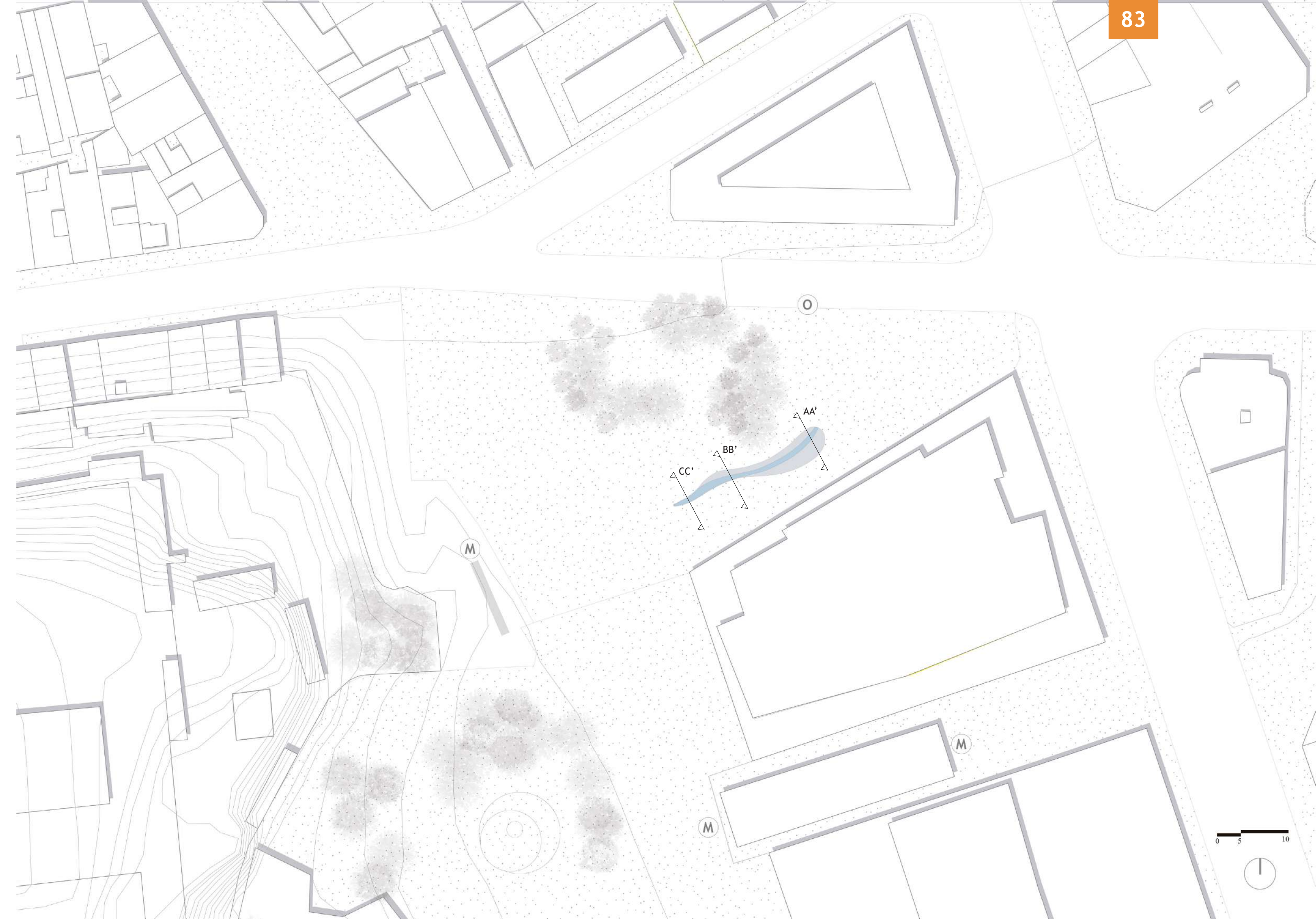


[B] água abençoada

A segunda intervenção está localizada na praça Largo da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro, que é um lugar de passagem e fluxos acelerados, sendo próximo a pontos de transporte (metrô e ônibus), com um comércio marcante na região. Além disso, a Rua Uruguaiana que desemboca nessa praça foi por muito tempo o limite da cidade, onde, do outro lado, havia mata (mangue) e o Rio da Carioca, de forma que um chafariz foi ali construído em 1723 que trazia a água do rio e foi a primeira fonte de caráter público na cidade. Assim, a intervenção se constitui como uma forma de concreto fluida e linear também, que oferece um espaço de estar público para esse centro tão movimentado, ao mesmo tempo que não impede a passagem e os fluxos na praça, e enquadra a paisagem, direciona o olhar para um lugar de memória tangível que é o Convento de Santo Antônio. A forma tem três momentos diferentes, conforme explicado nos cortes esquemáticos ao lado, onde o elemento central é novamente a água, retomando essa memória finda e a sua questão pública, ao mesmo tempo que reforça essa questão do caráter público, do estar e do esperar. Sempre em contato com a água, o primeiro momento do volume, com bancos e espreguiçadeiras, se relaciona com a contemplação da paisagem; o segundo, com bancos, são locais de parar, ficar, esperar, desacelerar; e o terceiro se configura como um espelho d'água que termina apontado um direção: a do convento e a do restante do percurso.



Cortes esquemáticos AA', BB' e CC' | Escala 1:50



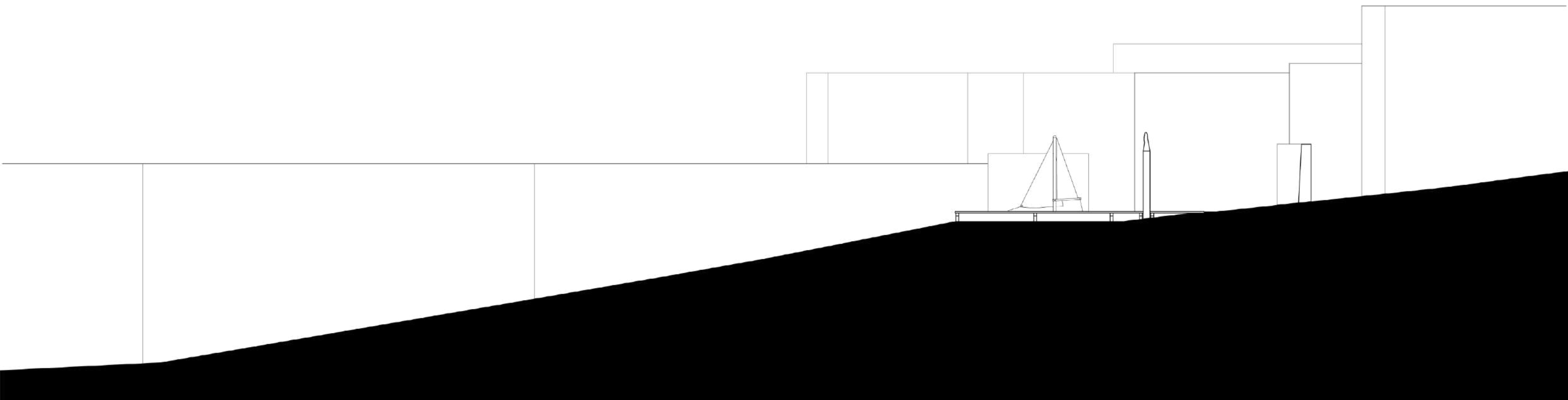
DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ MORADA
E BATIZOU A ÁGUA DO LAGO
DEPOIS DA VALA ERA MATA
MAS NO MORRO HAVIA



[C] vela do vento

A terceira intervenção está localizada na praça Nossa Senhora da Conceição, no alto do Morro da Conceição, no bairro Saúde. A existência do Morro da Conceição até os dias atuais se configura como uma memória visível do processo de ocupação do morro, ou seja, um patrimônio humano, um processo de urbanização remanescente, além do contato com a herança africana, da relação com Cais do Valongo e Pedra do Sal logo abaixo. Considerando também que há um forte ali, construído para fortificar e proteger, pretendeu-se também com a intervenção explorar essa questão particular da ocupação no topo dos morros, o avistar o mar e as outras embarcações, o vento que aponta direções e traz o cheiro do mar, as rotas marinhas, velas, travessia, atravessar. Dessa forma, a intervenção constitui um deque de madeira que aproveita a topografia acentuada da praça (explicitada no corte abaixo) para criar um patamar que funciona de banco e qualificar a estátua da Nossa Senhora da Conceição (já existente) e o mastro com velas (projeto proposto), as quais apontam em direção ao mar e ao restante do percurso. As materialidades retomam questões do passado ao mesmo tempo dialogam com o piso de paralelepípedos característico (já existente).

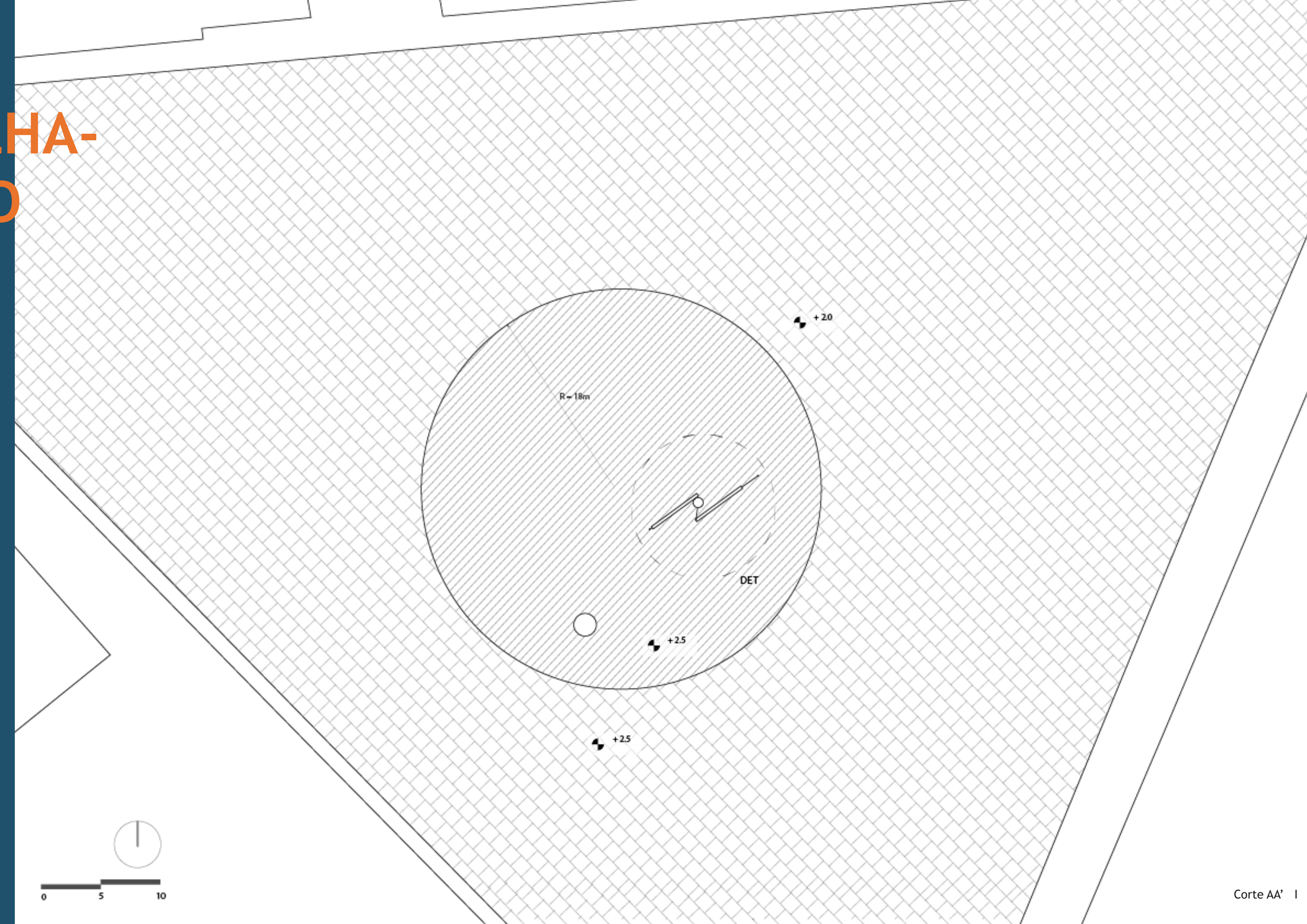
Alguns desenhos de aprofundamento e detalhamento dessa intervenção estão nas páginas seguintes.



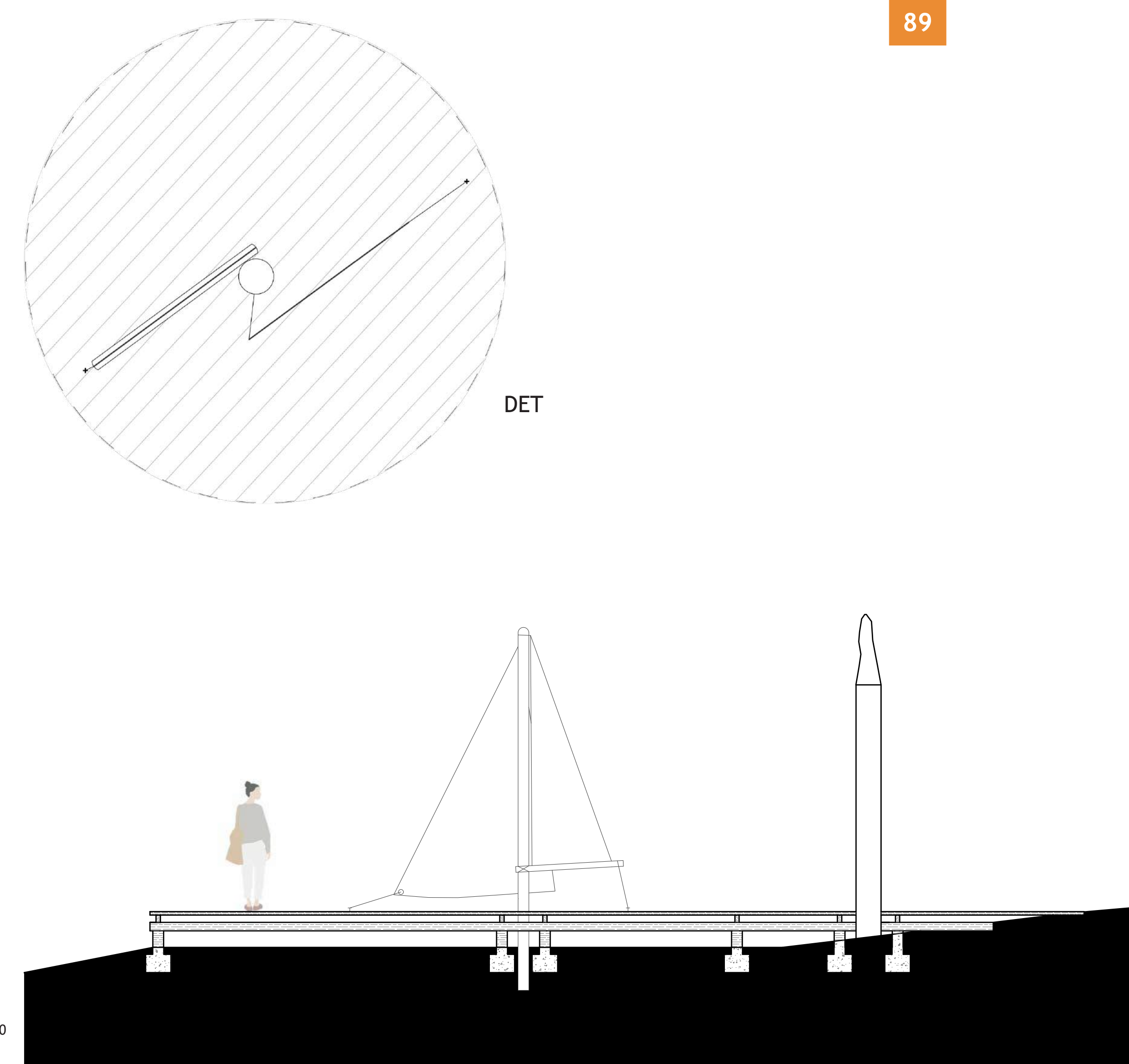
Corte AA' | Escala 1:200



DETALHA- MENTO

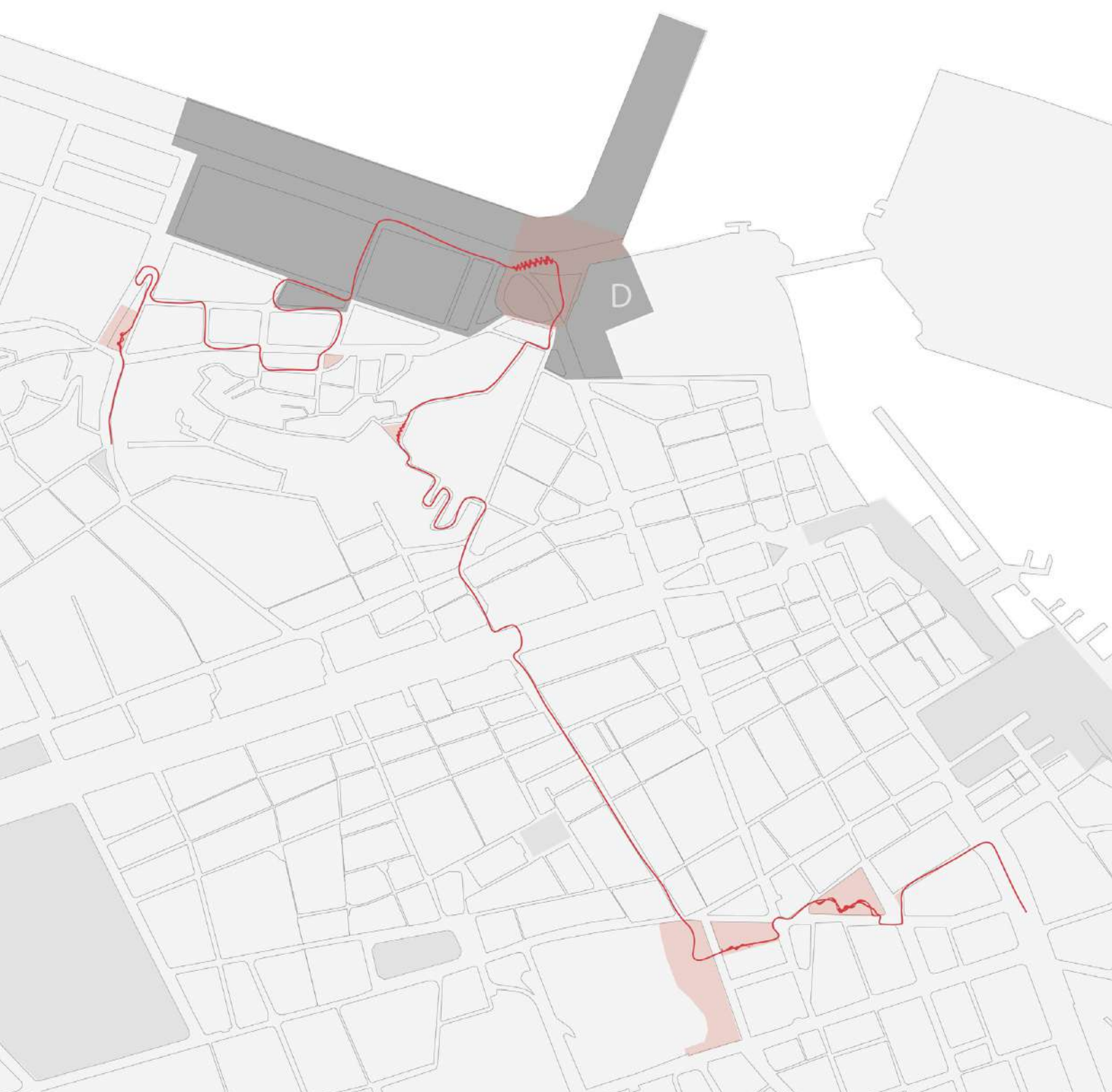


Corte AA' | Escala 1:50



DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ MORADA
E BATIZOU A ÁGUA DO LAGO
DEPOIS DA VALA ERA MATA
MAS NO MORRO HAVIA CONSTRUÇÃO
MOVIMENTO E
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
OCUPAÇÕES SÓLIDAS E
O SOPRO DO VENTO
QUE SEGUE EM DIREÇÃO
AO MAR
MAS A MARÉ





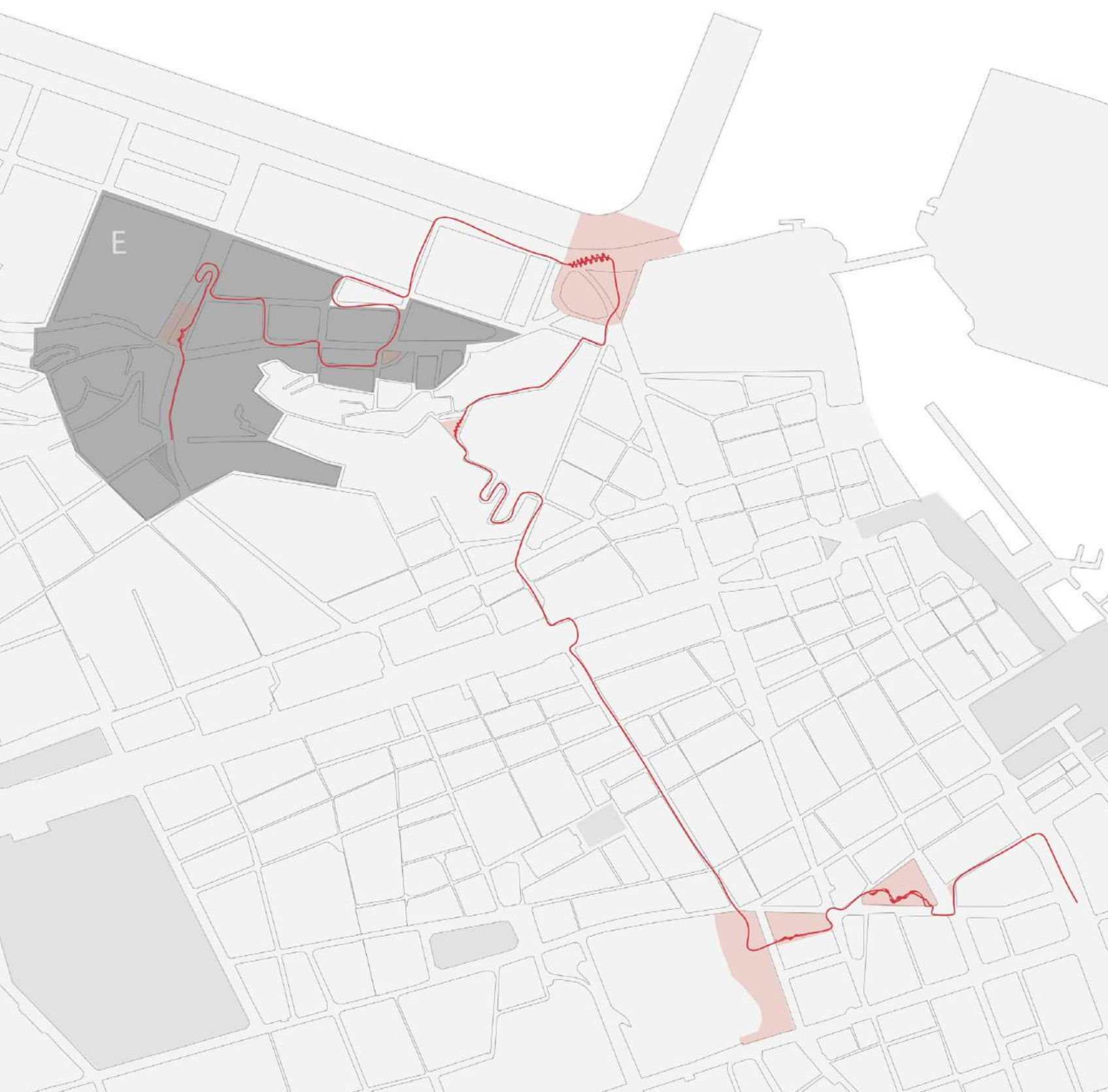
[D] levantar e rasgar

A quarta intervenção está localizada na praça Mauá, no bairro Saúde, que é uma área cuja morfologia e usos se modificaram radicalmente com os projetos da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Esse projeto fez parte de uma série de ações na cidade para os Megaeventos que se caracterizaram como “embelezamento estratégico” da cidade, de proporções gigantescas e que movimentaram uma enorme quantidade de capital, que beneficiaram agentes específicos da cidade. Além disso, essa série de intervenções na cidade aconteceram com remoções violentas de populações e foram acompanhadas por uma especulação imobiliária que afetou bastante a situação dos moradores da região, e essas vozes continuam repetidamente sendo silenciadas. Dessa forma, esse local se caracteriza pelas diversas transformações urbanas por que passou: o limite da orla foi avançando cada vez mais com sucessivos aterros na região, o que configurou a conformação atual da praça, além disso havia o viaduto da Perimetral que passava por cima da praça até 1946 (o trecho ali foi implodido e ela passou a ser subterrânea) e configurava, portanto, outras dinâmicas de uso. Assim, a intervenção, que é uma lâmina de aço corten, vem como um elemento que se coloca nessa praça aberta, de frente para a imensidão do mar, contrastando com a característica monumental do Museu do Amanhã, além de romper essa lógica de ordem, estabilidade, limpeza e organização que predomina na região. A forma da intervenção dialoga com as curvas do antigo viaduto e do antigo desenho do limite da costa, ao mesmo tempo que aponta essa visão e direciona o olhar para os dois museus existentes ali, o Museu do Amanhã e o MAR. A lâmina também contém um rasgo na altura dos olhos que a divide em duas partes, possibilitando uma outra visão, um novo enquadramento, fazendo uma analogia ao ato de ver sob uma nova perspectiva, rasgar como abrir e ver por trás, a fundo, o que está entre, estabelecendo essa relação com a ideia de propor reflexões sobre as transformações urbanas e seus significados.



DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ MORADA
E BATIZOU A ÁGUA DO LAGO
DEPOIS DA VALA ERA MATA
MAS NO MORRO HAVIA CONSTRUÇÃO
MOVIMENTO E
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
OCUPAÇÕES SÓLIDAS E
O SOPRO DO VENTO
QUE SEGUE EM DIREÇÃO
AO MAR
MAS A MARÉ SUBIU
PELAS MÃOS DO CAPITAL
E AFUNDOU MUITOS MARINHEIROS
ENQUANTO OS TRAPICHES
DO CAIS





[E] grave e agudo

A quinta intervenção está localizada na praça Jornal do Comércio, no bairro Saúde, ao lado do Cais do Valongo, que foi desaterrado nos projetos do Porto Maravilha em 2008. Está bem próximo também da Pedra do Sal e do Jardim Suspenso do Valongo, lugares de memória tangível e que retomam a história da negritude e da exploração de muitas pessoas. Essa região se configura, portanto, como espaço de resistência e também passou por diversas transformações urbanas: o limite da orla foi se afastando com os sucessivos aterros até assumir a configuração que apresenta hoje. No Cais do Valongo, com seus trapiches, ancoraram milhares de navios negreiros com milhões de pessoas que foram sequestradas de suas terras para serem exploradas e violentadas; é nesse ambiente onde nasceu o samba, que também se configura como uma forma de resistência, e essa intervenção, que é um tablado de madeira sobre o qual cruzam arcos de ferro com soalhas de pandeiro em dimensões maiores, procura retomar alguns sons presentes no samba de forma a lembrar que é ali que ele nasceu, propondo uma reflexão e um movimento de parar e ouvir, ouvir o samba, ouvir a história dessas pessoas, ouvir essas narrativas silenciadas, ouvir o que eles têm a dizer.



DO ALTO DO MAR VEIO A CARAVELA
CHEGOU EM TERRA
GUIADA PELOS PÁSSAROS
NO ALTO DO MORRO
FEZ SEU CASTELO
DE PEDRAS
MAS MAIS PEDRAS
DEIXARAM NO CEMITÉRIO
LÁ EMBAIXO
SANTO ANTÔNIO FEZ MORADA
E BATIZOU A ÁGUA DO LAGO
DEPOIS DA VALA ERA MATA
MAS NO MORRO HAVIA CONSTRUÇÃO
MOVIMENTO E
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
OCUPAÇÕES SÓLIDAS E
O SOPRO DO VENTO
QUE SEGUE EM DIREÇÃO
AO MAR
MAS A MARÉ SUBIU
PELAS MÃOS DO CAPITAL
E AFUNDOU MUITOS MARINHEIROS
ENQUANTO OS TRAPICHES
DO CAIS ONDULAVAM
A CADA NAVIO NEGREIRO
QUE ANCORAVA
O MAR CHORAVA
TRANSFORMANDO
SEU SAL EM SAMBA



REFE RÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Paulo: Perspectiva, 2006.

CARVALHO, P .F .: Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YAZIGI, E. et al. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

DARDEL, Eric (1952). **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GODOY, V. F.; SILVA, A. F. G. da; Cartografia histórica e navegação virtual do centro do Rio de Janeiro. **Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GODOY_VANESSA_F_ET_AL.pdf Acesso em: 11 mai. 2021.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. Martins Fontes, São Paulo. 1991.

KAMITA, João Masao. A nova Praça Mauá. O Rio do espetáculo. **Arquitextos**, ano 16, 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5885>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiX5c-FldPxAhVCHrkGHQpVBt8QFjABegQIBBA&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fcnau%2Farticle%2FviewFile%2F5518%2F3425&usq=AOvVaw1sADf1gkI18israLy9SKZV>. Acesso: 15 set. 2020.

NASCIMENTO, B.P. do. Gentrificação na Zona Portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. **Caderno prudentino de geografia**, v. 1, n. 41, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5716>. Acesso em: 22 jun. 2021.

NOBRE, E. A.C. **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana no Pelourinho**. Paper apresentado no X Encontro Nacional da Anpur, 2003.

PALLASMAA, J. **Essências**. Gustavo Gili, São Paulo. 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1961). **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

Schenk, L. B. M., & Lima, M. C. P. B. de. (2019). O Método Cartográfico no projeto da Arquitetura da Paisagem. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, 17(2), 26-40. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v17i2p26-40> Acesso em: 4 mai. 2021.

SEMI, G. **Gentrification. Tutte le città come Disneyland?**. Il Mulino, Bolonia, 2015.

SINERGIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA. **Relatório de Atualização do Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro**, 2013. Acesso em: 22 jun. 2021.

Página 26

Morro do Castelo: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/https://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>

Página 27

Gravura Paisagem da Guanabara, Thomas Ender: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thomas_Ender_-_Paisagem_da_Guanabara.jpg
Campo de Santana: <https://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/campo-de-santana.html>

Página 31

1. Ladeira da Misericórdia: <http://historiasemonumentos.blogspot.com/>
2. Hospital Santa Casa da Misericórdia: <https://historiadorioparatodos.com.br/timeline/1808-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-e-santa-casa-da-misericordia/>
3. Pedra do Sal: <https://www.instagram.com/rioantigo/>
4. Convento Santo Antônio: <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=5328752>
5. Palácio Episcopal: <https://reficio.cloud/rio/religiao/moreira-azevedo-palacio-episcopal/>
6. Rua Uruguaiana: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo>
7. Praça XV: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17401/vue-de-la-place-du-palais-a-rio-de-janeiro>
8. Mosteiro São Bento: <https://opusmaterdeiblog.wordpress.com/2019/08/10/criatorio-de-escravos-dom-estevao-bettencourt/>
9. Igreja Santa Luzia: <http://historiasemonumentos.blogspot.com/>
10. Igreja da Candelária: <https://estacaosudeste.wordpress.com/category/rio-de-janeiro-2/>
11. Nossa Senhora do Carmo: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7668>
12. Cemitério Pretos Novos: <https://www.esquerdadiario.com.br/Porto-Maravilha-pra-quem-Sem-apoio-da-Prefeitura-Instituto-Pretos-Novos-luta-para-existir>
13. Cais do Valongo: <https://petiscos.love/viagem/cais-do-valongo-reconhecido-como-patrimonio-mundial-da-unesco/>
14. Casa França Brasil: <https://diariodorio.com/historia-da-casa-franca-brasil/>
15. Jardim Suspenso do Valongo: <https://i.pinimg.com/originals/00/3d/7f/003d7fc8720ca03bddbc2d31935e33ac.jpg>
16. Praça Mauá e edifício A Noite: <https://i.pinimg.com/originals/76/a9/f6/76a9f6cb2a13ddc1875bf0b9ae2877cc.jpg>

Página 34

Praia Valonguinho e Pedra do Sal, gravura de Thomas Ender: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13244-a-portu%C3%A1ria-e-ol%C3%ADmpica-avenida-rodrigues-alves>

Página 39

Gravura de Johann Moritz Rugendas: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12557-cais-do-valongo-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-da-humanidade>
Gravura de Thomas Ender: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13244-a-portu%C3%A1ria-e-ol%C3%ADmpica-avenida-rodrigues-alves>

Página 42

Centro Cultural Municipal José Bonifácio: http://visit.rio/que_fazer/centro-cultural-jose-bonifacio/
Museu de Arte do Rio: <http://pranchetadearquitecto.blogspot.com/2016/08/proj-museu-museu-de-arte-do-rio-mar-rio.html>
Museu do Amanhã: <https://www.archdaily.com.br/br/779008/projeto-de-santiago-calatrava-o-museu-do-amanha-e-inaugurado-no-rio-de-janeiro>

Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica: <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=6501154>
Teatro Municipal Carlos Gomes: <https://diariodorio.com/tres-teatros-historicos-do-centro-do-rio/>
Teatro Riachuelo Rio: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Teatro_Riachuelo_\(Rio_de_Janeiro\)?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Teatro_Riachuelo_(Rio_de_Janeiro)?uselang=pt)
Museu de Arte Moderna (MAM Rio): <https://www.prond.com.br/explorar/rj/rio-de-janeiro/museu-de-arte-moderna-do-rio-de-janeiro-mam-rio>

Página 44

Building Cuts: <https://www.archdaily.com.br/br/01-27310/arte-e-arquitetura-building-cuts-gordon-matta-clark>
Conical Intersect: <https://anualdesign.com.br/blog/11346/gordon-matta-clark-arquitetura-do-abandono-revelada-por-meio-da-arte/>

Página 45

Sea Level: <https://jeffleo.wordpress.com/2011/07/16/installation-art-blog-6/>
Te Tuhirangi Contour: <https://artfulcompendium.com/2014/11/25/gibbs-farm-kaipara-harbour-new-zealand/>

Página 46

Diurna: <https://www.lauravinci.com.br/exposicoes>
No Ar: <https://www.lauravinci.com.br/exposicoes>
Fonte Memorial de Diana: <https://www.archdaily.com.br/br/870220/diana-fonte-comemorativa-para-a-princesa-de-gales-gustafson-porter-plus-bowman>
<https://www.flickr.com/photos/gkriniaris/3296684475/in/photostream/>

Página 47

Requalificação Urbana do Largo da Igreja: <https://www.archdaily.com.br/br/940013/requalificacao-urbana-do-largo-da-igreja-paulo-vieitas-plus-alexandre-picanco>
Floating: <https://www.archdaily.com.br/br/880755/pavilhao-flutuante-shen-ting-tseng-architects>

Página 53

Antiga Doca Dom Pedro II: <https://oglobo.globo.com/rio/iphan-estuda-tombar-armazem-docas-se-de-da-acao-da-cidadania-20504761>
Antigo Prédio do IAPETEC: <https://oglobo.globo.com/rio/anos-de-descaso-no-centro-do-rio-20502600>
Praça Mauá: idem página 31
Palácio Episcopal: idem página 31
Antigo Morro do Castelo: <https://oglobo.globo.com/rio/livro-remexe-bau-de-memorias-de-um-rio-de-janeiro-que-nao-existe-mais-23991564>
Rua Uruguaiana: idem página 31
Pedral do Sal: idem página 31
Jardim Suspenso do Valongo: idem página 31
Cais do Valongo: idem página 31

Páginas 54 e 55: imagens retiradas do Google Maps, jun. 2021

Páginas 58 e 59: fotografias da autora, Carolina Marangoni, set. 2021

Página 63

Memória tangível: fotografias da autora, set. 2021
Memória finda:
Passarela e lago, e Antigo Buraco do Lume: <http://urbecarioca.com.br/buraco-do-lume-por-brasiliano-vito-fico/>

Antigo Morro do Castelo: idem página 53

Página 65

Memória tangível: fotografias da autora, set. 2021
Memória finda:
Convento Santo Antônio, ilustrações de Carlos Gustavo Nunes Pereira (Guta): <https://sanctuaria.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/>
Antigo chafariz no Largo da Carioca: http://saudadesdoriolouizd.blogspot.com/2017/06/chafariz-da-carioca_7.html

Página 67

Memória tangível: fotografias da autora, set. 2021
Memória finda:
Morro da Conceição: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.068/1951>
Antigo Palácio Episcopal: <http://paulodallier.blogspot.com/2006/06/o-morro-de-antigamente.html?m=0>
Morro da Conceição: <http://paulodallier.blogspot.com/2006/06/o-morro-de-antigamente.html?m=0>

Página 69

Memória tangível: fotografias da autora, set. 2021
Memória finda:
Antiga Praça Mauá: <https://blogpapofiado.wordpress.com/2015/11/23/um-dia-no-rio-praca-maua/>
Antiga Perimetral (trecho implodido): <https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/desafio-prefeitos-mais-calcadas/>
Mapa do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: <https://www.imagerio.org/map>

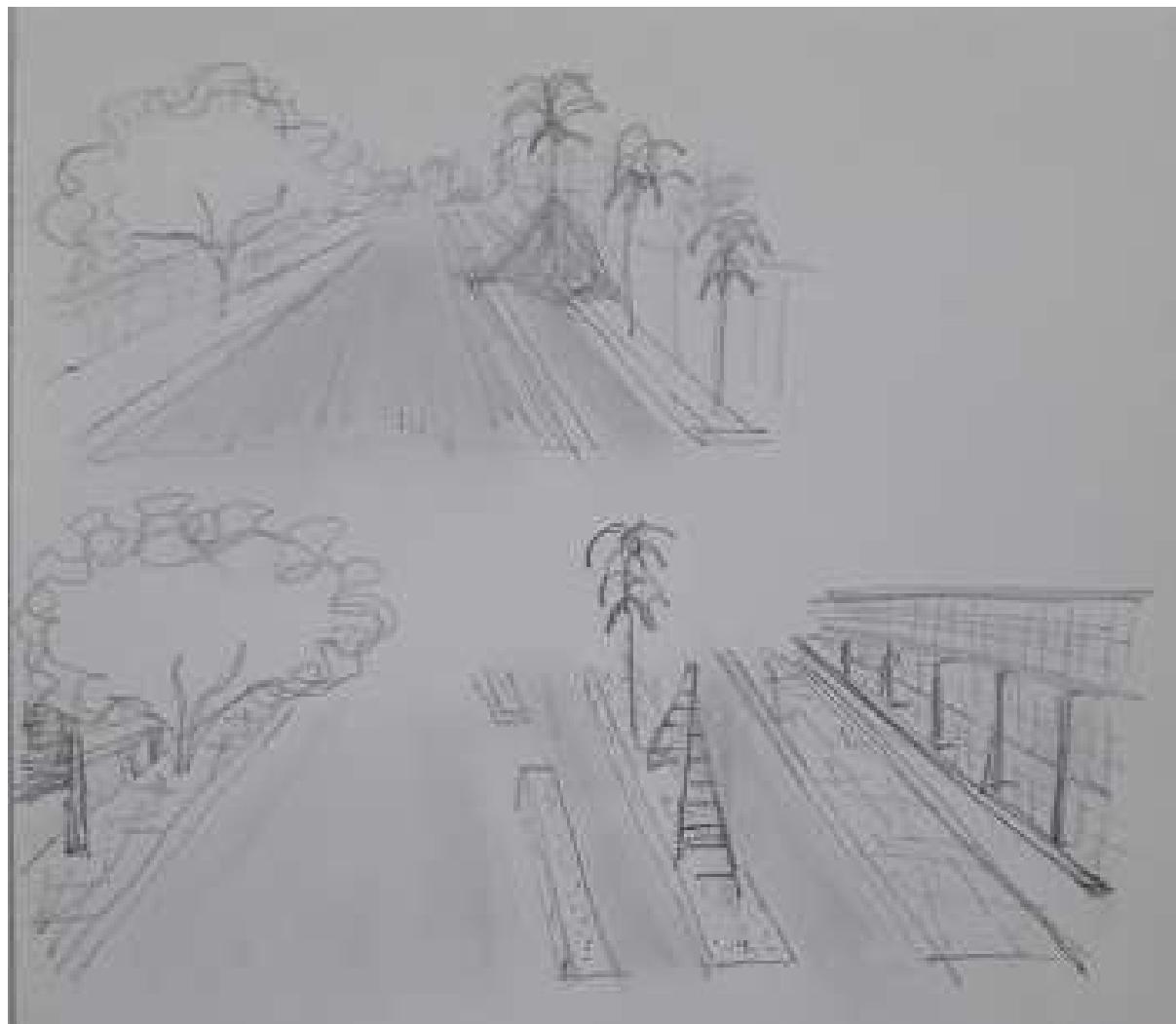
Página 71

Memória tangível: fotografias da autora, set. 2021
Memória finda
Cais da Imperatriz: <https://petiscos.love/viagem/cais-do-valongo-reconhecido-como-patrimonio-mundial-da-unesco/>
Cais do Valongo: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12557-cais-do-valongo-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-da-humanidade>
Armazéns onde os negros escravizados aguardavam até serem comprados, na antiga Rua da Vala, atual Rua Camerino: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12557-cais-do-valongo-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-da-humanidade>

Páginas 72: fotografias da autora, Carolina Marangoni, set. 2021

ANEXO: CROQUIS

.14

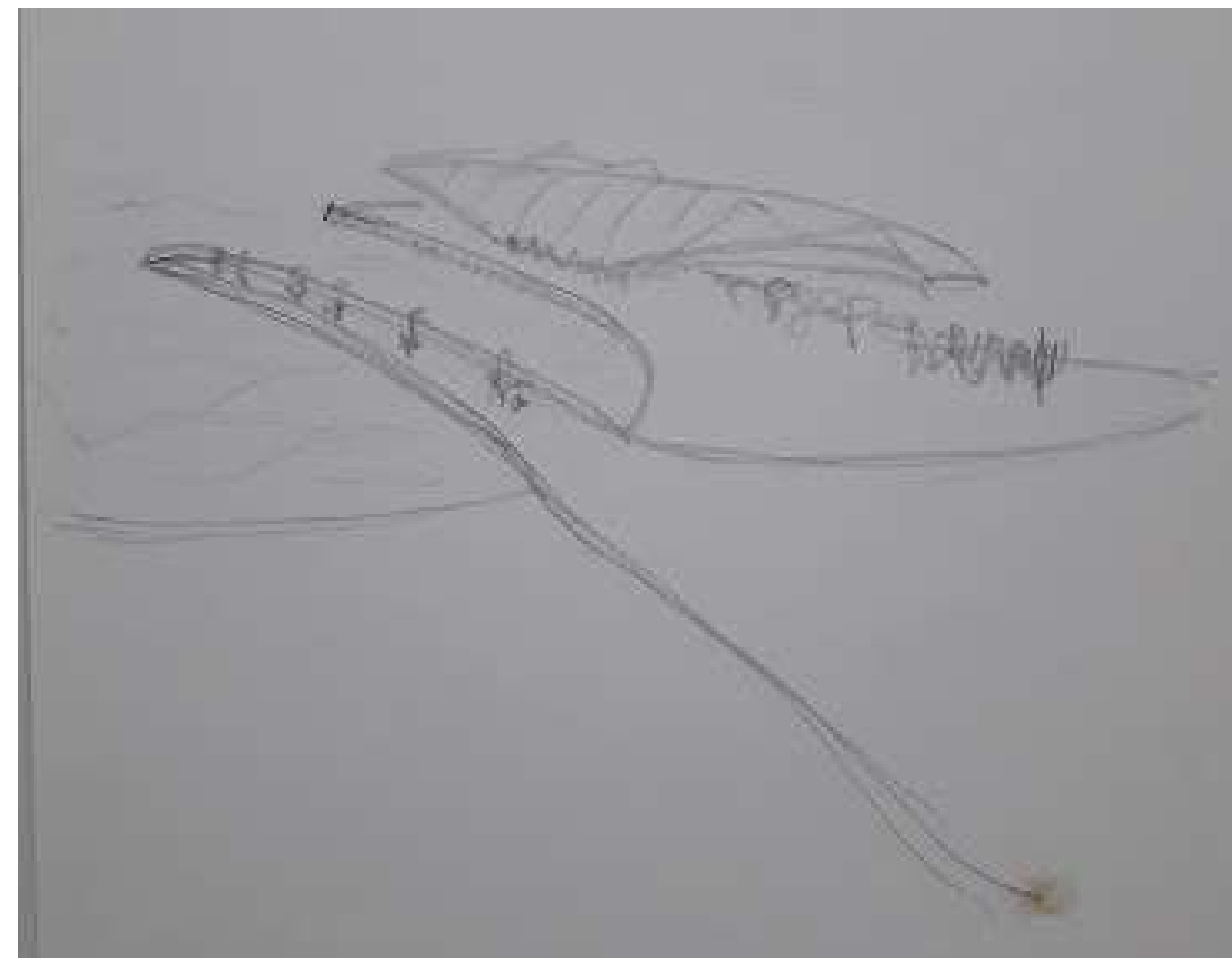


104

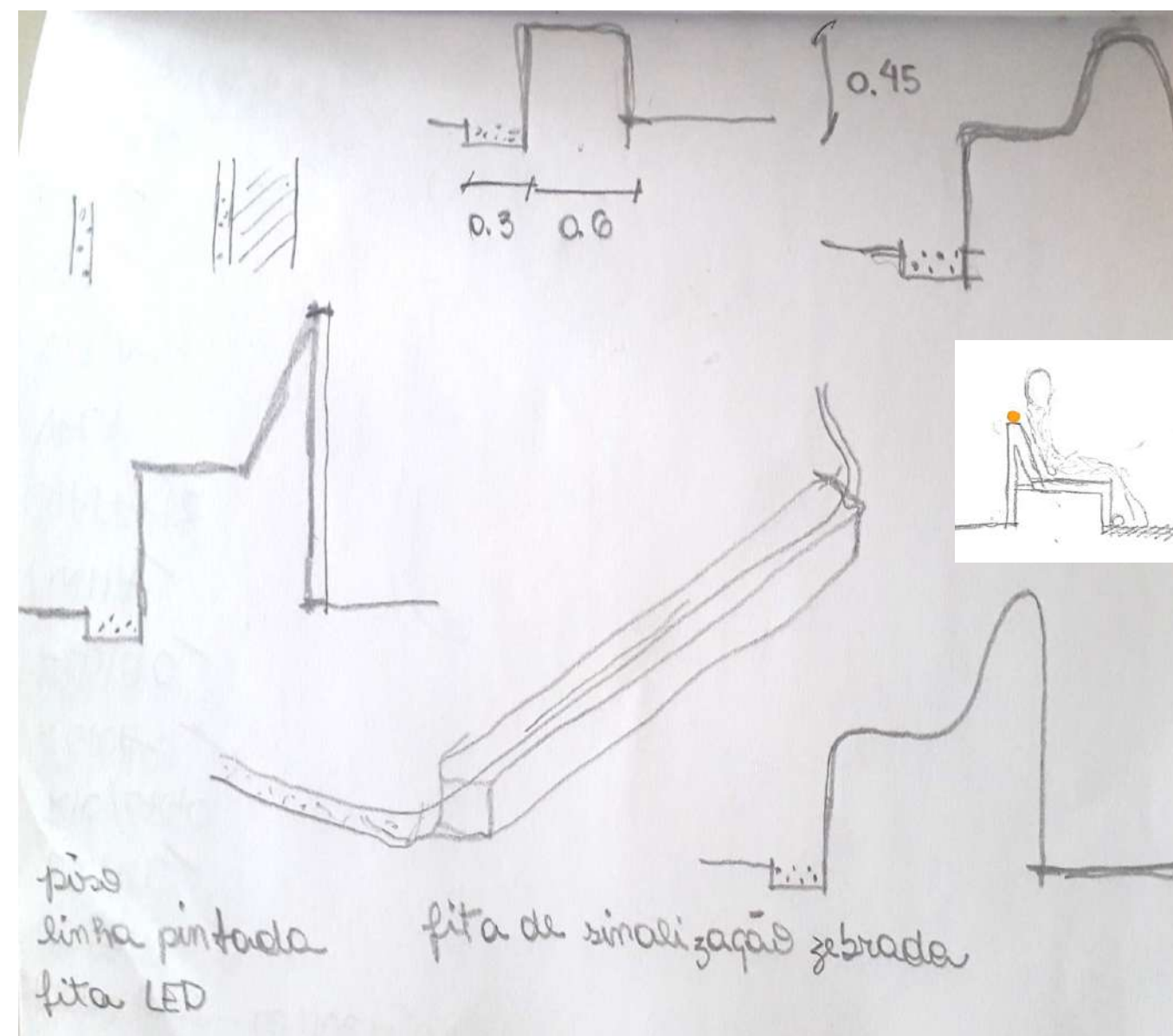


Os primeiros croquis projetuais mostram primeiras ideias de intervenções dentro da primeira proposta de percurso, em lugares estratégicos do ponto de vista histórico e de memória, como o local marcado em que antes havia o Morro do Castelo (na Av Presidente Antônio Carlos), o Largo da Carioca, a Rua Uruguaiana e a Praça Mauá, indicando possíveis usos e apropriações para esses espaços.

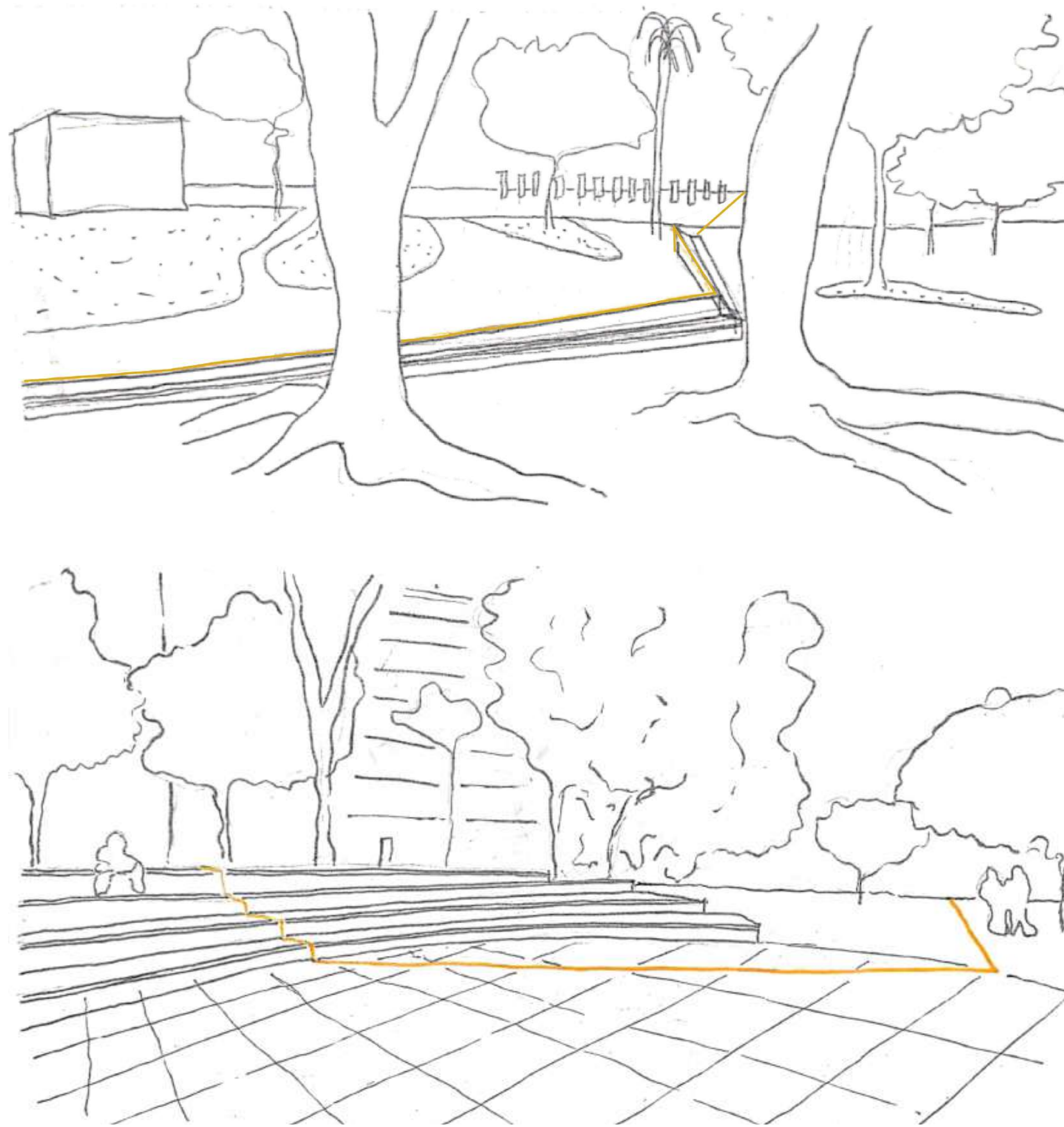
105



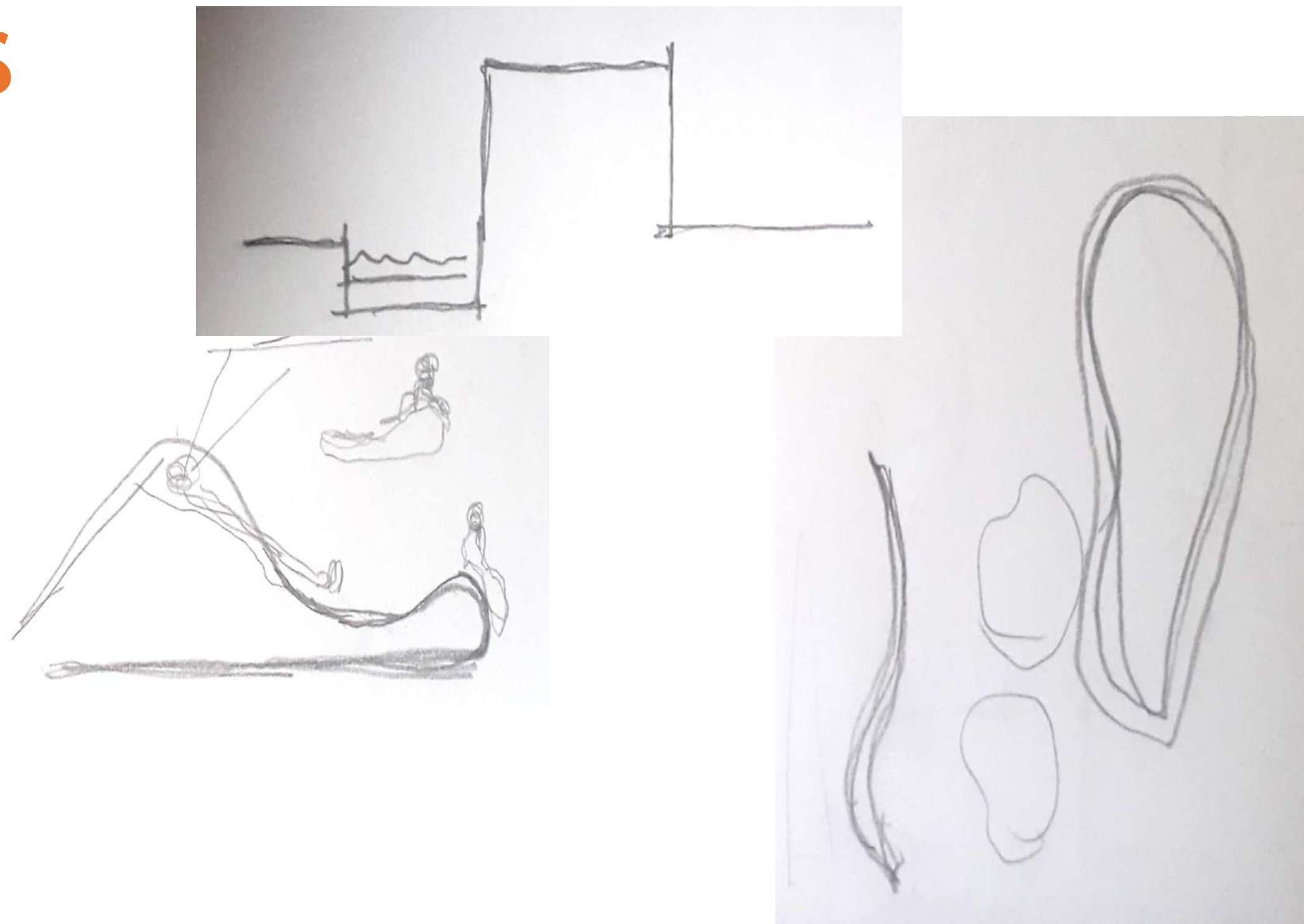
CROQUIS



Aqui, já pensando no percurso com os cinco pontos de intervenção, esses são alguns croquis para o projeto na Praça Mauá: o estudo na forma do banco, desenhos que exploram o desenho da curva de nível e sua relação com as pré-existências, e por fim um desenho feito pela autora no local, quando foi fazer levantamentos.



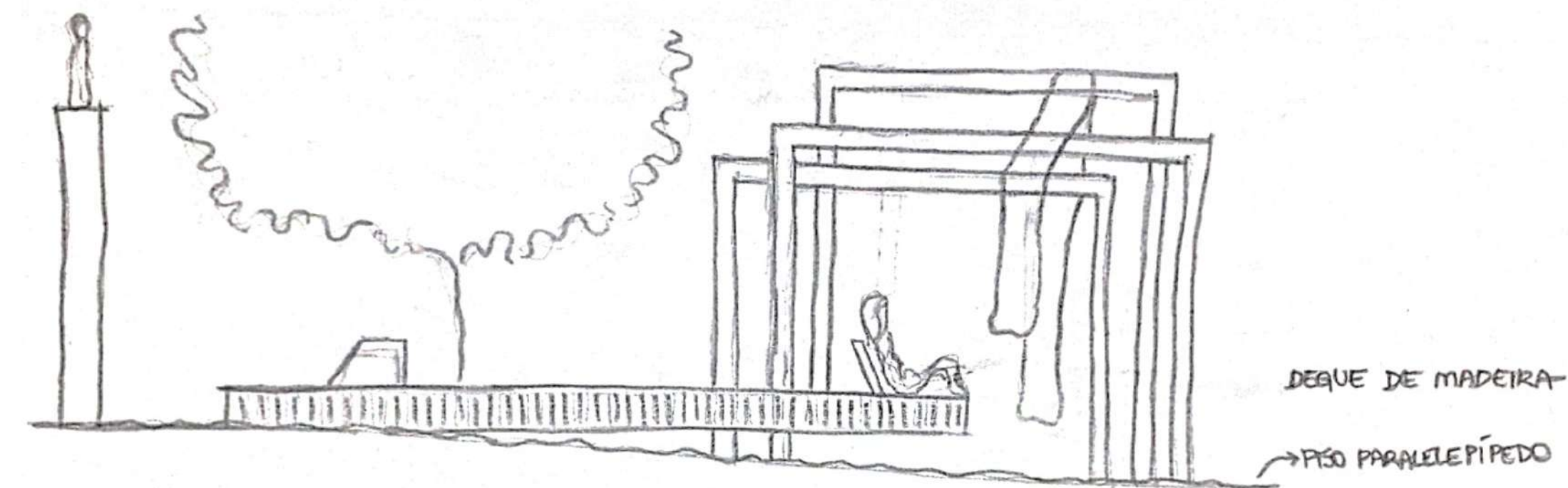
CROQUIS



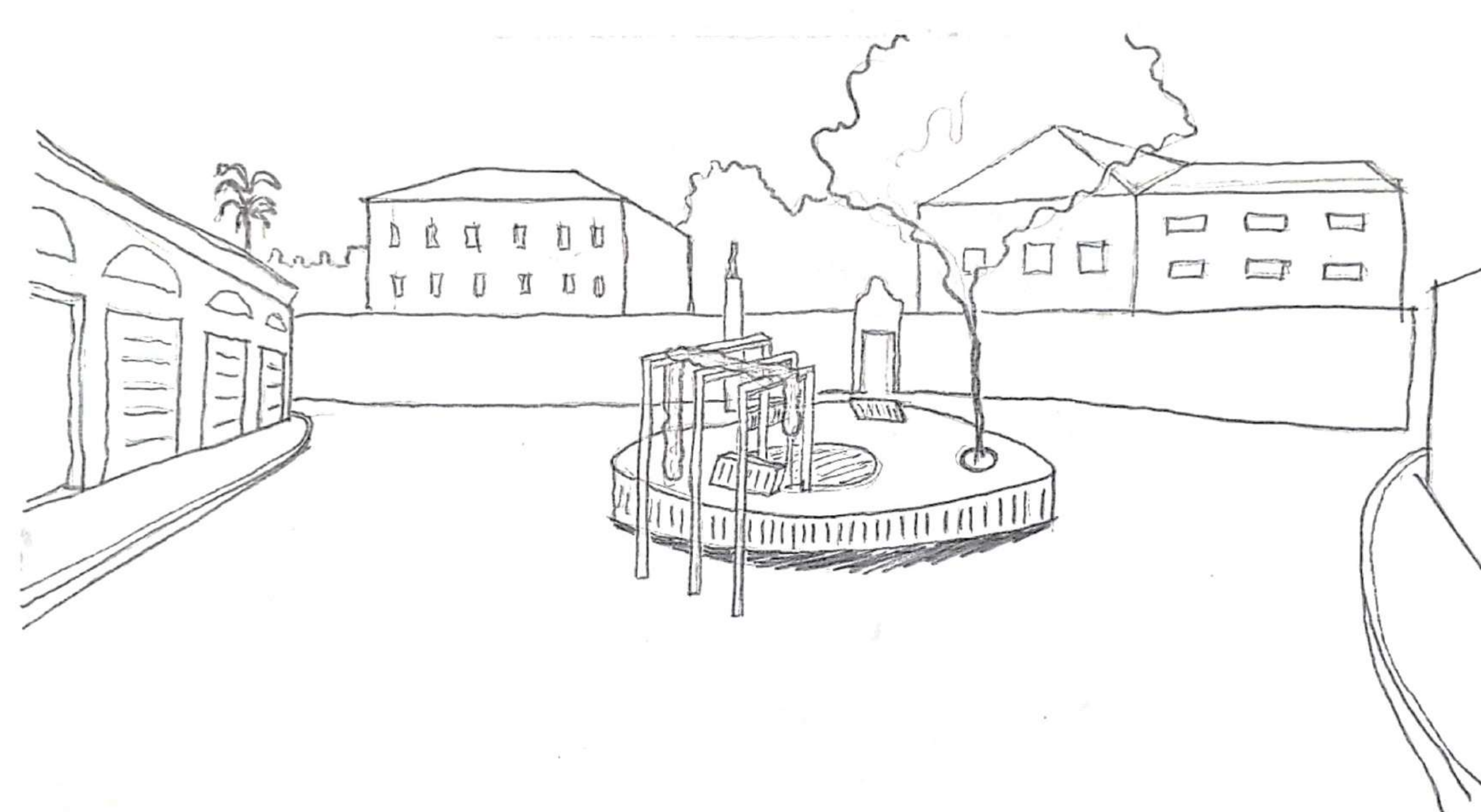
Para a segunda intervenção, no Largo da Carioca, esses croquis projetuais mostram um estudo do volume, qual a forma, se aberto ou fechado, como seria o banco, como ele se relaciona com as pré-existências.



CROQUIS



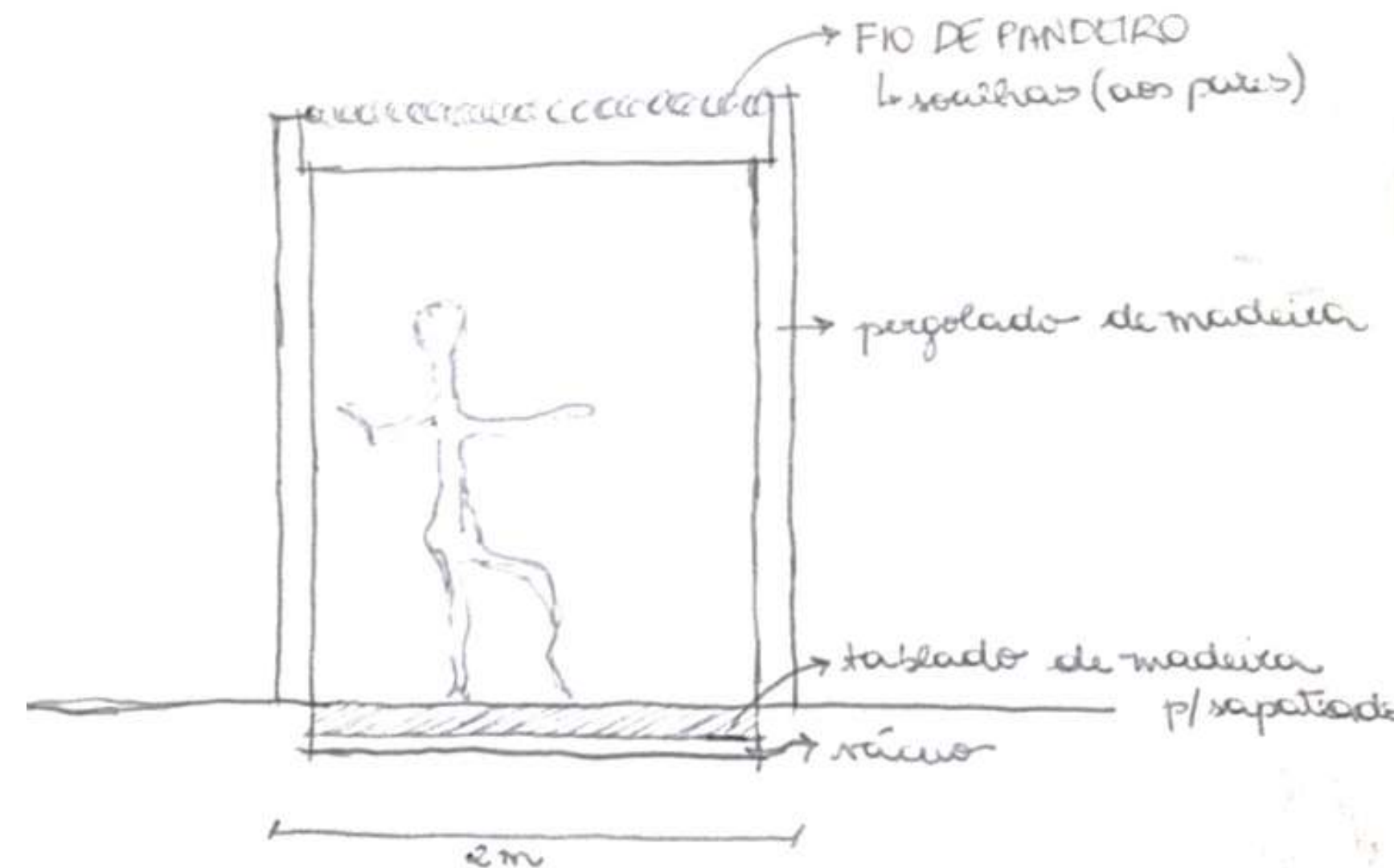
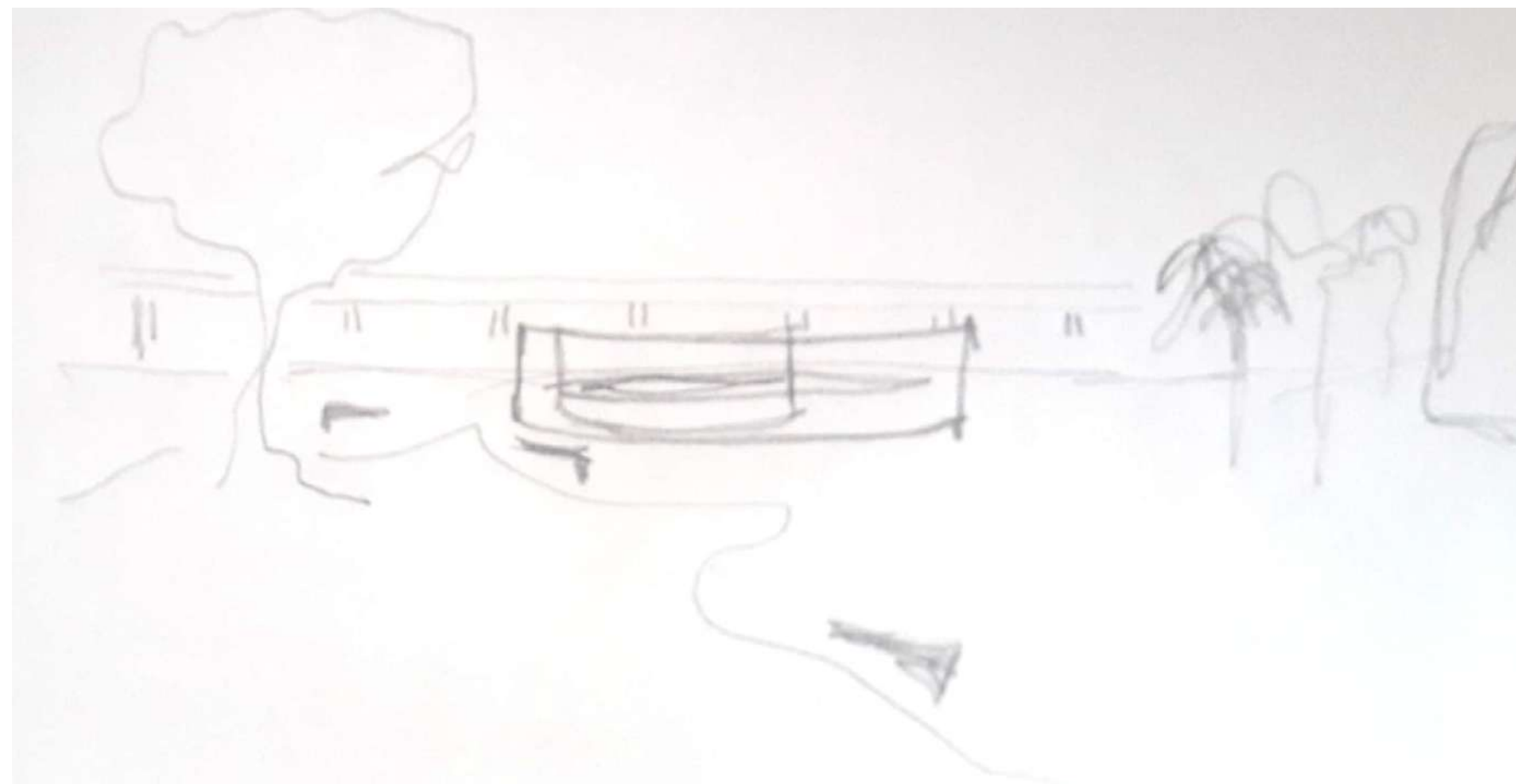
Na terceira intervenção, na Praça Nossa Senhora da Conceição, os croquis projetuais mostram os estudos do deque e de como usar tecidos, em sua relação com as pré-existências no alto do Morro da Conceição.



CROQUIS



Em relação à quarta intervenção, na Praça Mauá, os croquis projetuais mostram estudos sobre a forma da lâmina de aço corten, na sua reação com o Museu do Amanhã, o limite da orla, o mar, e os desenhos paisagísticos na praça da revitalização (Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha).



Para a quinta e última intervenção, os croquis projetuais mostram primeiras ideias de projeto com corte e perspectiva, evidenciando sua relação com as pré-existências e fluxos na Praça Jornal do Comércio, e também com o Cais do Valongo.



